



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL
Departamento de Letras Libras



UFAM

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO LETRAS - LIBRAS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Amazonas

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Márcia Perales Mendes Silva

Reitora

Hedinaldo Narciso Lima

Vice-Reitor

Lucídio Rocha Santos

Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Gilson Vieira Monteiro

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda

Pró-Reitora de Extensão

Ricardo José Baptista Cavalcante

Pró-Reitor de Administração

Kathya Augusta Thomé Lopes

Pró-Reitora para Assuntos Comunitários

Mariomar de Sales Lima

Pró-Reitor de Planejamento



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LETRAS-LIBRAS**

**LICENCIATURA
MODALIDADE PRESENCIAL**

**Membros da Comissão de Elaboração
do Projeto Pedagógico do Curso Letras - Libras**
(Portaria DR 4053/2013)

Prof^a. Dr^a. Nídia Regina Limeira de Sá - Presidente

Prof^o Esp. Hamilton Pereira Rodrigues – Membro

Prof^a Dr^a Rozana de Medeiros Sousa Galvão – Membro

Prof^a Dr^a Tanya Amara Felipe – Membro

Prof^a Msc. Valdete da Luz Carneiro – Membro

Assessoria Pedagógica
Departamento de Apoio ao Ensino - DAE/PROEG



PROPONENTE

Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras

NOME DO CURSO

LETRAS LIBRAS

MODALIDADE

Licenciatura Presencial

TURNO

Vespertino

DURAÇÃO

Mínima – 4 anos
Máxima – 6 anos

VAGAS

30 vagas anuais



Sumário

APRESENTAÇÃO	7
1 MARCO REFERENCIAL	10
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO	10
1.1.1 Fundamentos Conceituais	10
1.1.2 Histórico do Curso Letras Libras no Brasil	13
1.1.3 Histórico do Curso Letras Libras Presencial na UFAM	14
1.1.4 Bases Legais.....	15
1.1.5 Diagnóstico da área no país	16
1.1.6 Campo de Atuação e Regulamentação Profissional	18
1.1.7 A política atual de atenção aos direitos linguísticos dos surdos na Educação Básica	22
1.1.8 Formação de Pessoal.....	26
1.1.9 Perfil do Profissional a ser Formado	28
1.1.10 Competências e Habilidades	30
1.1.11 Objetivos do Curso Letras Libras.....	35
1.2 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	36
1.2.1 Titulação.....	36
1.2.2 Modalidade	36
1.2.3 Número de vagas oferecidas pelo curso	36
1.2.4 Condições de acesso para portadores de necessidades especiais.....	36
1.2.5 Turno	38
1.2.6 Local de Funcionamento	38
1.2.7 Reconhecimento.....	38
1.2.8 Estrutura e Dinâmica Organizacional do Curso.....	38
1.3 CONTEÚDOS CURRICULARES (MATRIZ CURRICULAR).....	39
1.3.1 Distribuição da Carga Horária	41
1.3.2 Organização Curricular por Eixos: Conteúdos Básicos, Conteúdos Pedagógicos, Conteúdos Específicos, Núcleo Complementar Optativo	41
1.3.3 Organização Curricular por Periodização e Critérios de Organização	45
1.3.4 Estágio Supervisionado.....	50
1.3.5 Prática como Componente Curricular	55



1.3.6	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (Atividades Complementares).....	56
1.3.7	Trabalho de Conclusão de Curso	58
1.3.8	Novas Tecnologias	60
1.3.9	Disciplinas Optativas.....	61
1.3.10	Ementário.....	62
1.4	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	144
1.4.1	Plano de Ensino.....	145
1.4.2	Princípios Metodológicos do Currículo.....	147
1.4.3	Temas Privilegiados de Transversalidade.....	148
1.4.4	Princípios Norteadores da Avaliação da Aprendizagem	153
1.4.5	Sistemática de Acompanhamento e Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso 154	
1.4.6	Núcleo Docente Estruturante.....	154
1.4.7	Colegiado do Curso.....	157
1.4.8	Relação Ensino-Pesquisa-Pós-Graduação e Extensão.....	158
1.4.9	Apoio ao Discente	159
2	INFRA-ESTRUTURA DO CURSO LETRAS LIBRAS.....	161
2.1	Estrutura Física Necessária para o Curso.....	161
2.2	Acessibilidade Arquitetônica.....	162
3	CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	163
3.1	Composição do Corpo Docente	163
3.1.1	Coordenação do Curso.....	163
3.1.2	Docentes do Curso.....	164
3.2	Composição do Corpo Técnico	165
3.3	Capacitação para Docentes, Gestores e Corpo Técnico-Administrativo	166
4	CRONOGRAMA	167



APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Amazonas aprofundando-se no compromisso pela ampliação da Educação Superior socialmente referenciada, e como fruto de uma série de ações que nela se vinham desenvolvendo há diversos anos, ora se responsabiliza por mais esta ação afirmativa de caráter intercultural: a criação do **Curso Letras Libras**. A implantação do Curso representa um novo e importante passo na consolidação da atuação da UFAM na formação de professores bilíngues, surdos e ouvintes, para atenderem às comunidades surdas, fortalecendo seu compromisso institucional com a realidade social e seguindo o preceito constitucional da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências, promulgados no Brasil como Emenda Constitucional por meio do Decreto 6.949/2009.

Novas iniciativas de acesso e permanência de surdos no ensino superior são uma contribuição concreta para a construção de novas relações sociais, proporcionando trocas de diferentes saberes e experiências, constituindo-se em importante oportunidade de debate sobre referenciais e paradigmas das áreas das Letras e da Educação.

Já aprovada na Câmara Federal e atualmente em fase final de discussão no Senado Federal, o novo Plano Nacional de Educação (PNE) prevê, na Meta 4, item 6: “garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos Arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdocegos”. Para contribuir com o atendimento a esta meta é que o Curso de Letras Libras ora se efetiva.

Com a ampliação do acesso dos surdos à escola, e especialmente, com a necessidade da criação de escolas e classes bilíngues, aumentam as exigências de qualificação docente. São exigências que se configuram na direção de atender as especificidades de aprendizagem de pessoas que demandam uma língua visual, as quais apresentam necessidades de inclusão social e de valorização das diversidades socioculturais.

A criação do Curso Letras Libras da Universidade Federal do Amazonas foi incentivada pelos recursos que serão dispensados à UFAM por meio do Plano Viver Sem Limites, do Governo Federal (Decreto Nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), visando a ser iniciado no primeiro semestre letivo de 2014. Em novembro de 2013, por meio da Portaria GR 4053/2013, foi definida a Comissão para “Estruturar a Proposta de Implantação do Curso Letras Libras no Instituto de Ciências Humanas e Letras”, a qual elaborou este projeto Pedagógico de Curso.



Sabe-se que o Projeto Pedagógico do Curso é um documento que deve ser elaborado coletivamente, principalmente com a participação dos docentes do Curso, no entanto, considerando que nesta fase o Curso ainda não tem os seus docentes definidos, este foi elaborado pela Comissão citada, com a consultoria voluntária da Linguista Prof^a Dra^a Tanya Amara Felipe.

Este Projeto Pedagógico foi elaborado visando ser orientador e condutor das ações iniciais, sistematizando as discussões travadas até aqui, na firme expectativa de que será o documento sobre o qual o futuro se debruçará na busca do aperfeiçoamento acadêmico. Neste documento estão definidas as diretrizes primordiais, mas estas deverão ser objeto de estudo da primeira formação do corpo docente e deverão ser constantemente revisitadas e aprimoradas, para que o PPC expresse, e ao mesmo tempo oriente, a organização do trabalho pedagógico. Registramos que este PPC inspirou-se, em diversos aspectos, no PPC do Curso Letras Libras do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, pioneira na formação de professores de Libras.

Dada a premência do tempo, o Curso Letras Libras, para a seleção da primeira turma, utilizou o processo seletivo do ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio - 2014), o qual, infelizmente, a despeito de ser um processo seletivo nacional, ainda não é bilíngue, no entanto, assim, que possível, deverá utilizar e criar as possibilidades para considerar a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma das línguas utilizadas no processo de seleção de estudantes, visando alcançar candidatos surdos usuários da Libras e candidatos ouvintes com nível intermediário em Libras. Quando o curso estiver consolidado, a entrada poderá vir a ser semestral.

O Curso Letras Libras tem como finalidade conferir o grau de **Licenciado em Letras Libras** aos estudantes que cumprirem toda a carga horária.

O Curso adotará o regime de créditos. A estruturação curricular seguirá a lógica de organização do conhecimento em períodos letivos. O Curso Letras Libras, **com duração mínima de 08 (oito) e máxima de 12 (doze) períodos letivos, será integralizado com 3.080 (três mil e oitenta) horas, equivalentes a 162 (cento e sessenta e dois) créditos.**

Este documento deve ser a base para reflexões contínuas sobre a Educação Superior, sobre a função social da Universidade, sobre o curso, o ensino, a pesquisa, a extensão, e sobre a relação teoria e prática.

Dizemos com Vasconcellos¹, que o Projeto Pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da instituição, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa [...] possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição. (2002 p. 143).

¹ VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: Projeto de Ensino- Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. 10 ed. São Paulo, SP: Libertard, 2002.



Assim, este Projeto Pedagógico define intencionalidades, especificamente no que se referem aos objetivos, competências, habilidades, perfil do egresso, concepção de educação, concepção metodológica, concepção de avaliação da aprendizagem, e estas devem nortear a prática docente na construção de processos de aprendizagens significativas.

As Universidades têm autonomia pedagógica (dada pela LDB 9.394/96, Art. 53) para definir seus currículos, organizar seus programas e estabelecer os conteúdos programáticos de suas disciplinas, mas, existem diretrizes gerais pertinentes, e este Projeto Pedagógico de Curso aponta para elas.

O PPC também é um aspecto considerado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes - criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004), formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Considerando que o Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos (o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações físicas e a organização didático-pedagógica), este PPC orienta cada um destes aspectos no âmbito do Curso, o qual deverá ser avaliado periodicamente, tal como todos os demais cursos de graduação.

Todo o esforço de planejamento e atuação a que este PPC remete, visa à contribuição social que acontece por meio da formação de cidadãos para o exercício profissional docente, devendo ter como foco o que se espera de um profissional do ensino com alto teor de excelência formativa, face aos objetivos da Educação Básica.

A UFAM, por meio da Resolução 062/2011, criou o Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito dos cursos de Graduação, estabelecendo, como uma de suas atribuições, observar, contribuir e acompanhar a implantação, o desenvolvimento, a avaliação e a reestruturação do Projeto Pedagógico, assim, o NDE do Curso Letras Libras, a ser definido antes do início do primeiro período, deverá se debruçar permanentemente sobre este PPC, para referendá-lo e aprimorá-lo.



1 MARCO REFERENCIAL

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

1.1.1 Fundamentos Conceituais

O Brasil não é um país monolíngue. A Língua de Sinais Brasileira, apesar de ter existência histórica bastante antiga, só recentemente obteve reconhecimento pelo Estado brasileiro “como meio legal de comunicação e expressão”, juridicamente nomeada de Língua Brasileira de Sinais - Libras (Lei 10.436/2002). Refere-se não a uma linguagem, mas a uma língua, ou seja, à “forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundo de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Art. 1). Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto 5.626/2005. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) já declarou a Libras como patrimônio histórico e artístico do Brasil.

Este curso toma estes fatos como base, e também a necessidade de assegurar os direitos humanos universais das pessoas surdas em todo o mundo, o que está em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos das Pessoas com Deficiências, a qual muda o paradigma de um modelo de deficiência como doença, para um modelo de ênfase nos Direitos Humanos. Quatro anos após a publicação do Decreto 5.626/2005, este texto legal recebeu fundamento constitucional direto e explícito através desta Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiências e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, promulgados no Brasil com *status* de Emenda Constitucional pelo Decreto 6.949/2009 (com base no Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e conforme o que prevê o § 3º do art. 5º da Constituição Federal). Justamente no Art. 24º, § 3, da Convenção fica estabelecido que os Estados-membros se obrigam à facilitação do aprendizado da língua de sinais e à promoção da identidade linguística da comunidade surda, e à garantia de que a educação de pessoas, inclusive crianças cegas, surdocegas e surdas seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados às pessoas e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social. O artigo 30, § 4, diz ainda que as pessoas com deficiência deverão fazer jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda.

Junto às lutas pelo respeito aos direitos linguísticos dos surdos há a luta por uma educação bilíngue que tenha a Libras como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa, em sua modalidade escrita, como segunda língua (L2), seguindo uma tendência internacional que começou a se desenvolver com base nos estudos linguísticos que demonstram que as línguas de sinais têm a mesma natureza linguística que as demais línguas, diferenciando-se delas por sua modalidade espaço-visual, contudo, em nada perdendo, por isso, em riqueza lexical, sintática, semântica ou pragmática, possuindo uma complexa estrutura gramatical.

Desde Ferdinand de Saussure, a Linguística abandonou a investigação histórica, baseada na tese de evolução e desenvolvimento das línguas, passando a



assumir a perspectiva sistêmica da estrutura linguística; dessa forma, não se admite mais dizer que há línguas inferiores e línguas superiores.

Em consequência, a descoberta desde os anos 1950, pelo linguista norte-americano William Stokoe, de uma estrutura linguística na Língua Americana de Sinais (ASL), teve como efeito a ampla admissão científica de que, assim como as línguas áudiosonoras, também as línguas de sinais possuem níveis linguísticos fonológico, morfológico, semântico, sintático e pragmático próprios.

Assim, a UFAM reconhece que a língua de sinais é a língua natural das pessoas surdas.

A UFAM entende que as pessoas surdas têm direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais em bases iguais a todos os demais cidadãos. Isto requer, principalmente, o reconhecimento da identidade linguística e cultural das pessoas surdas.

A UFAM reconhece que as pessoas surdas têm direito à Educação nos mesmos padrões de qualidade destinados às pessoas ouvintes.

A UFAM reconhece que as crianças surdas precisam ter acesso a uma educação plena para poder contribuir com a sociedade como adultos iguais, adquirindo sua língua natural precocemente, e aprendendo em ambientes que respeitem e valorizem a língua de sinais.

A UFAM reconhece que a escola deve ser o ambiente linguístico o mais natural possível.

A UFAM reconhece o direito à acessibilidade, no sentido de que as pessoas surdas têm o direito de participar de todas as áreas da vida cotidiana em bases iguais aos demais, pela instrumentalidade da língua de sinais, principalmente pela garantia de interpretação em Libras.

Com base no exposto, a UFAM reconhece os seguintes **PRINCÍPIOS**:

- Identidade linguística e cultural das pessoas surdas.
- Língua de Sinais Brasileira como a língua natural das pessoas surdas.
- Língua de Sinais Brasileira como Língua 1 da comunidade surda brasileira.
- Língua Portuguesa na modalidade escrita como Língua 2 da comunidade surda brasileira.
- Direito à Língua de Sinais Brasileira como língua de instrução da pessoa surda.
- Direito à Acessibilidade.
- Direito às Escolas Bilíngues e Classes Bilíngues de Surdos como o Espaço Educacional mais Inclusivo.

Desta forma, este Projeto Pedagógico de Curso propõe que se propicie aos futuros professores de Libras uma visualização das grandes dimensões abertas ao profissional da linguagem.



Quatro **DIMENSÕES** se interpenetram e são propostas, a saber:

- a linguagem como sistema;
- a linguagem como arte;
- a linguagem como conhecimento e,
- a linguagem como comportamento.

O elemento de ligação entre essas dimensões serão os *textos* e seus *contextos*. Note-se, todavia, que o termo “texto” não se restringe absolutamente à linguagem escrita, mas engloba também a linguagem oral ou a sinalizada e a linguagem mediatizada (vídeo), bem como a comunicação multimodal, incluindo desde os elementos visuais elementares até as artes mais complexas, como o cinema. Nesta perspectiva, um filme ou uma aquarela, podem igualmente ser elevados à categoria de textos e ser estudados como tal, inseridos em determinado(s) contexto(s).

A **linguagem como sistema** focaliza a linguagem em si, como recurso léxico-gramatical que capacita o ser humano a criar ou reconstruir *significados* (representações de aspectos da realidade) e a estabelecer relações interpessoais. Privilegia-se aqui o estudo de textos com relação à sintaxe, ao vocabulário, à semântica e à pragmática, incluindo os fenômenos de coesão e de estrutura retórica, recursos que o escritor/falante/sinalizante usa para indicar ao leitor/ouvinte como o texto se organiza e quais são as funções das várias partes do texto e do texto como um todo. A linguagem como sistema pode ser elemento de capacitação em relação ao aspecto linguístico das outras três dimensões que conduzem aos processos de socialização da informação e de geração de conhecimentos.

A **linguagem como arte** focaliza os textos de caráter literário e seus contextos. Esta dimensão inclui as disciplinas voltadas para o estudo da literatura, objetivando formar profissionais da linguagem interessados em explorar o texto literário de forma socialmente relevante. Esta dimensão do estudo e análise da linguagem – como as duas que seguem – é essencialmente multidisciplinar, podendo buscar subsídios teóricos em estudos literários, estudos culturais e mesmo linguísticos, entre outros.

A **linguagem como conhecimento** busca entender e explicar os processos envolvidos na produção, compreensão e processamento de textos. Sob este ângulo, a linguagem é vista como um fenômeno mental, uma forma de cognição. Nesta dimensão são incluídas, por exemplo, as disciplinas relevantes ao estudo da aquisição e da aprendizagem, e ao papel da memória humana durante o ato de leitura e das conseqüentes traduções. Os subsídios teóricos para a linguagem como instrumento do conhecimento podem advir principalmente da Psicolinguística, da Psicologia, dos estudos do cérebro humano e da cognição. O desenvolvimento de habilidades dessa natureza possui relação direta com os processos de socialização e construção conjunta do conhecimento.

Finalmente, a **linguagem como comportamento** busca estudar os textos como atividades semióticas de interação e de ação social. Procura descrever e explicar atos de fala, os gêneros específicos e sua interligação com práticas,



propósitos e estruturas sociais, incluindo ideologia e poder. Sob esse ângulo, a linguagem e a sociedade, em seus diferentes contextos, são vistas como interdependentes: a linguagem sofre influência do aspecto social ao mesmo tempo que o reconstrói. Nesta dimensão incluem-se, por exemplo, diferentes formas de análise do texto e do discurso. Os subsídios teóricos para o estudo da linguagem como comportamento podem derivar da Sociolinguística, da Sociologia, da Etnometodologia, da Antropologia e da Filosofia, entre outras disciplinas. O foco sinérgico recai sobre o desenvolvimento de comportamentos altruístas, permitindo o desenvolvimento dos processos de socialização do saber.

É importante observar que os textos – associados aos contextos a serem igualmente estudados – resultam da interação simultânea entre as quatro dimensões acima elencadas. Estas subdivisões da linguagem devem ser vistas, portanto, não como estratificações estanques mas, sobretudo, como parâmetros organizacionais, pedagógicos e metodológicos, permitindo a visualização de enfoques de pesquisas e estudos pontuais.

1.1.2 Histórico do Curso Letras Libras no Brasil

Em 2002 foi criada no Brasil a chamada Lei de Libras (Lei 10.436/2002), que instituiu a Língua Brasileira de Sinais como “sistema linguístico de natureza visual-motora, oriundo de comunidades de pessoas surdas do Brasil”.

Em 2005, a Lei de Libras foi regulamentada por meio do Decreto 5.626/2005. Neste Decreto foi estabelecido que os cursos de Pedagogia, Licenciaturas e Fonoaudiologia deveriam conter, obrigatoriamente, a disciplina Libras. Diversos cursos de formação de professores de Libras foram implementados no Brasil, sendo, o primeiro, o Curso Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina, na modalidade a distância. Foram inicialmente organizados 11 (onze) polos para a oferta do curso e a Universidade Federal do Amazonas abrigou um desses polos.

O primeiro Curso Letras Libras na modalidade presencial foi em seguida oferecido pela mesma Universidade. A titulação da primeira turma do curso por meio do ensino a distância da UFSC ocorreu em 2010 e a titulação da segunda turma, em 2012, com polos em 16 (dezesesseis) estados brasileiros.

Em 2012 foi lançado o Plano Viver Sem Limites, do Governo Federal, que se dispôs a apoiar a implementação de 1 (um) Curso Letras Libras em cada estado da Federação. A Universidade Federal do Amazonas de pronto se disponibilizou para a oferta do referido curso no Amazonas. Com este curso, pretende atender às demandas impostas pela necessidade de mudar a realidade da educação de surdos no estado do Amazonas, realidade caracterizada por insucesso educacional e pela evasão de surdos e de deficientes auditivos da escola comum.

A desejada formação de professores surdos e ouvintes que acontecerá por meio do desenrolar do presente Projeto Pedagógico, certamente mudará a história educacional dos surdos amazonenses, pois qualificará professores para o ensino da Língua Brasileira de Sinais e para a criação de ambientes linguísticos o mais



naturais possíveis dentro das escolas, sejam estas escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, ou escolas inclusivas nas quais a Libras poderá ser difundida e os estudantes usuários desta língua poderão ter professores bilíngues.

Este curso é fundamental também para garantir a acessibilidade aos surdos, conforme previsto na Lei de Acessibilidade (Lei 5.296/2004).

1.1.3 Histórico do Curso Letras Libras Presencial na UFAM

O presente projeto trata da abertura do Curso Letras Libras na modalidade presencial para consolidar a formação de professores de Língua Brasileira de Sinais no Amazonas.

Na UFAM, a disciplina Libras está sendo oferecida desde 2010, e diversos Programas de Pós-Graduação estão desenvolvendo pesquisas sobre a Educação de Surdos e a Língua de Sinais, como o Programa de Pós-Graduação em Educação, o Programa de Pós-Graduação em Letras, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação, além de cursos de pós-graduação lato sensu nos quais a surdez é uma das temáticas trabalhadas.

No primeiro semestre de 2012, a Reitoria da Universidade Federal do Amazonas recebeu documento do Ministério da Educação solicitando manifestação sobre a possível implantação de um Curso Letras Libras nesta Universidade. De pronto a UFAM aceitou, manifestando-se, inclusive, por estar aberta para a implementação de outros cursos na área da Educação de Surdos, como o Curso de Pedagogia Bilíngue. Assim, a UFAM foi incluída no Plano Viver Sem Limites, como uma das Universidades que cobrirão a meta de criação de 1 (um) Curso Letras Libras em cada Unidade da Federação até 2014.

Em 26 de julho de 2012 houve a reunião no Ministério da Educação, para a qual foram convidados os reitores das Universidades que se dispuseram a oferecer novos cursos na área da Educação de Surdos. Com a presença de representante da UFAM naquela oportunidade, figurou como certa a intenção da Universidade em participar do Plano Viver Sem Limites.

Em 10 de julho de 2013, por meio do ofício nº 335/2013/DG/INES, a Reitoria da UFAM recebeu convite para firmar parceria com o Instituto Nacional de Educação de Surdos/MEC, por meio de Termo de Cooperação Técnica, visando a oferta, como Instituição parceira/polo, do Curso de Pedagogia Bilíngue na modalidade semipresencial, solicitando a indicação de um Coordenador do polo. A resposta positiva da UFAM e a indicação da pessoa responsável pela coordenação do polo seguiu imediatamente.

Em setembro de 2013 houve reuniões com o Pró-Reitor de Ensino de Graduação Lucídio Rocha, com os 6 (seis) professores de Libras da UFAM e com a ex-coordenadora do polo UFAM do curso Letras Libras da UFSC, para confirmar a possibilidade de apoio dos professores para a implementação do Curso Letras Libras da UFAM, no que foram unânimes.



Em outubro de 2013 a Magnífica Reitora da Universidade Federal do Amazonas esteve no Ministério da Educação para assinar o Termo de Aceite da Universidade.

Em 29 de novembro de 2013, o gabinete da Reitoria da UFAM publicou a Portaria GR 4053/2013 por meio da qual foi definida a Comissão para “Estruturar a Proposta de Implantação do Curso Letras Libras no Instituto de Ciências Humanas e Letras”, sob a coordenação da Prof^a Dr^a Nídia Regina Limeira de Sá (ex-coordenadora do polo UFAM do curso Letras Libras da UFSC), membros do Departamento de Ensino da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e 50% (cinquenta por cento) dos atuais professores da disciplina Libras da UFAM. Neste mesmo dia foi publicada a Portaria Nº 4057/2013 que trata da criação do Curso Letras Libras no âmbito do Instituto de Ciências Humanas e Letras, foi assinado o Termo de Adesão e incluído o curso no Sistema e-mec.

A Comissão responsável trabalhou na criação deste Projeto Pedagógico de Curso até o início de fevereiro de 2014, entregando-o ao Departamento de Apoio ao Ensino da PROEG para os trâmites legais.

1.1.4 Bases Legais

Entre as principais disposições legais que nortearam a constituição deste Projeto Pedagógico do Curso Letras Libras, citamos:

- Constituição Federal de 1988.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei Nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e os atos normativos dela originados;
- Resolução CNE/CP Nº 1/2002, a qual institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior;
- Resolução CNE/CP Nº 2/2002, que estabelece a duração da carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena;
- Resolução CNE/CES Nº 2/2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e os procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Decreto Nº 5.626/2005 que regulamente a Lei 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências;
- Lei de Acessibilidade (Lei 5.296/2004) e Nota Técnica 385/2013 que esclarece as principais dúvidas sobre a acessibilidade no nível superior da Educação;
- Lei de Acessibilidade 10.048/2000, regulamentada pelo Decreto 5.296/2004, que determina tratamento diferenciado para os surdos;
- Lei Nº 10.639/2003 que alterou a LDBEN, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para Resolução CP/CNE nº 1/2004, determinando que as instituições de ensino superior incluirão, nos conteúdos de disciplinas e atividades complementares dos cursos que ministram, a educação das relações étnico raciais, bem como o



tratamento das questões e temáticas que dizem respeito a afrodescendentes;

- Lei Nº 10.861/2004 que cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes.;
- Lei nº 6.938/1981 que trata da Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei Nº 9.795/1999 que trata da Política Nacional de Educação Ambiental regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002;
- Parecer CNE/CP Nº 14/2012 que trata das Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental;
- Lei 3.222/2008, que trata da Política de Educação Ambiental do Estado do Amazonas;
- Parecer CNE/CP nº 8/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Lei Nº 10.639/2003 que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira";
- Resolução CP/CNE nº 1/2004, que trata das Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas por todas as Instituições de Ensino Superior;
- Lei Nº 11.788/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- Pareceres CNE/CES 1363/2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço;
- Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia;
- Parecer CNE/CES Nº 492/2001 que dá diretrizes sobre os Cursos de Letras;
- Parecer CNE 28/2001 que define o estágio curricular supervisionado;
- Resolução CONSEPE/UFAM 013/90, que estabelece normas para a elaboração e reformulação de currículos. Conforme tal Resolução, cada crédito representa 15 horas/aula teóricas ou 30 horas/aula práticas;
- Resolução CONSEPE/UFAM Nº 018/2007, que estabelece normas para as Atividades Complementares;
- Resolução CONSEPE/UFAM Nº 18/93, que trata do limite máximo de créditos optativos;
- Portaria Nº 0151/2012/GR que declara ser obrigatória a aprovação de cada Plano de Ensino pelo Colegiado de Curso;
- Resolução CEG/CONSEPE Nº 062/2011, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante;
- Resolução Nº 017/CUN/1997 da UFAM, que rege sobre o rendimento escolar do estudante da instituição.

1.1.5 Diagnóstico da área no país

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no Censo 2010, 45.606.048 brasileiros apresentam algum tipo de deficiência (visual, auditiva, motora, mental ou intelectual), sendo 23,9% da população total. Dentre eles, 5,10% apresentam deficiência auditiva, número atrás da deficiência visual (18,60%) e da



deficiência motora (7%). Em 2010, 8,3% da população brasileira apresentava pelo menos um tipo de deficiência severa, sendo 1,12% com deficiência auditiva severa. Das 45.606.048 de pessoas com deficiência 1,6% são totalmente cegas, 7,6% são totalmente surdas, 1,62% não conseguem se locomover. Deste número total, a proporção da população com pelo menos uma das deficiências investigadas na Região Norte é de 23,40%. Se observado apenas o estado do Amazonas, a proporção de pessoas com deficiência é de 22,61%. Apenas 6,7% das pessoas com deficiência têm o nível superior na escolarização, e na Região Norte este número desce para 5,4%.²

Segundo o Censo 2010, de um total de 9 638 276 pessoas com deficiência auditiva no Brasil, 1.799.885 têm grande dificuldade para ouvir, 7.574.797 têm alguma dificuldade para ouvir e 347.481 não conseguem ouvir de modo algum (são surdas).³

Segundo dados do Censo Escolar de 2010, 33.366 era a quantidade de surdos matriculados na Educação Básica no Brasil (702.628 era a quantidade de deficientes auditivos matriculados); apenas 1/5 (um quinto) dos surdos frequentam a escola no Brasil, e três quartos dos matriculados estão matriculados em classes regulares. Dados da Federação Nacional das Associações para Valorização de Pessoas com Deficiência (Fenavape) mostram que o número de surdos no ensino superior passou de mínimos 444 em 2007 para 1.895 em 2009.

Segundo dados do MEC/INEP relativos ao censo de 2011, 8.961.724 alunos se matricularam no ensino superior brasileiro. Destes, 29.033 (0,32%) possuíam algum tipo de necessidade educacional especial, sendo 5.065 (17,44% do total) com deficiência auditiva, 2.067 (7,11%) surdos e 211 (0,72%) com surdo-cegueira.⁴

O Brasil tem 928 mil matrículas de alunos com necessidades especiais, segundo dados do Censo Escolar 2010. Nessa contagem entram estudantes com deficiências motoras, mentais, cegueira, baixa visão, surdez, surdocegueira, autismo e outras síndromes. Também são contabilizados os superdotados, pois eles necessitam de mais atenção do professor para expandirem seus potenciais. Dos 54 milhões de estudantes brasileiros, os alunos com deficiências e superdotação representam 1,7% do total. A unidade da federação em que foi contabilizada maior proporção de alunos com necessidades especiais é o Distrito Federal (3,2%). A menor presença está no Amazonas, que tem somente 0,85% de alunos com deficiências ou superdotados em seu corpo discente. São 1.319.599 matrículas no Amazonas, mas, destas, apenas 11.230 são de pessoas com deficiências.

Os cursos de licenciatura destinados à formação de professores de Libras visam suprir uma grande demanda de profissionais para atuar no ensino básico mui especialmente com os estudantes surdos que têm a Libras como sua língua natural.

² Dados da Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília : SDH-PR/SNPD, 2012., disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso em 3/4/2014.

³ http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares amostra/default_resultados_preliminar_es_amostra.shtm. Acesso em 3.4.2014.

⁴ BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Microdados do Censo do Ensino Superior - 2011.



No Amazonas, este Curso de Letras Libras é o primeiro a ser oferecido presencialmente e em caráter permanente. Como registrado anteriormente, apenas houve a formação de 1 (uma) turma da Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com a Universidade Federal do Amazonas, iniciada em 2006 e concluída em 2010.

1.1.6 Campo de Atuação e Regulamentação Profissional

O estabelecimento gradativo da Lei de Libras (Lei 10.436/2002) na sociedade certamente fará com que novas oportunidades de trabalho se abram. Na Educação Básica e na Educação Superior, postos serão para aqueles que, além de dominarem a Língua Brasileira de Sinais, como usuários proficientes na língua, tenham o conhecimento acadêmico.

A Lei de Libras assegura a presença de professores de Libras e de profissionais intérpretes nas instituições de ensino, bem como na administração pública direta e indireta. Determina ainda a inclusão do ensino de Libras nos cursos de formação de Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério. Enfatiza também a necessidade de que a Língua Brasileira de Sinais seja amplamente utilizada nas comunidades surdas.

Segundo dados do sistema e-MEC⁵, em 2014, no Amazonas, há 25 (vinte e cinco) cursos de Licenciatura em Letras (em áreas diversas como Letras/Português/Inglês/Espanhol/Japonês), 24 (vinte e quatro) cursos de Pedagogia e 3 (três) cursos de Fonoaudiologia, sendo este o primeiro curso de Licenciatura em Letras Libras no estado; não há cursos de graduação em Educação Especial no estado.

Em verdade, ainda não existe no Brasil uma regulamentação específica para a profissão de Professor de Libras; este profissional se enquadra na regulamentação do Professor da Educação Básica e, especificamente nas determinações do Decreto 5626/2005, que regulamentou a Lei de Libras (Lei 10.436/2002).

A Lei de Libras 10.436/2002, regulamentada por meio do Decreto 5626/2005, prevê questões relacionadas com o professor de Libras, prescrevendo ser necessário prover as escolas com: a) professor de Libras ou instrutor de Libras; b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa.

O Decreto que regulamentou esta Lei, trata, dentre outros temas, da formação do professor de Libras, prescrevendo o seguinte:

“Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

⁵ (<http://emec.mec.gov.br/>, acesso em 2 de fevereiro de 2014).



Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilíngue, referida no caput.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

Art. 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

- I - professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;
- II - instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;
- III - professor ouvinte bilíngue: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

§ 2º A partir de um ano da publicação deste Decreto, os sistemas e as instituições de ensino da Educação Básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério.

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos:

- I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;
- II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;
- III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e
- IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição.

Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.



Art. 10. As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a Educação Básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngue: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;

II - de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;

III - de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 12. As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 13. O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O tema sobre a modalidade escrita da língua portuguesa para surdos deve ser incluído como conteúdo nos cursos de Fonoaudiologia”.

Assim, com base na legislação citada, o Curso de Letras Libras aqui projetado trata da formação de **Professores de Libras para as séries finais da Educação Fundamental, para o Ensino Médio, e para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior**. O campo de atuação do Licenciado em Letras Libras é, portanto, no ensino de Libras como L1 (Primeira Língua) e como L2 (Segunda Língua), nos diversos níveis de ensino.

Definindo currículo como “todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integram um curso”, sem abandonar o conceito de disciplinas, mas aliando a elas a possibilidade de formação também através de atividades acadêmicas curriculares que venham a contribuir para a aquisição de habilidades e competências necessárias à formação do profissional, o Parecer CNE/CES Nº 492/2001 propõe que os Cursos de Letras sejam organizados com flexibilidade. Essa flexibilidade se dá através da estruturação dos cursos de maneira a:

- facultar opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho;
- oportunizar o desenvolvimento de habilidades que propiciem o alcance de competência na atuação profissional;
- priorizar uma pedagogia centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno;



- promover a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e com programas de pós-graduação;
- propiciar a autonomia universitária através da responsabilização da definição do perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio pela Instituição de Ensino Superior.

A relação teoria-prática e o princípio da ação-reflexão-ação permeiam a concepção do Curso Letras Libras e guia a formatação de seu currículo, que se articula levando em conta os aspectos metodológicos e epistemológicos das Diretrizes Curriculares Nacionais. Esses aspectos são considerados, principalmente, no que diz respeito aos seguintes parâmetros:

Desenvolvimento de diferentes competências e habilidades – o Curso Letras Libras é estruturado de modo a privilegiar a busca do saber através:

- da atualização da cultura científica geral e da cultura profissional específica;
- do desenvolvimento de uma consciência ética na atuação profissional e na responsabilidade social ao compreender a segunda língua e suas literaturas como conhecimento histórico desenvolvido em diferentes contextos sociopolíticos, culturais e econômicos;
- do diálogo entre a sua área e as demais áreas do conhecimento ao relacionar o conhecimento acadêmico-científico à realidade social, e ao conduzir e aprimorar práticas profissionais, propiciando a percepção da abrangência da relação entre conhecimento e realidade social;
- da liderança pedagógica e/ou intelectual, articulando-se com os movimentos socioculturais da comunidade em geral e, especificamente, da sua categoria profissional; do desenvolvimento de pesquisas no campo teórico-investigativo da área de língua e literaturas estrangeiras; e
- do uso das atuais tecnologias de informação e de comunicação como instrumentos de aprendizagem e de desenvolvimento profissional.

Flexibilização curricular – a estruturação da matriz curricular do Curso Letras Libras atende às especificidades da Libras, enquanto L2 para os ouvintes e L1 para os surdos; um leque de disciplinas é oferecido em horários concomitantes, possibilitando ao aluno escolher disciplinas optativas da matriz geral dos cursos de Letras em horários alternativos, possibilitando adequação às necessidades e acessibilidade do aluno surdo mediante oferecimento da mediação linguística do profissional intérprete. Ainda, a determinação de pré-requisitos se dá de maneira a evitar o engessamento de disciplinas.

Integração vertical e horizontal – a escolha e a distribuição das disciplinas ao longo do Curso visa promover essa integração sem, no entanto, abrir mão da flexibilização curricular.

Interdisciplinaridade – no Curso Letras Libras, a interdisciplinaridade se manifesta na prática de sala de aula através da aplicação de procedimentos metodológicos com ênfase em projetos temáticos centrados na inter-relação entre ciência,



tecnologia e sociedade, no enfrentamento de situações-problema pela perspectiva dialógica e na abordagem centrada em eventos, em que se recorre a comparações entre referências e diversas áreas do saber. Este PPC deve promover a indissociabilidade entre teoria-prática, e ter como princípio metodológico a interdisciplinaridade, visto que esta refere-se a uma postura imprescindível para a integração das várias áreas de conhecimento que constituem o currículo do curso.

Avaliação contínua – no Curso Letras Libras, a avaliação desempenha plenamente seu sentido de verificação do processo de aprendizagem, ao propiciar ao aluno entendimento de seu "estado de conhecimento", permitindo-lhe repensar seu processo pessoal de aprendizagem, podendo, assim, tomar decisões; nesse sentido, então, a avaliação assume um caráter formativo. Essa avaliação permite ao aluno um retorno às ações que executou e a seus resultados, passando a ter tanto para o aluno, como para o professor, função diagnóstica de análise da relação entre os objetivos e os resultados alcançados, tornando possível tomar as providências para ajuste entre os objetivos e as estratégias.

Esses parâmetros devem estar articulados com os princípios gerais da formação de licenciados, com vistas a uma relação pedagógica que extrapole o processo de transmissão de conhecimentos, ao proporcionar, principalmente, processos de interação que permitam um movimento de aprendizagem dinâmico, multi-referencial, crítico e construtivo.⁶

1.1.7 A política atual de atenção aos direitos linguísticos dos surdos na Educação Básica

Para contextualizar o diagnóstico da área no país, trazemos dados e análises do documento “Carta-Denúncia dos Surdos Usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras) ao Ministério Público Federal sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Imposta à Educação de Surdos pela Secretaria de Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação” (SECADI/MEC):

“Por meio de dados extraídos do IBGE/2000 e INEP/2005, pode-se verificar que após a mudança na legislação, entre 2002 (Lei de Libras) e 2010 (discussões sobre o Plano Nacional de Educação), houve uma drástica e violenta diminuição do número de alunos surdos ou com deficiência auditiva em classes e escolas sinalizadoras, passando de 35.582 matrículas em 2002 para 18.323 matrículas em 2010, depois de ter mantido um crescimento tendencial entre 2002 e 2005 (em 2003, 36.242 matrículas, em 2004, 36.688 matrículas, e 2005, 35.647 matrículas nessas classes e escolas específicas).

O que está ocorrendo é que a educação brasileira está se debatendo entre a necessidade de oferecer aos surdos uma educação inclusiva (em qualquer escola regular) ou uma educação bilíngue de qualidade em escolas bilíngues.

⁶ Estes parâmetros estão seguindo as propostas do PPC do Curso de Letras/Libras da Universidade Federal de Santa Catarina, que foi o primeiro Curso de Letras Libras criado no Brasil, cujo material é de domínio público.



É certo que, após a regulamentação da Lei 10.436/2002 pelo Decreto 5.626/2005, houve um aumento recorde de matrículas de jovens surdos ou com deficiência auditiva na Educação Básica (somadas as matrículas tanto em escolas e classes específicas quanto em classes comuns da rede regular de ensino. Contudo, depois de 2006, quando as matrículas em escolas regulares pela primeira vez ultrapassaram as matrículas em classes e escolas específicas, começou a haver uma queda do número total de alunos surdos no sistema escolar como um todo: em 2007 desceu para 63.574, em 2008 para 66.657, em 2009 para 63.036, tendo em 2010 verificado uma súbita elevação para 70.823, mesmo assim inferior a 2006 (uma diferença negativa de 1.315 matrículas).

Enquanto aumentou o número de alunos surdos e com deficiência auditiva matriculados entre a Lei 10.436/2002 e o decreto que a regulamentou, em dezembro de 2005 (daí por que em 2006 tenhamos chegado a um número recorde de pessoas surdas e com deficiência auditiva nas escolas), a partir de 2007 esse número passou a declinar, apesar do aumento do número de alunos surdos e com deficiência auditiva nas escolas regulares.

Entre 2006 e 2009, foram fechadas 13.552 vagas em classes e escolas específicas para alunos surdos e com deficiência auditiva, e apenas 4.450 novas matrículas de alunos surdos e com deficiência auditiva surgiram em classes comuns do ensino regular, o que permite visualizar o dado alarmante de que, entre 2006 e 2009, 9.102 alunos surdos e com deficiência auditiva foram excluídos do sistema escolar.

Mais ainda, se 19.716 novos alunos surdos e com deficiência auditiva ingressaram no sistema educacional geral do país, entre 2002 e 2006, a partir da política de fechamento das classes e escolas específicas, esse acréscimo baixou, em 2009, para 10.614!

Os dados de 2010 sobre o conjunto de alunos surdos e com deficiência auditiva merecem uma análise à parte. Segundo o Censo Escolar 2010 (INEP/MEC), houve uma diminuição na Educação Infantil, entre 2008 e 2010, de 23.856 matrículas de crianças com deficiência. Em 2008, havia 93.297 matrículas desse segmento; em 2009, 74.779; em 2010, 69.441. Nada indica, portanto, que a elevação do número de matrículas de surdos e com deficiência auditiva na Educação Básica em 2010 se deva a uma maior capacidade do sistema de incluir e manter crianças surdas no início de sua vida escolar.

Como se explicaria, então, esse aumento? Não resta dúvida, é forte a hipótese de que ele seria causado pelo retorno aos estudos de jovens surdos e com deficiência auditiva na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos). Pelo menos desde 2007 (quando houve uma queda de 5,8% do número de pessoas com deficiência no sistema de Educação Básica), o INEP junta em sua publicação anual o número de matrículas do ensino regular ao de educação de jovens e adultos. Assim, esses dados da inclusão de surdos e pessoas com deficiência auditiva no ensino regular expressa também o número desses alunos “fora de faixa etária”, que retornam à escola após tê-la abandonado (ou de terem sido dela excluídos, dada a alienação linguística); dentre eles, alunos surdos que retornam aos estudos após terem adquirido a Libras fora da escola, podendo, então, a ela retornar em condições de acompanhar o trabalho do intérprete.

Independentemente dessa hipótese, o mais grave é que, se considerarmos o aumento da população, não houve qualquer alteração significativa, tanto



em termos absolutos quanto percentuais, do número de alunos surdos e com deficiência auditiva no sistema educacional. Isso, mesmo levando em conta a elevação do número de matrículas desse segmento em 2010, que, de qualquer forma, resulta num número inferior ao de 2006. Segundo os dados do Censo Populacional (IBGE) de 2000, havia no Brasil cerca de 5.750.805 (cinco milhões, setecentos e cinquenta mil, oitocentos e cinco) crianças e jovens surdos e com deficiência auditiva; desses, 519.460 (quinhentos e dezenove mil, quatrocentos e sessenta) entre 5 e 17 anos (idade de Educação Básica). Se esses números se mantiverem (e considerando ainda que os números de matrículas de que dispomos incluem também os alunos de Educação de Jovens e Adultos, portanto, alunos fora da idade escolar padrão), em 2010 apenas 13,63% de crianças e jovens surdos em idade escolar, somados a outros fora dessa faixa etária (alunos da EJA), estavam no sistema escolar. Em 2003, esse percentual era de 10,78%!

Em outras palavras, a atual política de inclusão educacional, apesar dos graves prejuízos aos direitos linguísticos dos surdos, tem sido incapaz de alterar a exclusão educacional de crianças e jovens surdos e com deficiência auditiva, elevando percentualmente o nível de inclusão em apenas de 2,85% (e talvez graças à “inclusão” dos números de EJA no cômputo geral das matrículas de pessoas surdas e com deficiência auditiva da Educação Básica).

Se tomarmos somente os alunos surdos (entre 2004 e 2008 o INEP/MEC publicou estatísticas diferentes para surdos e deficientes auditivos), a situação se apresenta bem mais grave, como podemos ver na tabela a seguir:



Alunos surdos	2004	2005	2006	2007	2008
Classes e escolas específicas	17.179	28.293	26.750	15.964	14.797
Classes comuns	10.208	18.375	21.231	16.320	17.968
Total de classes e escolas específicas e classes comuns	27.387	46.668	47.981	32.284	32.765

[elaborada com base em dados do INEP/MEC]

Nesse caso específico, entre 2005 e 2008, houve uma diminuição de 13.496 matrículas de alunos surdos em classes e escolas específicas, em que gozavam do direito legal constitucional ao ensino na língua de sinais, além do convívio com outros usuários da mesma língua. Essa grave diminuição dos que gozam desse direito constitucional fundamental não pode nem mesmo ser justificada sob a desculpa de que aumentou a inclusão educacional de crianças e jovens surdos: após um aumento de 19.281 matrículas entre 2004 e 2005, houve entre 2005 e 2008 uma queda de 15.216 matrículas de alunos surdos na Educação Básica como um todo (tomadas as duas modalidades de ensino: classes e escolas específicas e regulares): desceu de 46.668 para 32.765 matrículas.

A conclusão a que, pelas evidências, somos forçados a chegar, com base nesses dados oficiais, é que quando são negados os direitos linguísticos de crianças e jovens surdos, retirando-lhes classes e escolas que se constituem em condição de aquisição e desenvolvimento de sua língua, também lhes são retirados o acesso ao sistema de educação geral.

Na base desse grave prejuízo educacional, e o explicando em suas causas, encontramos a alienação linguística dessas crianças e jovens, que, ao serem arrancados de ambientes linguísticos que são favoráveis ao seu convívio social, ao desenvolvimento de sua aquisição linguística e, em consequência, ao seu aprendizado, terminam por abandonar as escolas lusófonas.

Assim, algo tão ou mais grave do que o abandono escolar ocorre aí: a política de fechamento das escolas e classes específicas baseadas na Libras significa também um grave prejuízo à “identidade linguística da comunidade surda”, bem como à determinação constitucional mais geral de “que sua [das pessoas com deficiência] identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda”, conforme ordena explícita inequivocadamente a *Convenção*. Em outras palavras, em claro confronto com a legislação constitucional (Constituição Federal e *Convenção*) e ordinária (Lei 10.436/2002 e Decreto 5.626/2005), a política de fechamento de classes e escolas que têm a Libras como primeira língua e língua de instrução é um grave atentado aos direitos linguísticos dos surdos”.⁷

⁷⁴Carta-Denúncia dos Surdos Usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras) ao Ministério Público Federal sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Imposta à Educação de Surdos pela Secretaria de Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação” (SECADI/MEC).



1.1.8 Formação de Pessoal

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) constitui a Educação Básica como referência principal para a formação dos profissionais da Educação. Do ponto de vista legal, os objetivos e conteúdos de todo e qualquer curso ou programa de formação ou continuada de professores devem tomar como referência: os Artigos 22, 27, 29, 32, 35 e 36 da mesma LDBEN, bem como as normas nacionais instituídas pelo Ministério da Educação, em colaboração com o Conselho Nacional de Educação.

Nesses artigos, a LDBEN determina as finalidades gerais da Educação Básica e os objetivos da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio. No entanto, há dois aspectos no Art. 61 que precisam ser destacados: a relação entre teoria e prática e o aproveitamento da experiência anterior.

Aprendizagens significativas, que remetem continuamente o conhecimento à realidade prática do aluno e às suas experiências, constituem fundamentos da Educação Básica, expostos nos artigos citados. Importa que constituam, também, fundamentos que presidirão os currículos de formação continuada de professores. Para construir junto com os seus futuros alunos experiências significativas e ensiná-los a relacionar teoria e prática é preciso que a formação de professores seja orientada por situações equivalentes de ensino e de aprendizagem.

Segundo a Resolução CNE/CP 1/2002 que traz as Diretrizes para a Formação de Professores, **conceber e organizar um curso de formação de professores implica**: a) definir o conjunto de competências necessárias à atuação profissional; b) tomá-las como norteadoras tanto da proposta pedagógica, em especial do currículo e da avaliação, quanto da organização institucional e da gestão da escola de formação. Estabelece que a formação deve garantir os conhecimentos da escolaridade básica, visto que ninguém promove a aprendizagem de conteúdos que não domina nem a constituição de significados que não possui.

A atuação profissional do professor define os diferentes âmbitos que subsidiam o desenvolvimento das competências, e incluem:

- cultura geral e profissional;
- conhecimento sobre crianças, jovens e adultos;
- conhecimento sobre a dimensão cultural, social e política da educação;
- conteúdos das áreas de ensino;
- conhecimento pedagógico;
- conhecimento advindo da experiência.

Para atuação multidisciplinar ou em campos específicos do conhecimento, aquilo que o professor precisa saber para ensinar não é equivalente ao que seu aluno vai aprender: além dos conteúdos definidos para as diferentes etapas da escolaridade nas quais o futuro professor atuará, sua formação deve ir além desses conteúdos, incluindo conhecimentos necessariamente a eles articulados, que compõem um campo de ampliação e aprofundamento da área.



Os professores em formação precisam conhecer os conteúdos definidos nos currículos da Educação Básica, pelo desenvolvimento dos quais serão responsáveis, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam. É necessário tratá-los de modo articulado, o que significa que o estudo dos conteúdos da Educação Básica que irão ensinar deverá estar associado à perspectiva de sua didática e a seus fundamentos.

De acordo com tais Diretrizes, dentre as **características consideradas como inerentes à atividade docente**, destacam-se:

- orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos;
- comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos alunos;
- assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos;
- incentivar atividades de enriquecimento cultural;
- desenvolver práticas investigativas;
- elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares;
- utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio;
- desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe.

Comenta que, quando define as incumbências dos professores, a LDBEN não se refere a nenhuma etapa específica da escolaridade básica. Traça um perfil profissional que independe do tipo de docência: multidisciplinar ou especializada, por área de conhecimento ou disciplina, para crianças, jovens ou adultos.

Diz que os **docentes são os profissionais responsáveis por:**

- participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- zelar pela aprendizagem dos alunos;
- estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Também segundo tais Diretrizes, os **instrumentos de avaliação da aprendizagem dos profissionais em formação** devem ser diversificados. Avaliar as competências dos futuros professores é verificar não apenas se adquiriram os conhecimentos necessários mas também se, quanto e como fazem uso deles para resolver situações-problema – reais ou simuladas – relacionadas, de alguma forma, com o exercício da profissão.

A avaliação deve ser realizada mediante critérios explícitos e compartilhados com os futuros professores, uma vez que o que é objeto de avaliação representa



uma referência importante para quem é avaliado, tanto para a orientação dos estudos como para a identificação dos aspectos considerados mais relevantes para a formação em cada momento do curso. Isso permite que cada futuro professor vá investindo no seu processo de aprendizagem, construindo um percurso pessoal de formação. Assim, é necessário prever instrumentos de auto-avaliação, que favoreçam o estabelecimento de metas, o exercício da autonomia em relação à própria formação e orientação do futuro professor para a superação das eventuais dificuldades.

A aprendizagem deve ser orientada pelo princípio metodológico geral que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta a resolução de situações-problemas como uma das estratégias didáticas privilegiadas.

1.1.9 Perfil do Profissional a ser Formado

De acordo com o que preconizam os pareceres CNE/CES 492/2001 e CNE/CES 1363/2001, que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras, entre outros, o Curso Letras Libras pretende **formar profissionais que sejam capazes de lidar com as linguagens, nos contextos oral, sinalizado e escrito, e com a interculturalidade** – construindo e propagando uma visão crítica da sociedade.

Visando à formação de professores que possuam o domínio da língua estudada bem como de fatos relativos às suas culturas, de modo a exercer de maneira plena as atividades de professor e professor-pesquisador, enfim, atividades de profissionais das Letras inseridos nos atuais contextos promovidos pelo advento da globalização, o Curso de Graduação em Letras Libras objetiva oportunizar a **formação de profissionais com perfil caracterizado pelas capacidades de:**

- uso da língua enquanto primeira ou segunda língua, nas modalidades oral, sinalizada e escrita, em termos de recepção e produção de textos de diferentes gêneros;
- reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno educacional, psicológico, social, ético, histórico, cultural, político e ideológico;
- desenvolvimento de uma visão crítica sobre perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias que fundamentam sua formação profissional;
- desenvolvimento de uma postura acadêmico-científica frente às questões relacionadas à aquisição e desenvolvimento de uma língua estrangeira;
- exercício profissional, didático e pedagógico, com utilização de tecnologias contemporâneas, seguindo os desafios do mercado de trabalho;
- percepção da relação entre conhecimentos linguísticos e literários e o entendimento de contextos interculturais, principalmente nas situações que envolvem o ensino/aprendizado de línguas e literaturas estrangeiras;
- domínio dos conteúdos pedagógicos – teóricos e práticos – que permitam a construção dos conhecimentos relativos aos diferentes níveis de ensino;



- atuação consciente e autônoma na busca de uma formação continuada e abrangente do profissional de Letras, em todos os seus segmentos.

Em consonância com os objetivos propostos para o Curso, o licenciado em Letras Libras deve dominar o uso da língua objeto de seus estudos, em termos de suas características culturais, estruturais e funcionais, mantendo-se atento às variedades linguísticas e culturais, envolvendo-se socialmente e assumindo posturas que contribuam para a consciência do outro. Alicerçado na tríade ensino – pesquisa – extensão, o licenciado em Letras deve ter uma base específica de conteúdos consolidada e estar apto a atuar, interdisciplinarmente, como multiplicador de conhecimentos, em áreas afins, apresentando capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multi-interdisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. Nesses contextos, o profissional deve ser capaz de aprofundar-se na reflexão teórica e crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários, beneficiando-se de novas tecnologias para ampliar seu senso investigativo e crítico, investindo continuamente em seu desenvolvimento profissional de forma autônoma e em sua prática pedagógica.

O profissional de Letras Libras deve estar comprometido com a ética, a responsabilidade social e educacional e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho, seja este o da educação ou de outra atividade exercida no âmbito de sua formação.

Bem sintetizam as Diretrizes Curriculares para a formação dos professores da área das Letras, quando dizem: “o objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal⁸, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro. Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente”.

Assim, o Curso Letras Libras da Universidade Federal do Amazonas **formará professores bilíngues (Libras/Língua Portuguesa escrita) aptos para atuarem como professores da Língua Brasileira de Sinais nos diferentes níveis de ensino**, na docência da sua área de competência.

O profissional formado no Curso Letras Libras deverá compreender a complexidade da sociedade, que se manifesta em diferentes modos de linguagem, correspondentes a diferentes interesses em confronto, em relação aos quais o profissional deve se posicionar.

⁸ No caso deste curso, os profissionais interculturalmente competentes atribuem importância especial ao contexto visuogestual e também ao escrito.



O profissional egresso deverá ter conhecimentos teóricos dos componentes fonológico, morfológico, sintático, semântico e discursivo da Libras como primeira e como segunda língua. O egresso deverá ter capacidade de compreender os fatos da língua e de conduzir investigações aplicadas a problemas de ensino e de aprendizagem de LIBRAS como L1 e como L2, e deverá ter capacidade de contribuir para a formação de leitores críticos e produtores de textos.

1.1.10 Competências e Habilidades

Neste PPC, “competência” diz respeito a um conjunto de conhecimentos (saberes), habilidades (saber-fazer, ou seja, estão relacionadas à prática) e atitudes (saber-ser, visto que envolvem aspectos éticos, como: cooperação, solidariedade, participação, etc.). Supõe-se que as competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) podem ser desenvolvidas por meio dos conteúdos programáticos das disciplinas que fazem parte da Matriz Curricular do Curso. Os Conteúdos podem ser abordados em três categorias: Conteúdos Conceituais, Conteúdos Procedimentais e Conteúdos Atitudinais.

Os Conteúdos Conceituais, Procedimentais e Atitudinais estão relacionados aos Quatro Pilares da Educação para o Século XXI, declarados pela UNESCO: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser. Este pilares não podem ser indissociados um do outro.

Sabe-se que todos os conteúdos necessitam de uma base teórica, denominados conceitos, daí a importância dos Conteúdos Conceituais (científicos, intelectuais, filosóficos, calculistas ou de outros parâmetros). Os conceitos desenvolvem a parte cognitiva do ser, ou seja: o intelecto, o raciocínio, a dedução, a memória, proporcionando a construção do conhecimento.

Quando o ser colocar em prática o conhecimento que adquiriu com os Conteúdos Conceituais, diz-se que está utilizando os Conteúdos Procedimentais. Estes também são de caráter profissionalizante. Com estes Conteúdos Procedimentais, o estudante compreende o ofício de determinadas profissões, desenvolvendo as habilidades específicas necessárias para o exercício das mesmas. Os Conteúdos Procedimentais são caracterizados pelo avanço do conhecimento proporcionado através da experiência do fazer.

Os Conteúdos Atitudinais são aqueles necessários à vivência do ser com o mundo que o rodeia, e dizem respeito às normas e valores, mas, também só é desenvolvido na prática, e em seu uso contínuo.

1.1.10.1 Competências e Habilidades Gerais

Segundo o Parecer CES 492/2001, um curso de Letras deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades, dentre outras:

- reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;



- visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- percepção de diferentes contextos interculturais;
- utilização dos recursos da informática;
- domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

O resultado do processo de aprendizagem deverá ser a formação de profissional que, além da base específica consolidada, esteja apto a atuar, interdisciplinarmente, em áreas afins. Deverá ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. O profissional de Letras deverá, ainda, estar comprometido com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente, deverá ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

Segundo as Diretrizes referidas, estas são as principais competências a serem desenvolvidas na formação da Educação Básica:

Competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática:

- Pautar-se por princípios da ética democrática: dignidade humana, justiça, respeito mútuo, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade, para atuação como profissionais e como cidadãos;
- Orientar suas escolhas e decisões metodológicas e didáticas por valores democráticos e por pressupostos epistemológicos coerentes.
- Reconhecer e respeitar a diversidade manifestada por seus alunos, em seus aspectos sociais, culturais e físicos, detectando e combatendo todas as formas de discriminação.
- Zelar pela dignidade profissional e pela qualidade do trabalho escolar sob sua responsabilidade

Competências referentes à compreensão do papel social da escola:

- Compreender o processo de sociabilidade e de ensino e aprendizagem na escola e nas suas relações com o contexto no qual se inserem as instituições de ensino e atuar sobre ele;
- Utilizar conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social, para compreender o contexto e as relações em que está inserida a prática educativa;
- Participar coletiva e cooperativamente da elaboração, gestão, desenvolvimento e avaliação do projeto educativo e curricular da escola,



atuando em diferentes contextos da prática profissional, além da sala de aula;

- Promover uma prática educativa que leve em conta as características dos alunos e de seu meio social, seus temas e necessidades do mundo contemporâneo e os princípios, prioridades e objetivos do projeto educativo e curricular;
- Estabelecer relações de parceria e colaboração com os pais dos alunos, de modo a promover sua participação na comunidade escolar e a comunicação entre eles e a escola.

Competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar:

- Conhecer e dominar os conteúdos básicos relacionados às áreas/disciplinas de conhecimento que serão objeto da atividade docente, adequando-os às atividades escolares próprias das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica.
- Ser capaz de relacionar os conteúdos básicos referentes às áreas/disciplinas de conhecimento com: (a) os fatos, tendências, fenômenos ou movimentos da atualidade; (b) os fatos significativos da vida pessoal, social e profissional dos alunos;
- Compartilhar saberes com docentes de diferentes áreas/disciplinas de conhecimento, e articular em seu trabalho as contribuições dessas áreas;
- Ser proficiente no uso da Língua Portuguesa e de conhecimentos matemáticos nas tarefas, atividades e situações sociais que forem relevantes para seu exercício profissional;
- Fazer uso de recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a aumentar as possibilidades de aprendizagem dos alunos;

Competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico:

- Criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos alunos, utilizando o conhecimento das áreas ou disciplinas a serem ensinadas, das temáticas sociais transversais ao currículo escolar, dos contextos sociais considerados relevantes para a aprendizagem escolar, bem como as especificidades didáticas envolvidas;
- Utilizar modos diferentes e flexíveis de organização do tempo, do espaço e de agrupamento dos alunos, para favorecer e enriquecer seu processo de desenvolvimento e aprendizagem;
- Manejar diferentes estratégias de comunicação dos conteúdos, sabendo eleger as mais adequadas, considerando a diversidade dos alunos, os objetivos das atividades propostas e as características dos próprios conteúdos;
- Identificar, analisar e produzir materiais e recursos para utilização didática, diversificando as possíveis atividades e potencializando seu uso em diferentes situações;



- Gerir a classe, a organização do trabalho, estabelecendo uma relação de autoridade e confiança com os alunos;
- Intervir nas situações educativas com sensibilidade, acolhimento e afirmação responsável de sua autoridade;
- Utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados, formular propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento de diferentes capacidades dos alunos;

Competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica:

- Analisar situações e relações interpessoais que ocorrem na escola, com o distanciamento profissional necessário à sua compreensão;
- Sistematizar e socializar a reflexão sobre a prática docente, investigando o contexto educativo e analisando a própria prática profissional;
- Utilizar-se dos conhecimentos para manter-se atualizado em relação aos conteúdos de ensino e ao conhecimento pedagógico;
- Utilizar resultados de pesquisa para o aprimoramento de sua prática profissional.

Competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional:

- Utilizar as diferentes fontes e veículos de informação, adotando uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para mudanças, gosto pela leitura e empenho no uso da escrita como instrumento de desenvolvimento profissional;
- Elaborar e desenvolver projetos pessoais de estudo e trabalho, empenhando-se em compartilhar a prática e produzir coletivamente;
- Utilizar o conhecimento sobre a organização, gestão e financiamento dos sistemas de ensino, sobre a legislação e as políticas públicas referentes à educação para uma inserção profissional crítica.

A constituição das competências, além da formação específica, requerem **conhecimentos que possibilitem a inserção do profissional no debate contemporâneo mais amplo**, que envolve tanto questões culturais, sociais, econômicas, como conhecimentos sobre o desenvolvimento humano e a própria docência. Exigem:

a) Cultura geral e profissional. A cultura geral inclui um amplo espectro de temáticas: familiaridade com as diferentes produções da cultura popular e erudita e da cultura de massas e a atualização em relação às tendências de transformação do mundo contemporâneo. A cultura profissional, por sua vez, refere-se àquilo que é próprio da atuação do professor no exercício da docência.

b) Conhecimento sobre crianças, jovens e adultos, no que diz respeito aos aspectos físicos, cognitivos, afetivos e emocionais do desenvolvimento individual tanto de uma perspectiva científica quanto relativa às representações culturais.

c) Conhecimento sobre a dimensão cultural, social, política e econômica da educação. Este âmbito, bastante amplo, refere-se a conhecimentos relativos à



realidade social e política brasileira e sua repercussão na educação, ao papel social do professor, à discussão das leis relacionadas à infância, adolescência, educação e profissão, às questões da ética e da cidadania, às múltiplas expressões culturais e às questões de poder associadas a todos esses temas. Diz respeito, portanto, à necessária contextualização dos conteúdos, assim como o tratamento dos Temas Transversais – ética, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural, a prática a prática educativa, como ética, meio ambiente, saúde, pluralidade, sexualidade, trabalho, consumo e outras.

d) Conteúdos das áreas de conhecimento que são objeto de ensino. Incluem-se aqui os conhecimentos das áreas que são objeto de ensino em cada uma das diferentes etapas da Educação Básica. O domínio desses conhecimentos é condição essencial para a construção das competências profissionais apresentadas nestas diretrizes. Nos cursos de formação para as séries finais do ensino fundamental e ensino médio, a inovação exigida para as licenciaturas é a identificação de procedimentos de seleção, organização e tratamento dos conteúdos, de forma diferenciada daquelas utilizadas em cursos de bacharelado; nas licenciaturas, os conteúdos disciplinares específicos da área são eixos articuladores do currículo, que devem articular grande parte do saber pedagógico necessário ao exercício profissional e estarem constantemente referidos ao ensino da disciplina para as faixas etárias e as etapas correspondentes da Educação Básica. Em ambas as situações é importante ultrapassar os estritos limites disciplinares, oferecendo uma formação mais ampla na área de conhecimento, favorecendo o desenvolvimento de propostas de trabalho interdisciplinar, na Educação Básica.

e) Conhecimento pedagógico

Este âmbito refere-se ao conhecimento de diferentes concepções sobre temas próprios da docência, tais como, currículo e desenvolvimento curricular, transposição didática, contrato didático, planejamento, organização de tempo e espaço, gestão de classe, interação grupal, criação, realização e avaliação das situações didáticas, avaliação de aprendizagens dos alunos, consideração de suas especificidades, trabalho diversificado, relação professor-aluno, análises de situações educativas e de ensino complexas, entre outros.

f) Conhecimento advindo da experiência

Saber – e aprender – um conceito, ou uma teoria é muito diferente de saber – e aprender – a exercer um trabalho. Trata-se, portanto, de aprender a “ser” professor. A competência profissional do professor é, justamente, sua capacidade de criar soluções apropriadas a cada uma das diferentes situações complexas e singulares que enfrenta. Assim, este âmbito de conhecimento está relacionado às práticas próprias da atividade de professor e às múltiplas competências que as compõem e deve ser valorizado em si mesmo. Entretanto, é preciso deixar claro que o conhecimento experiencial pode ser enriquecido quando articulado a uma reflexão sistemática. Constrói-se, assim, em conexão com o conhecimento teórico, na medida em que é preciso usá-lo para refletir sobre a experiência, interpretá-la, atribuir-lhe significado.



1.1.10.2 Competências e Habilidades Específicas

O Curso deverá capacitar o profissional com as seguintes competências e habilidades:

- **conhecer profundamente a estrutura da Libras;**
- **ensinar Libras como L1;**
- **ensinar Libras como L2;**
- **orientar a aprendizagem dos estudantes;**

1.1.11 Objetivos do Curso Letras Libras

Os objetivos desses cursos estão de acordo com o Capítulo IV da LDBEN que versa sobre a Educação Superior, especificando suas finalidades como segue:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

1.1.11.1 Objetivo Geral do Curso Letras Libras

O Curso Letras Libras, por meio de seu Projeto Pedagógico, tem como objetivo geral **produzir conhecimentos nas áreas da Língua de Sinais Brasileira e suas literaturas e culturas, disponibilizando meios para FORMAR PROFESSORES DE LIBRAS capacitados, competentes, críticos e criativos.**



1.1.11.2 Objetivos Específicos do Curso Letras Libras

Este curso de formação de professores de Libras busca, especificamente, capacitar prioritariamente professores surdos, mas também professores ouvintes para que:

- sejam professores bilíngues plenamente proficientes em Libras;
- atuem no ensino da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua, para estudantes surdos, e como segunda língua para estudantes ouvintes;
- comprometam-se com a implementação de ambientes linguísticos o mais naturais possíveis para a aquisição da Libras como L1 para os estudantes surdos, contribuindo para o desenvolvimento pleno dos cidadãos - principalmente dos usuários da Língua de Sinais Brasileira - e para o desenvolvimento da sociedade em geral.

1.2 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

1.2.1 Titulação

Licenciado em Letras Língua Brasileira de Sinais

1.2.2 Modalidade

Presencial

1.2.3 Número de vagas oferecidas pelo curso

30 vagas com ingresso anual

1.2.4 Condições de acesso para portadores de necessidades especiais

Segundo o Decreto Nº 5.296/2004, que trata das normas para a promoção da acessibilidade, esta vem a ser “a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”. No entanto, a acessibilidade não se restringe à mobilidade e que a inclusão não se restringe às pessoas com deficiências, pois as questões que envolvem acessibilidade e inclusão são questões de Direitos Humanos, que demandam ações políticas e recursos.

Todas as edificações a serem construídas para o curso letras Libras deverão atender aos preceitos estabelecidos no Decreto Nº 5.296/2004 e nas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, no que não conflitem com a Lei nº 7.102/1983. O Art. 24 do referido decreto prescreve que:

“Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de



todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

§ 1º Para a concessão de autorização de funcionamento, de abertura ou renovação de curso pelo Poder Público, o estabelecimento de ensino deverá comprovar que:

I - está cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica ou neste Decreto;

II - coloca à disposição de professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas; e

III - seu ordenamento interno contém normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.

Com foco na inclusão e na acessibilidade de estudantes e servidores com deficiências sensoriais, físicas e/ou mentais, e/ou transtornos (globais, psiquiátricos, psicológicos, alimentares, de linguagem, de aprendizagem, etc.), a UFAM criou a **Comissão de Inclusão e Acessibilidade**. Este Espaço visa empreender ações para colaborar com estudantes e servidores da UFAM, com deficiências e transtornos, quanto à permanência e conclusão de seus cursos, como no bem-estar no desempenho de suas funções, além de promover a inserção do tema nos espaços regulares de ensino, pesquisa e extensão universitária.

A Comissão de Inclusão e Acessibilidade participa do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior, iniciado em 2005, o qual promove o fomento à criação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior com vistas à eliminação das barreiras físicas, pedagógicas e nas comunicações, garantindo as condições de acesso e permanência dos alunos com deficiência na educação superior.

Nessa perspectiva, será garantida a **presença de intérpretes de Libras para estudantes surdos** do Curso Letras Libras da UFAM, em obediência à Lei de Acessibilidade 10.048/2000, regulamentada pelo Decreto 5296/2004, que determina tratamento diferenciado para os surdos.

§ 1º O tratamento diferenciado inclui, dentre outros:

III - serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais e no trato com aquelas que não se comuniquem em Libras, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento.

Para este tratamento diferenciado o curso de Letras Libras além de ter os seus próprios servidores intérpretes de Libras, conta com a parceria da Comissão de Inclusão e Acessibilidade da UFAM.

Outra item importante para o atendimento à acessibilidade é a flexibilização curricular. A estruturação da matriz curricular do Curso atende às especificidades da



Libras, enquanto L2 para os ouvintes e L1 para os surdos; um leque de disciplinas é oferecido em horários concomitantes, possibilitando ao aluno escolher disciplinas optativas da matriz geral dos cursos de Letras em horários alternativos, possibilitando adequação às necessidades e acessibilidade do aluno surdo mediante oferecimento da mediação linguística do profissional intérprete. Ainda, a determinação de pré-requisitos se dá de maneira a evitar o engessamento de disciplinas.

1.2.5 Turno

O curso funciona apenas no turno vespertino.

1.2.6 Local de Funcionamento

O curso funciona na sede, no espaço do Instituto de Ciências Humanas e Letras.

1.2.7 Reconhecimento

O curso ainda não foi reconhecido, pois este PPC trata da primeira turma a ser oferecida.

1.2.8 Estrutura e Dinâmica Organizacional do Curso

A integralização da matriz curricular está organizada em um mínimo de oito (8) períodos e um máximo de 12 (doze) períodos, obedecendo a Resolução CEG/CONSEPE Nº 37/2011 que estabelece que a integralização do tempo máximo de duração dos cursos consistirá na integralização do tempo mínimo de duração adicionado de 50% (cinquenta por cento) desse mesmo tempo.

A organização curricular compreende os seguintes eixos:

Conhecimentos Básicos da Área: articulam os conhecimentos fundamentais para os estudos linguísticos, bem como os de natureza específica da visão histórica e humanística da organização escolar;

Conhecimentos Específicos: envolvem conhecimentos de Libras. Compreendem o conjunto de disciplinas que possibilitam a construção do perfil do profissional da área de Letras Libras. Constituem o núcleo responsável pelo desenvolvimento de competências e habilidades próprias do professor de primeira e de segunda língua. Exploram as tecnologias de comunicação.

Conhecimentos Pedagógicos: constituem o núcleo de disciplinas responsáveis pela construção do perfil para a docência e que possibilitam o desenvolvimento de competências e habilidades que garantem o desempenho profissional em sala de aula e no ambiente escolar. Neste núcleo, promove-se a discussão de políticas de ensino, estratégias de planejamento do ensino e da avaliação, a organização dos sistemas de ensino e a preparação para inserção do acadêmico no contexto escolar, preparando-o para o manejo das questões pedagógicas, bem como para as relações interpessoais.



Atividades Acadêmico-Científico-Culturais: compreendem atividades acadêmicas de livre escolha do aluno que têm como objetivo desenvolver posturas de cooperação, comunicação, liderança e aprofundamentos, visando garantir o desenvolvimento de competências que transversalizam a organização curricular. Essas atividades configuram-se em torno de disciplinas optativas, de participação em seminários, de palestras, de atividades de iniciação científica, de projetos multidisciplinares, de monitorias, de publicações de trabalhos de natureza científica na área de formação, de participação em eventos de natureza acadêmica e de atividades de extensão. Nesse sentido, contemplar-se-ão o que é exigido na RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e na RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Perfaz um total de **3.080** horas, sendo: **480** horas de prática como componente curricular (somada a carga horária prática do Trabalho de Conclusão de Curso); **200** horas como atividades acadêmico-científico-culturais e **180** horas de disciplinas optativas. **1.800** horas como conteúdos curriculares de natureza científico-cultural, assim distribuídas: **450** horas como conhecimentos básicos da área, **780** horas como conhecimentos específicos, **570** horas como conhecimentos pedagógicos (como conhecimentos pedagógicos somam **960** horas quando se incluem as **420** horas do estágio supervisionado).

As **atividades acadêmicas do Curso** serão distribuídas da seguinte forma nos semestres letivos:

- 15 semanas de aulas;
- 1 (uma) semana para o evento “Semana de Letras Libras”
- 1 (uma) semana para defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e para a apresentação do Relatório de Estágio Supervisionado;
- 1 (uma) semana para a elaboração semestral/final do Memorial Descritivo das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC).

1.3 CONTEÚDOS CURRICULARES (MATRIZ CURRICULAR)

Segundo as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras, e considerando os diversos profissionais que o curso de Letras pode formar, os conteúdos caracterizadores básicos devem estar ligados à área dos Estudos Linguísticos e Literários, contemplando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas.

Os estudos linguísticos e literários devem fundar-se na percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais. Devem articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática – essenciais aos profissionais de Letras, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade.



De forma integrada aos conteúdos caracterizadores básicos do curso de Letras, devem estar os conteúdos caracterizadores de formação profissional em Letras. Estes devem ser entendidos como toda e qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, e incluem os estudos linguísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e de docência, cursos sequenciais, dentre outros.

No caso das licenciaturas deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a Educação Básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam. O processo articulatório entre habilidades e competências no curso de Letras pressupõe o desenvolvimento de atividades de caráter prático durante o período de integralização do curso.



1.3.1 Distribuição da Carga Horária⁹

Conteúdos curriculares de natureza científico-cultural (conhecimentos básicos, específicos e pedagógicos + parte teórica do TCC)	Estágio Curricular Supervisionado	Atividades acadêmico-científico-culturais	Prática como componente curricular + parte prática do TCC	Disciplinas Optativas
1.800 horas	420 horas	200 horas	480 horas	180 horas
TOTAL=3.080 horas				

Segundo a Resolução CNE/CP Nº 02/2002, “a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, **2.800** (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garantida, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns: I - **400** (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso; II - **400** (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso; III – **1.800** (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico- cultural; IV - **200** (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais... A duração da carga horária... obedecidos os **200** (duzentos) dias letivos/ano dispostos na LDB, será integralizada em, no mínimo, **3** (três) anos letivos”.

Sabemos que a LDB permite certa flexibilidade nas atividades acadêmicas, visando a que estas ultrapassem os limites das paredes de uma sala de aula. O ensino que se desenvolve na sala de aula não poderá ter uma duração abaixo de 1.800 horas, por este motivo este PPC prevê exatamente 1.800 horas para os Conteúdos Curriculares de natureza científico-cultural.

Segundo a Resolução CNE/CES Nº 02/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, na modalidade presencial, para o Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.000h e 3.200h, há o limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos.

1.3.2 Organização Curricular por Eixos: Conteúdos Básicos, Conteúdos Pedagógicos, Conteúdos Específicos, Núcleo Complementar Optativo

Para o desenvolvimento dos **Conteúdos Curriculares**, e tendo em vista a etapa da escolaridade para a qual os estudantes do Curso Letras Libras estão sendo preparados, estão previstos o **Eixo de Formação Básica** e o **Eixo de Formação Específica**. Estes dois eixos precisam ser permanentemente articulados. Como está explícito no Parecer acima referido, “para constituir competências comuns é preciso

⁹ Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.000h e 3.200h: Limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos. Resolução CNE/CES Nº 2/2007.



contemplá-las de modo integrado, mantendo o princípio de que a formação deve ter como referência a atuação profissional, onde a diferença se dá, principalmente, no que se refere às particularidades das etapas em que a docência ocorre. É aí que as especificidades se concretizam e, portanto, é ela - a docência - que deverá ser tratada no curso de modo específico”.

O **Eixo da Formação Específica**, no caso deste Curso Letras Libras, diz respeito aos conhecimentos necessários para a atuação bilíngue, por meio da Língua Brasileira de Sinais, que não envolve apenas um bilinguismo aditivo, mas um bilinguismo forte, considerando tratar-se de estudantes surdos ou de estudantes que conviverão com as características sociais e identitárias das comunidades surdas.

O **Eixo da Formação Pedagógica** articula os conhecimentos a serem ensinados e os conhecimentos pedagógicos que fundamentam a ação educativa. No entanto, os professores do curso deverão ser incentivados a ultrapassar a visão de que a formação pedagógica é da responsabilidade de pedagogos, e a formação específica é da responsabilidade de especialistas. Antes, a equipe de formadores deve trabalhar de modo interpenetrante, visto que é desejável que os professores dos conteúdos pedagógicos e educacionais a serem ensinados no ensino fundamental e médio estejam integrados com os professores de campos específicos do conhecimento. Este Eixo será o articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade.

Em linha com o **Parecer CNE/CP 9/2001**, dizemos que “é indispensável levar em conta que a atuação do professor não é a atuação nem do físico, nem do biólogo, do psicólogo ou do sociólogo. É a atuação de um profissional que usa os conhecimentos dessas disciplinas para uma intervenção específica e própria da profissão: ensinar e promover a aprendizagem de crianças, jovens e adultos.

A consequência dessa afirmação leva a uma inversão radical. Sendo o professor um profissional que está permanentemente mobilizando conhecimentos das diferentes disciplinas e colocando-os a serviço de sua tarefa profissional, a matriz curricular do curso de formação não deve ser a mera justaposição ou convivência de estudos disciplinares e interdisciplinares. Ela deve permitir o exercício permanente de aprofundar conhecimentos disciplinares e ao mesmo tempo indagar a esses conhecimentos sua relevância e pertinência para compreender, planejar, executar e avaliar situações de ensino e aprendizagem. Essa indagação só pode ser feita de uma perspectiva interdisciplinar”. De fato, preparar-se para trabalhar com pessoas desde o ensino fundamental até o ensino médio exige que se saiba ultrapassar as fronteiras disciplinares.

O **Eixo do Estágio** será o articulador das dimensões teóricas e práticas, respeitando as normas vigentes. Segundo o Parecer CNE/CP 9/2001, “o princípio metodológico geral é de que todo fazer implica uma reflexão e toda reflexão implica um fazer, ainda que nem sempre este se materialize. Esse princípio é operacional e sua aplicação não exige uma resposta definitiva sobre qual dimensão – a teoria ou a prática - deve ter prioridade, muito menos qual delas deve ser o ponto de partida na formação do professor. Assim, no processo de construção de sua autonomia intelectual, o professor, além de saber e de saber fazer deve compreender o que faz.



MATRIZ CURRICULAR DO CURSO LETRAS - LIBRAS (Versão 2014/1)

CURRÍCULO COMO CONSTRUÇÃO CULTURAL

De acordo com Resolução CNE/CES nº 18/2002, Parecer CNE/CES 492/2001, Resolução CNE/CP 2/2002

Conteúdos Curriculares	Sigla	Disciplinas / Atividades Acadêmicas Curriculares	CR	AEA	PCC TCC	ECS AACC	CH	
1. EIXO DE FORMAÇÃO BÁSICA-Conteúdos Caracterizadores Básicos – Área dos Estudos Linguísticos e Literários	IHL001	Introdução aos Estudos Linguísticos	4	60			60	
	IHL002	Leitura e Produção Textual em Língua Portuguesa	5	60	30		90	
	IHL003	Metodologia Científica e Produção Textual Acadêmica em Língua Portuguesa e em Libras	5	60	30		90	
	IHL007	Aquisição de Linguagem	6	90			90	
	IHL009	Introdução aos Estudos Literários	4	60			60	
	IHL013	Estudos Culturais e Cultura Surda	4	60			60	
	IHL026	Psicologia da Linguagem	4	60			60	
	TOTAL			32	450	60		510
2. EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA-Conteúdos da Formação Profissional em Letras/Licenciatura em LIBRAS	IHL008	Fonética e Fonologia da Libras	5	60	30		90	
	IHL010	Lexicografia e Morfologia da Libras	5	60	30		90	
	IHL011	Sociolinguística: Estudos sobre a Libras	5	60	30		90	
	IHL012	Linguística de Corpus e Sistemas de Transcrição	4	60			60	
	IHL017	Escritas de Línguas de Sinais	4	60			60	
	IHL018	Bilinguismo: Políticas para a Educação Bilingue	4	60			60	
	IHL014	Sintaxe da Libras	5	60	30		90	
	IHL015	Semântica e Pragmática: Estudos sobre a Libras	5	60	30		90	
	IHL016	Literatura em Libras: Produção, Tradução e Interpretação	3	30	30		60	
	IHL019	Linguística Textual e Análise do Discurso: Estudos sobre a Libras	5	60	30		90	
	IHL020	Estudos Diacrônicos sobre a Libras	5	60	30		90	
	IHL021	Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas	6	90			90	
	IHL022	Novas Tecnologias e o Processo de Ensino-Aprendizagem de Línguas	5	60	30		90	
	IHL031	Línguas de Sinais Emergentes, Histórias, Línguas e Culturas Africanas e Afro-brasileiras	4	60			60	
TOTAL			65	840	270		1110	
3. EIXO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA-Fundamentos da Educação, Psicologia, Didáticas e Metodologias	IHL004	História da Educação de Surdos	4	60			60	
	IHL006	Psicologia e Educação	4	60			60	
	IHL023	Didática e Avaliação na Educação de Surdos	4	60			60	
	IHL024	Metodologia do Ensino de Língua Brasileira de Sinais como L1	5	60	30		90	
	IHL025	Metodologia do Ensino de Língua Brasileira de Sinais como L2	5	60	30		90	
	IHL029	Materiais Didático-Pedagógicos para o Ensino da Libras como L1	5	60	30		90	
	IHL030	Materiais Didático-Pedagógicos para o Ensino da Libras como L2	5	60	30		90	
	IHL027	Metodologia do Ensino de Literatura em Libras	4	60			60	
	IHL032	Trabalho de Conclusão de Curso-TCC	3	30	30		60	
TOTAL			39	510	150		660	
Prática como Componente Curricular - PCC						480		480



Atividades Acadêmico-Científico-Culturais - AACC						200	200
Estágio Curricular Supervisionado-ECS	IHL028	Estágio: Ensino de Literatura em Libras	4			120	120
	IHL033	Estágio: Ensino de Língua Brasileira de Sinais como L1	5			150	150
	IHL034	Estágio: Ensino de Língua Brasileira de Sinais como L2	5			150	150
	TOTAL		14			420	420
Formação Optativa		Optativa I	4	60			60
		Optativa II	4	60			60
		Optativa III	4	60			60
	TOTAL		12	1.800	480	420	180
RESUMO	Disciplinas / Atividades Acadêmicas Curriculares		CR	AEA	PCC TCC	ECS AACC	CH
	Disciplinas Obrigatórias		150	1.800	480		2.700
	Disciplinas Optativas		12	180			180
	Prática como Componente Curricular – PCC (*)				480		
	Estágio Curricular Supervisionado-ECS (*)		14			420	
	ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS					200	200
	Total de Créditos		162				
Carga Horária Total do Curso						3.080	

Fonte: PROEG/DAE/SIE (Versão 2014/1)

(*) As horas e os créditos de Estágio Curricular Supervisionado (ECS) e Prática como Componente Curricular (PCC), já estão computadas em Disciplinas Obrigatórias.

Siglas:

AEA	Atividades de Ensino-Aprendizagem: componentes de atividades teóricas
AACC	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais
PCC	Prática como Componente Curricular
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
ECS	Estágio Curricular Supervisionado



1.3.3 Organização Curricular por Periodização e Critérios de Organização

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO LETRAS - LIBRAS								
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS – SIE (Versão 2014/1)								
PER	SIGLA	DISCIPLINA	PR	CR	AEA	PCC/TCC	ECS	CH
1	IHL001	Introdução aos Estudos Linguísticos		4	60			60
1	IHL002	Leitura e Produção Textual em Língua Portuguesa		5	60	30		90
1	IHL003	Metodologia Científica e Produção Textual Acadêmica em Língua Portuguesa e em Libras		5	60	30		90
1	IHL004	História da Educação de Surdos		4	60			60
SUBTOTAL				18	240	60		300
2	IHL006	Psicologia e Educação		4	60			60
2	IHL007	Aquisição de Linguagem		6	90			90
2	IHL008	Fonética e Fonologia da Libras	IHL001	5	60	30		90
2	IHL009	Introdução aos Estudos Literários		4	60			60
SUBTOTAL				19	270	30		300
3	IHL010	Lexicografia e Morfologia da Libras	IHL001	5	60	30		90
3	IHL011	Sociolinguística: Estudos sobre a Libras		5	60	30		90
3	IHL012	Linguística de Corpus e Sistemas de Transcrição	IHL001	4	60			60
3	IHL013	Estudos Culturais e Cultura Surda		4	60			60
SUBTOTAL				18	240	60		300
4	IHL014	Sintaxe da Libras	IHL001	5	60	30		90
4	IHL015	Semântica e Pragmática: Estudos sobre a Libras	IHL001	5	60	30		90
4	IHL016	Literatura em Libras: Produção, Tradução e Interpretação		3	30	30		60
4	IHL017	Escritas de Línguas de Sinais		4	60			60
4	IHL018	Bilinguismo: Políticas para a Educação Bilingue		4	60			60
SUBTOTAL				21	270	90		360
5	IHL019	Linguística Textual e Análise do Discurso: Estudos sobre a Libras	IHL001	5	60	30		90
5	IHL020	Estudos Diacrônicos sobre a Libras		5	60	30		90
5	IHL021	Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas		6	90			90
5	IHL022	Novas Tecnologias e o Processo de Ensino-Aprendizagem de Línguas		5	60	30		90
SUBTOTAL				21	270	90		360
6	IHL023	Didática e Avaliação na Educação de Surdos		4	60			60
6	IHL024	Metodologia do Ensino de Língua Brasileira de Sinais como L1	IHL021	5	60	30		90



6	IHL025	Metodologia do Ensino de Língua Brasileira de Sinais como L2	IHL021	5	60	30		90
6	IHL026	Psicologia da Linguagem		4	60			60
6	IHL027	Metodologia do Ensino de Literatura em Libras	IHL009	4	60			60
SUBTOTAL				22	300	60		360
7	IHL028	Estágio: Ensino de Literatura em Libras	IHL009 IHL027	4			120	120
7	IHL029	Materiais Didático-Pedagógicos para o Ensino da Libras como L1	IHL024	5	60	30		90
7	IHL030	Materiais Didático-Pedagógicos para o Ensino da Libras como L2	IHL025	5	60	30		90
7	IHL031	Línguas de Sinais Emergentes, Histórias, Línguas e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras		4	60			60
SUBTOTAL				18	180	60	120	360
8	IHL033	Estágio: Ensino de Língua Brasileira de Sinais como L1	IHL021 IHL023 IHL024 IHL027 IHL029	5			150	150
8	IHL034	Estágio: Ensino de Língua Brasileira de Sinais como L2	IHL021 IHL023 IHL025 IHL030	5			150	150
8	IHL032	Trabalho de Conclusão de Cursos-TCC	IHL024 IHL025 IHL027 IHL028 IHL029 IHL030	3	30	30		60
SUBTOTAL				13	30	30	300	360
TOTAL				150	1800	480	420	2700

Fonte: PROEG/DAE/SIE-Versão 2014/1 (Corrente)



CURSO: IH32 - LETRAS - LIBRAS						VERSÃO: 2014/1	
GRAU DE CURSO: LICENCIADO EM LETRAS - LIBRAS				TURNO: VESPERTINO		SITUAÇÃO: CORRENTE	
CURRÍCULO DO CURSO LETRAS - LIBRAS/UFAM (Versão 2014/1)							
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS							
PER.	SIGLA	NOME DA DISCIPLINA	CRÉD.	CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
				TEÓR.	PRÁT.	TOTAL	
1	IHL001	Introdução aos Estudos Linguísticos	4	60		60	
1	IHL002	Leitura e Produção Textual em Língua Portuguesa	5	60	30	90	
1	IHL003	Metodologia Científica e Produção Textual Acadêmica em Língua Portuguesa e em Libras	5	60	30	90	
1	IHL004	História da Educação de Surdos	4	60		60	
SUBTOTAL			18	240	60	300	
2	IHL006	Psicologia e Educação	4	60		60	
2	IHL007	Aquisição de Linguagem	6	90		90	
2	IHL008	Fonética e Fonologia da Libras	5	60	30	90	IHL001
2	IHL009	Introdução aos Estudos Literários	4	60		60	
SUBTOTAL			19	270	30	300	
3	IHL010	Lexicografia e Morfologia da Libras	5	60	30	90	IHL001
3	IHL011	Sociolinguística: Estudos sobre a Libras	5	60	30	90	
3	IHL012	Linguística de Corpus e Sistemas de Transcrição	4	60		60	IHL001
3	IHL013	Estudos Culturais e Cultura Surda	4	60		60	
SUBTOTAL			18	240	60	300	
4	IHL014	Sintaxe da Libras	5	60	30	90	IHL001
4	IHL015	Semântica e Pragmática: Estudos sobre a Libras	5	60	30	90	IHL001
4	IHL016	Literatura em Libras: Produção, Tradução e Interpretação	3	30	30	60	
4	IHL017	Escritas de Línguas de Sinais	4	60		60	
4	IHL018	Bilinguismo: Políticas para a Educação Bilingue	4	60		60	
SUBTOTAL			21	270	90	360	
5	IHL019	Linguística Textual e Análise do Discurso: Estudos sobre a Libras	5	60	30	90	IHL001
5	IHL020	Estudos Diacrônicos sobre a Libras	5	60	30	90	
5	IHL021	Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas	6	90		90	
5	IHL022	Novas Tecnologias e o Processo de Ensino-Aprendizagem de Línguas	5	60	30	90	
SUBTOTAL			21	270	90	360	
6	IHL023	Didática e Avaliação na Educação de Surdos	4	60		60	
6	IHL024	Metodologia do Ensino de Língua Brasileira de Sinais como L1	5	60	30	90	IHL021
6	IHL025	Metodologia do Ensino de Língua Brasileira de Sinais como L2	5	60	30	90	IHL021
6	IHL026	Psicologia da Linguagem	4	60		60	



6	IHL027	Metodologia do Ensino de Literatura em Libras	4	60		60	IHL009
SUBTOTAL			22	300	60	360	
7	IHL028	Estágio: Ensino de Literatura em Libras	4		120	120	IHL009 IHL027
7	IHL029	Materiais Didático-Pedagógicos para o Ensino da Libras como L1	5	60	30	90	IHL024
7	IHL030	Materiais Didático-Pedagógicos para o Ensino da Libras como L2	5	60	30	90	IHL025
7	IHL031	Línguas de Sinais Emergentes, Histórias, Línguas e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras	4	60		60	
SUBTOTAL			18	180	180	360	
8	IHL033	Estágio: Ensino de Língua Brasileira de Sinais como L1	5		150	150	IHL021 IHL023 IHL024 IHL027 IHL029
8	IHL034	Estágio: Ensino de Língua Brasileira de Sinais como L2	5		150	150	IHL021 IHL023 IHL025 IHL030
8	IHL032	Trabalho de Conclusão de Cursos-TCC	3	30	30	60	IHL024 IHL025 IHL027 IHL028 IHL029 IHL030
SUBTOTAL			13	30	330	360	
TOTAL			150	1800	900	2700	

DISCIPLINAS OPTATIVAS							
PER.	SIGLA	NOME DA DISCIPLINA	CRÉD	CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
				TEÓR.	PRÁT.	TOTAL	
	IHL005	Libras I	4	60		60	
	IHL035	Libras II	4	60		60	
	IHL036	Libras III	4	60		60	
	IHL037	Introdução à Educação à Distância	4	60		60	
	IHL038	Tradução e Interpretação da Libras	4	60		60	
	IHL039	Comunidades Surdas e a Libras no Ciberespaço e Telecomunicações	4	60		60	
	IHL040	Metodologia para o Ensino de Língua Portuguesa como L2	4	60		60	
SUBTOTAL			28	420	0	420	
O aluno cumprirá obrigatoriamente 180 horas de Disciplinas Optativas, equivalentes a 12 créditos, com 60 h por disciplina (3X60=180)							
Fonte: PROEG/DAE/SIE-Versão 2014/1 (Corrente)							



CARGA HORÁRIA (TOTAIS)	
CARGA HORÁRIA TOTAL:	3080
CARGA HORÁRIA DE OPTATIVAS:	180
CARGA HORÁRIA DE OBRIGATÓRIAS:	2700
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (*)	420
CARGA HORÁRIA DE AACC:	200
CARGA HORÁRIA (TOTAIS)	
TOTAL DE CRÉDITOS:	162
CRÉDITOS DE OPTATIVAS:	12
CRÉDITOS DE OBRIGATÓRIAS:	150
CRÉDITOS DE ESTÁGIOS: (*)	14
CRÉDITOS DE AACC:	
PERÍODOS (TOTAIS)	
MÍNIMO DE PERÍODOS:	8
MÁXIMO DE PERÍODOS:	12
MÍNIMO DE CRÉDITOS:	12
MÁXIMO DE CRÉDITOS:	26

Fonte: PROEG/DAE/SIE (Versão 2014/1)

(*) As horas e créditos de Estágio Curricular Supervisionado, já estão incluídas em Disciplinas Obrigatórias.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO LETRAS - LIBRAS (Versão 2014/1)			
QUADRO SINÓPTICO DA MATRIZ CURRICULAR	DESCRIÇÃO	CH	CR
	Disciplinas Obrigatórias	2700	150
	Disciplinas Optativas	180	12
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)	200	
	Estágio Curricular Supervisionado (*)	420	14
	TOTAL GERAL	3080	162

Fonte: PROEG/DAE/SIE (Versão 2014/1)

(*) As horas e os créditos de Estágio Curricular Supervisionado, já estão incluídas em Disciplinas Obrigatórias.

QUADRO GERAL DA INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO LETRAS - LIBRAS (Versão 2014/1)									
Número de Períodos		Créditos por Período		Créditos Exigidos		Carga Horária Exigida		Integralização Total Exigida	
Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Créd. Obrig.	Créd. Optativas	C.H. Optativas	C.H. Obrig.	Créditos	Carga Horária
12	8	26	12	150	12	180	2700	162	3080



Este PPC não segue a lógica da mera listagem de disciplinas obrigatórias e respectivas cargas horárias. Toma como referência as Competências, Habilidade e Atitudes que se quer que o professor constitua a partir do trabalho desenvolvido no curso. “São as competências que orientam a seleção e o ordenamento de conteúdos dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional bem como a alocação de tempos e espaços curriculares”.¹⁰

As disciplinas foram organizadas por eixos, em torno dos quais se articulam dimensões que precisam ser contempladas na formação profissional docente.

As disciplinas são recursos que ganham sentido em relação aos âmbitos profissionais visados. A definição de tempos e programas são fundamentais para alcançar os objetivos da formação e para a apropriação e a organização de conhecimentos. Estes não se referem apenas aos tempos e espaços das disciplinas, mas a tempos e espaços curriculares diversificados, tais como: oficinas, seminários "longitudinais" e interdisciplinares, grupos de trabalho supervisionado, grupos estudo, sobre temas educacionais e profissionais, exposições e debates de trabalhos realizados, monitorias, eventos, atividades de extensão, etc., que podem propiciar, aos professores em formação, percursos de aprendizagens e modos de organização do trabalho diferenciados.

É muito importante que sejam incentivadas ações de produção e aprendizagem colaborativa, visando a que os estudantes desenvolvam sua autonomia profissional e intelectual, e também o seu senso de responsabilidade pessoal e coletiva – que vem a ser a base da ética profissional. Para tal finalidade, neste PPC está prevista a aprendizagem com recursos de tecnologia da informação, pois estes, dentre outros objetivos, possibilitam a convivência interativa dentro da instituição e entre esta e o ambiente educacional. Este PPC também incentiva as experiências individuais, como a produção de memorial, o registro da história de aluno, as reflexões sobre sua atuação profissional, projetos de investigação sobre temas específicos, culminando com o Trabalho de Conclusão de Curso.

1.3.4 Estágio Supervisionado

O Estágio, no âmbito deste PPC, jamais pode ficar reduzido a algo fechado, desarticulado do restante do curso, antes a integração e transição de conhecimentos deve percorrer, sistematicamente, todo o curso, mediante a reflexão pessoal e a reflexão coletiva sobre esse processo. Devem ser planejadas atividades em que os futuros professores coloquem em prática os conhecimentos que aprenderem, mobilizando outros conhecimentos e experiências, como a seguir:

a) No interior das disciplinas, visto que todas as disciplinas – não apenas as disciplinas pedagógicas - têm sua dimensão prática.

¹⁰ Parecer CNE/CP 9/2001.



b) No tempo e espaço curricular específico para a dimensão prática, o que significa transcender o estágio e promover a articulação das diferentes práticas numa perspectiva interdisciplinar. Esta articulação pode se dar por procedimentos de observação e reflexão em situações contextualizadas (como o registro de observações realizadas e a resolução de situações-problema, por meio da observação direta ou por meio das tecnologias de informação, de narrativas orais e escritas de professores, de produções dos alunos, de estudo de casos, dentre outras.

c) Nos estágios a serem feitos nas escolas de Educação Básica. A despeito de o último período ser reservado para o estágio supervisionado, não significa que o estágio deve se restringir a este período, pois este deve estar sendo preparado desde os primeiros períodos, reservando um período para a docência compartilhada, sob supervisão, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes.

Deverá existir um projeto de estágio planejado e avaliado conjuntamente pela escola de formação e as escolas campos de estágio. O estágio não deverá ficar apenas sob a responsabilidade de um único professor da escola de formação, mas deve envolver a atuação coletiva dos formadores.

O estágio curricular supervisionado de ensino é definido no Parecer CNE 28/2001 como “o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário”.

Jamais pode ser entendido como uma atividade avulsa que serve para prover o estudante de recursos para sua sobrevivência, ou que sirva de mão-de-obra barata para o mercado. Tal como afirma o Art. 1º, § 2º da LDB, que diz que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”, o estágio curricular supervisionado oferece ao futuro profissional um conhecimento do real em unidades escolares dos sistemas de ensino, sendo um importante momento para se verificar a presença das competências exigidas na prática profissional.

O estágio curricular supervisionado é uma atividade de capacitação em serviço e que só pode ocorrer em unidades escolares onde o estagiário assuma o papel de professor, testando, por um período determinado, suas competências. Este tempo não pode ser prolongado, para não atrapalhar o projeto pedagógico da unidade escolar que recebe o estagiário. Para tal, o estágio curricular supervisionado deve acontecer a partir do início da segunda metade do curso, e conforme a legislação vigente.

A instituição formadora, em nosso caso, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, deve garantir certo nível de excelência e este não poderá ter uma duração



inferior a 400 (quatrocentas) horas, conforme prescreve a legislação. No entanto, no caso de estudantes que têm efetivo exercício regular da atividade docente na Educação Básica, o estágio curricular supervisionado poderá ser reduzido, em até 200 (duzentas) horas, no máximo.

A obrigatoriedade e a carga horária do estágio curricular supervisionado da Licenciatura são definidos na legislação federal (LDB, Resoluções CNE/CP Nº2/2002, CNE/CP Nº1/2002), que estabelece que o estágio, de até 400 horas, deve ser realizado em escola de Educação Básica, a partir da segunda metade do curso.

Em geral, o estágio compreende, em sua estrutura, uma fase de assistência à prática docente em ensino fundamental e/ou médio culminando com um período caracterizado como ‘docência compartilhada’, quando a prática do aluno-estagiário é supervisionada pelo professor da instituição de ensino superior que oferece a Licenciatura e o professor da classe em que o estágio acontece.

Indo além do desenvolvimento da atividade de docência, o estágio deve ser visto como oportunidade de vivência de diferentes práticas ligadas ao contexto escolar, tais como aquelas relacionadas ao planejamento, gestão e avaliação de propostas pedagógicas. De acordo com o preconizado no Art. 13 da LDB, o docente deve envolver-se, além da prática de sala de aula, em atividades de planejamento, as quais podem ser: de elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino e de planos de trabalho específicos, de atividades de avaliação, de aprimoramento profissional e de integração da escola com as famílias e a comunidade em geral, dentre outras. Desta forma, o estágio pode e deve, também, proporcionar a vivência escolar de maneira completa, indo além das fronteiras da sala de aula.

No Curso de Licenciatura em Letras Libras, o estágio supervisionado realiza-se por meio de 3 (três) disciplinas que acontecem no 7º e no 8º semestres do Curso, sendo o último, dedicado exclusivamente ao estágio supervisionado.

1.3.4.1 Normatização do Estágio

Conforme a Lei Nº 11.788/2008, definimos “Estágio” como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

O estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. O estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.



O estágio jamais cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

- matrícula e frequência regular do educando no curso;
- celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

O estágio supervisionado deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos em relatórios referidos e por menção de aprovação final.

Compete à INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

- celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
- comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Compete à PARTE CONCEDENTE:

As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

- celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;
- ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso



do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

- contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;
- por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior.

O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.



1.3.5 Prática como Componente Curricular

É altamente desejável a articulação entre a teoria e a prática. Esta articulação refere-se a um movimento entre o saber e o fazer, movimento este que ilumina as situações cotidianas da educação escolar. A prática como componente curricular deve vir a ser uma atividade flexível, como um item de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. A prática deve se dar desde o início do processo formativo, e de estender-se por todo o processo de formação em articulação primordial com o estágio supervisionado, mas não apenas com o estágio e sim com as todas as atividades de trabalho acadêmico.

A prática, como componente curricular, transcende a sala de aula e volta-se para a educação escolar como um todo e para os órgãos normativos e os executivos dos sistemas educacionais, podendo voltar-se, também, para outros espaços não escolares tal como está definida no Art. 1º da LDB, que diz que “ A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Neste PPC, caracterizam-se como “Prática como Componente Curricular” (PCC) as atividades que estimulem a consciência reflexiva individual, visando a autonomia intelectual e profissional do futuro professor, com o objetivo de oportunizar a articulação entre a teoria e a prática desde o início do curso. O professor responsável por cada disciplina que envolver horas de PCC deverá diferenciar, em sua prática pedagógica, as atividades práticas, ampliando horizontes e estabelecendo rotinas de questionamento, investigação, análise e aplicação.

De acordo com o Parecer CNE 28/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, os cursos de graduação têm a obrigação de cumprir 300 (trezentas) horas de prática de ensino, exigidas como patamar mínimo no Art. 65 da LDB e no Parecer CNE/CP 9/2001. Segundo este Parecer, trezentas horas são apenas o mínimo abaixo do qual não se consegue dar conta das exigências de qualidade, mas, é procedente destinar mais horas ao tempo mínimo já estabelecido em lei.

O tema foi mais explicitado nas Resoluções CNE/CP 1 e 2/2002. De acordo com estas Resoluções, o Projeto Pedagógico deve garantir, no mínimo, 400 (quatrocentas) horas de práticas que não se restringem ao estágio nem a uma disciplina denominada Prática de Ensino, mas que devem permear todo o curso, efetivando-se no interior das disciplinas. Neste PPC está prevista uma carga horária reforçada de Práticas como Componente Curricular: 480 (quatrocentas e oitenta) horas, principalmente devido à natureza específica do ensino de uma língua não-majoritária, que tem como condição imprescindível a formação de professores bilíngues,.



Como dito anteriormente, a prática deverá estar inserida no âmbito das mais diversas disciplinas, com carga horária e atividades explicitadas nas respectivas ementas e programas. Transcendendo a sala de aula e permeando toda a formação do licenciado, a inter-relação entre teoria e prática permitirá tanto a aplicação (e/ou a transformação) do componente teórico em prática pedagógica, como a construção de conhecimentos e deve estar alicerçada na reflexão sobre as realidades.

Caracterizam-se como PCC atividades como: a análise e a discussão sobre livros didáticos, sobre material traduzido e sobre material produzido em língua estrangeira por sinalizantes de Libras ou por falantes de Língua Portuguesa, assim como a observação de práticas pedagógicas nas escolas. Podem ser, também, análises de propostas curriculares de ensino, depoimentos de alunos que já atuem no mercado, pesquisadores, intérpretes e tradutores, além da escrita de ensaios, da produção de material didático, etc.

1.3.6 Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (Atividades Complementares)

No decorrer do curso, além do ensino presencial, não se deixará de promover outras atividades de caráter científico, cultural e acadêmico, como: seminários, apresentações, exposições, participação em eventos científicos, estudos de caso, visitas, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário, produções coletivas, monitorias, resolução de situações-problema, projetos de ensino, ensino dirigido, aprendizado de novas tecnologias de comunicação e ensino, relatórios de pesquisas são modalidades, dentre outras, sempre com a orientação docente e integradas ao Projeto Pedagógico do Curso. Este enriquecimento é exigido pelo Parecer 9/2001, e não poderá contar com menos de 200 horas, como aqui está previsto¹¹.

Segundo o Parecer citado, “a dinâmica de formação pode ser revista, de preferência por ocasião do processo de reconhecimento de cada curso ou da renovação do seu reconhecimento. A qualidade do projeto será avaliada e permitirá à Instituição seu contínuo aprimoramento, porque a avaliação é um rico momento de revisão do processo formativo adotado”.

As Atividades Complementares, ou Acadêmico-Científico-Culturais, se referem ao aproveitamento de estudos e práticas na área do Curso e áreas afins realizadas ao longo de todo o Curso. Podem ser: monitorias, cursos livres, cursos sequenciais, participação em projetos de pesquisa e extensão, participação em eventos ou outras atividades similares. Também podem ser consideradas como AACC as disciplinas de graduação cursadas além das exigidas pelo Curso. A escolha e validação das atividades complementares deverão ser fundadas no objetivo de flexibilizar o currículo pleno, propiciando ao aluno enriquecimento curricular e aprofundamento interdisciplinar.

¹¹ Há a possibilidade do aproveitamento criterioso de estudos e que pode ser exemplificado no proposto na Resolução CNE/CP 1/99.



1.3.6.1 Normatização das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (ou Atividades Complementares)

Conforme a Resolução CONSEPE/UFAM Nº 018/2007, são Atividades Complementares aquelas atividades acadêmico-científico-culturais relacionadas com o ensino, a pesquisa e a extensão validadas pela Coordenação do Curso, as quais devem perfazer um total de 200 (duzentas) horas, as quais não podem ser aproveitadas como carga horária optativa.

Estas atividades devem ser avaliadas pela Comissão de Avaliação das Atividades Complementares, constituída de 4 (quatro) professores do Curso, nomeados pelo Colegiado do Curso, por período de 2 (dois) anos renováveis por igual período.

São Atividades Complementares de ENSINO as ações desenvolvidas pelas seguintes modalidades:

- Ministrante de curso de extensão ou debatedor em mesa redonda;
- Atividade de monitoria desenvolvida em relação às disciplinas oferecidas na área de conhecimento;
- Participação em Semana de Curso;
- Participação em Programa Especial de Treinamento – PET;
- Carga horária optativa excedente;
- Outras atividades de ensino a critério da Coordenação do Curso;
- Estágios não obrigatórios relativos ao Ensino de Graduação e à matriz curricular do - Curso na qual o aluno se encontra matriculado.

São Atividades Complementares de PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA as ações coordenadas por um professor-orientador voltadas para a investigação de tema relevante na área de sua formação:

- Participação em projetos de pesquisa aprovados e concluídos com bolsas do Programa de Iniciação Científica – PIBIC.
- Participação em projetos de pesquisa aprovados em outros programas.
- Autor ou co-autor em artigo científico publicado em periódico com comissão editorial;
- Premiação em trabalho acadêmico;
- Outras atividades de pesquisa a critério da Coordenação do Curso;
- Apresentação de trabalho científico em eventos de nível regional, nacional ou internacional, como autor.

São Atividades Complementares de Extensão:

- As desenvolvidas sob a forma de congressos, simpósios, seminários, conferências, palestras, fóruns, ou outras similares, como ouvinte ou participante direto;
- As desenvolvidas sob a forma de curso de extensão;
- Participação como membro de comissão organizadora de eventos científicos;
- Representação discente comprovada;



- Outras atividades de Extensão a critério da Coordenação do Curso.
- O aproveitamento das Atividades Complementares deverá ser solicitado mediante documento comprobatório, podendo ser validadas apenas aquelas Atividades realizadas após a matrícula dos estudante no Curso.

As Atividades Complementares devem ser realizadas em horário distinto das aulas e das demais atividades pedagógicas regulares do curso.

1.3.7 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso, neste PPC, constitui-se numa atividade exigida para integralização do curso, e pode referir-se às experiências de estágio ou se constituir num trabalho de pesquisa independente, realizado sob a orientação de um professor designado para tal, ou, ainda, pode referir-se a um artigo publicado em periódico regional, nacional ou internacional.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de acordo com os parâmetros da produção acadêmica, constitui-se do tratamento escrito, de maneira descritiva e analítica, de um assunto relacionado aos conhecimentos adquiridos durante a formação do aluno. O trabalho deve demonstrar que o aluno é capaz de desenvolver e apresentar um trabalho acadêmico, contendo uma reflexão articulada do assunto escolhido, oferecendo à comunidade acadêmica o registro permanente de dados que poderão ser norteadores de futuros projetos de estudo.

Tradicionalmente, os TCC's seguem normas de padronização especificadas pelos respectivos cursos, de acordo com normas científicas de padronização nacionais e internacionais.

1.3.7.1 Normatização do Trabalho de Conclusão de Curso

1. Durante o 5º período ou no início do 6º período, o estudante deverá fazer um primeiro contato com o professor-orientador, que deve ser um dos professores efetivos do departamento ou de outro Departamento da UFAM. O professor escolhido deverá, nessa ocasião, receber uma Síntese do Projeto que o aluno pretende desenvolver. A Síntese do Projeto deverá conter, mesmo que de forma ainda incipiente, a formulação do problema de pesquisa e o(s) objetivo(s) do trabalho a ser realizado, e deverá ser escrita em uma página (espaço duplo, fonte Times New Roman-12).

2. No início do primeiro bimestre da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, (7º período), o estudante deverá firmar o compromisso de orientação com o orientador escolhido, através de formulário fornecido pelo Departamento. O estudante se encarregará de obter a assinatura do professor-orientador no Formulário de Compromisso de Orientação de TCC e de devolvê-lo assinado pelo seu orientador ao professor da disciplina. A partir daí, deverá escrever seu Projeto do TCC, o qual terá caráter de trabalho final dessa disciplina. O orientador deverá dar uma nota final ao Projeto desenvolvido pelo aluno e repassá-la ao professor da



disciplina. A nota dada pelo orientador valerá 50% da nota obtida pelo aluno na disciplina.

3. O Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido em forma de artigo científico, apresentado e defendido no 8º período, conforme conteúdo e cronograma especificados no Projeto do TCC. O professor-orientador será responsável pela orientação do desenvolvimento do trabalho do aluno.

4. A Síntese do Projeto, o Projeto e o próprio TCC deverão ser elaborados em Libras. A apresentação oral e a defesa do TCC também deverão acontecer em Libras.

5. A cada semestre, o Departamento de Educação Bilíngue se encarregará da distribuição dos horários para o semestre seguinte, e o número de vagas de orientação de TCC para cada professor. O coordenador de área ficará responsável pela divulgação destes dados. Deverá ser respeitado o número máximo de 04 orientandos de TCC por professor, salvo exceções que serão avaliadas pelas respectivas áreas. O número de orientandos de TCC aceitos por professor dependerá também de sua carga de orientação de mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos.

6. Para a defesa do TCC, o aluno deverá ter integralizado 2.720 h/a de seu currículo. Este cálculo tem como base os créditos do 1ª ao 7ª períodos (2.520 h/a) e as 200 h/a de atividades complementares.

7. Será função do professor-orientador:

- a) Orientar e acompanhar a elaboração do Projeto e do TCC em todas as suas fases;
- b) Viabilizar, juntamente com o aluno, a composição da banca examinadora e as providências para a realização da apresentação e defesa do TCC.

8. O orientador terá o direito de interromper a orientação desde que apresente carta com justificativa à Coordenação da Área. A Coordenação da Área deverá sugerir um novo orientador, se for o caso.

9. O estudante terá o direito de solicitar, através de requerimento à Coordenação da Área, com justificativa, apenas uma alteração de orientador. A solicitação será analisada pela Coordenação do Curso que deverá, se for o caso, sugerir um novo orientador.

10. Além da apresentação da versão em Libras, o TCC deverá ter a forma escrita de 12 a 40 páginas (da introdução à conclusão) em Língua portuguesa, excluídas as páginas iniciais, as referências bibliográficas e os anexos. O trabalho deverá conter um resumo em português, um resumo em língua estrangeira, palavras-chave em português, palavras-chave na língua estrangeira, e um sumário. O texto deverá ser escrito em papel A4, com espaço duplo, em fonte *Times New Roman* 12. Os demais detalhes de formatação e documentação deverão estar de acordo com as normas



vigentes de padronização determinadas pela área escolhida pelo aluno, em comum acordo com o orientador.

11. O trabalho poderá ter sido apresentado em outra disciplina do curso, mas deverá acrescentar um conhecimento novo. Não serão aceitos trabalhos que apenas resumam leituras ou apresentem informações de outras fontes meramente replicadas pelo candidato. O TCC é um trabalho de aprofundamento de estudos em uma área específica, podendo ter características de experimento, de estudo teórico ou de estudo de caso. O estudante deverá empreender esforços para publicação do artigo, fruto do TCC.

12. O TCC deverá ser entregue ao orientador e aos membros da banca com pelo menos 15 dias de antecedência em relação à data estabelecida para a defesa.

13. A data de defesa do TCC deverá acontecer em semana específica a ser estabelecida pela Coordenadoria do Curso no calendário do Curso Letras Libras, no início de cada semestre, de acordo com o calendário da UFAM.

14. A banca examinadora deverá ser composta por no mínimo dois professores, sendo um o orientador (ou, na sua ausência, por motivo de força maior, um colega indicado pelo próprio orientador, em comum acordo com o orientando).

15. Durante a defesa do TCC, o aluno terá 15 minutos para a apresentação oral do trabalho, cada membro da banca (que não o orientador) terá 10 minutos para arguição, e o aluno terá 10 minutos para responder.

16. Ao final da defesa, o orientador deverá ler a Ata de Defesa de TCC, contendo a nota do aluno (de zero a dez). A ata deverá ser assinada pelo aluno, pelo orientador e pelos membro(s) da banca.

17. O aluno deverá efetuar as modificações sugeridas pela banca e entregar ao seu orientador duas cópias encadernadas nos padrões da UFSC e enviar o arquivo do trabalho em formato PDF para a Coordenação do Curso, no prazo máximo de 15 dias após a defesa, para que seja disponibilizado o arquivo em formato eletrônico na rede. Uma cópia impressa deverá ser entregue à Coordenação do curso.

1.3.8 Novas Tecnologias

Mui especialmente por meio da disciplina Novas Tecnologias e o Processo de Ensino-Aprendizagem de Línguas (e também pela disciplina optativa Introdução à Educação à Distância), deverão ser buscados métodos e práticas de autoaprendizagem com o uso integrado de Tecnologia da Informação e Comunicação, em Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem – AVEA. No entanto, este aspecto de inovação deve ser buscado durante todo o curso e em todas as atividades, principalmente considerando tratar-se de um curso de estudo de uma língua eminentemente visual baseada na experiência visual da surdez, o que aponta para a importância da tecnologia para o registro e comunicação de textos em Libras.



Inicialmente este PPC não projeta ofertar disciplinas semipresenciais, mas, assim que possível, disciplinas desta natureza deverão ser criadas, obedecendo a Resolução CEG/CONSEPE Nº 009/2011.

1.3.9 Disciplinas Optativas

Conforme a Resolução CONSEPE/UFAM Nº 18/93, o limite máximo de créditos optativos é de 25% das do total de créditos exigidos para a integralização do curso de origem. No caso deste PPC, a quantidade máxima de créditos de Conteúdos curriculares de natureza científico-cultural é de 1.800 (mil e oitocentas) horas, e a quantidade prevista de carga horária de disciplinas optativas são de 180 (cento e oitenta) horas – 10% (dez por cento).

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO LETRAS - LIBRAS/UFAM					
DISCIPLINAS OPTATIVAS – SIE (Versão 2014/1)					
SIGLA	DISCIPLINA	CR	T	P	CH
IHL005	Libras I	4	60	0	60
IHL035	Libras II	4	60	0	60
IHL036	Libras III	4	60	0	60
IHL037	Introdução à Educação à Distância	4	60	0	60
IHL038	Tradução e Interpretação da Libras	4	60	0	60
IHL039	Comunidades Surdas e a Libras no Ciberespaço e Telecomunicações	4	60	0	60
IHL040	Metodologia para o Ensino de Língua Portuguesa como L2	4	60	0	60
TOTAL		28	420	0	420

Fonte: PROEG/DAE/SIE (Versão 2014/1)

Obs.:	O aluno cumprirá obrigatoriamente 180 horas de Disciplinas Optativas, equivalentes a 12 créditos, com 60 h por disciplina (3X60)	12			180
-------	--	----	--	--	-----



1.3.10 Ementário

PRIMEIRO PERÍODO

SIGLA: IHL001 DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS
CH: 60h CR: 04 CH Teórica: 60h

Introdução às ciências e à filosofia da linguagem. Definição do campo, do objeto, dos objetivos e dos métodos da Linguística. Conceitos de linguagem, língua e fala. Signo linguístico. Funções da linguagem. Língua e cultura. Linguagem, epilinguagem e metalinguagem. Níveis da descrição linguística. História das ideias linguísticas, tendências atuais, métodos e procedimentos de análise. Estudo da perspectiva estruturalista e do paradigma funcional pós-estruturalista, destacando o objeto de estudo das teorias de texto e do discurso, da linguística de texto, da pragmática e da gramaticalização, com ênfase na discussão sobre os gêneros textuais e o valor social dos usos linguísticos.

OBJETIVOS

Introduzir o licenciando nos principais temas dos estudos linguísticos.
Compreender o campo, o objeto, os objetivos, os métodos e os paradigmas da Linguística e sua relação com outras ciências.
Compreender as funções da linguagem e a relação “língua e cultura”.
Conhecer a história das ideias linguísticas e as tendências atuais.
Conhecer as linhas gerais dos paradigmas estruturalista e pós-estruturalista.
Conhecer os gêneros textuais e compreender o valor social dos usos linguísticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BORBA, Francisco da Silva. **Introdução aos estudos linguísticos**. São Paulo: Pontes, 2003.
- FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística: I. Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2002.
- FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística: II. Princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2003.
- LOPES, Edward. **Fundamentos da Linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 2008.
- LYONS, J. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.
- MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v.1 e 2. São Paulo: Cortez, 2001.
- MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Orgs.). **Introdução à linguística 3: fundamentos epistemológicos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. São Carlos: Claraluz, 2006.
- SIGNORINI, Inês (Org.). **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola, 2008.
- ROBINS, R. H. **Pequena História da Linguística**. Trad. de Luiz Martins Monteiro. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AUROUX, S. **Filosofia da linguagem**. Campinas: Unicamp, 1998.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Ed UNICAMP, 2002.
- CAMARA Junior, Mattoso. **História da linguística**. Trad. de Maria do Amparo B. de Azevedo. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.
- CÂMARA JÚNIOR J.M. **Princípios de linguística geral**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1973.
- ECO, Humberto. **Tratado geral de semiótica**. São Paulo. Perspectiva, 1980.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica**. São Paulo. Ed. Ática, 1991.
- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: contexto, 2008.
- KOCH, Ingedore Grunfield Villaça. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- LEROY, Maurice. **As grandes correntes da linguística moderna**. S. Paulo: Cultrix, 1982.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de texto: o que é e como se faz?** São Paulo: Parábola, 2012.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.
- NEVES, Maria Helena de. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem**. São Paulo: UNESP, 2005.
- Neves, Maria Helena de. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As Grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. São Carlos: Claraluz, 2006.
- ORLANDI, Eni Puccineli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7ª ed. São Paulo: Pontes, 2007.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Nova pragmática: fases e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola, 2010.
- SARFATI, Georges-Élia. **Princípios da análise do discurso**. São Paulo: Ática, 2012.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 30º ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.
- SOUZA, Edson Rosa (Org.). **Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas**. São Paulo: Contexto, 2012.
- TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1995.



SIGLA: IHL002 DISCIPLINA: LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL EM LÍNGUA PORTUGUESA
CH: 90h CR: 5 CH Teórica: 60h CH Prática: 30h

Estudo das propriedades da textualidade e do texto. Estudo da relação entre texto e discurso. Estudo do conceito de gêneros textuais orais e escritos no *continuum* das práticas sociais. Estudo introdutório dos tipos textuais (exposição, descrição, narração, dissertação/argumentação, injunção). Práticas de leitura e de escrita. Diálogo oralidade e escrita. Conceitos e estratégias de leitura. Da fala para a escrita - atividades de retextualização. Leitura: criação de vínculos leitor/texto. Interpretação: leitura nas entrelinhas. A produção de textos escritos coerentes, coesos e funcionais.

OBJETIVO

Compreender as propriedades da textualidade e do texto, abordando a relação entre texto e discurso.

Conhecer os gêneros textuais orais e escritos, e os tipos textuais.

Discutir o diálogo entre oralidade e escrita, bem como conceitos e estratégias de leitura.

Discutir a produção de textos escritos coerentes, coesos e funcionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Irandé. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: 2010.

DIONISIO, Angela Paiva (et. al.) **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Oficina de texto**. Petrópolis; RJ: Vozes, 2004.

FARACO, Carlos Alberto. **Prática de texto: língua portuguesa para nossos estudantes**. Petrópolis: Vozes, 1992.

FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Prática de texto para estudantes universitários**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

GUEDES, Paulo Coimbra. **Da redação à produção textual: o ensino da escrita**. São Paulo: Parábola, 2009.

KATO, M. **No mundo da escrita: Uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1995.

KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **O Texto e a construção dos Sentidos**. São Paulo: Contexto, 2000.

KOCH, Ingedore V. **A Coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2000.

KOCH, I. V. G.; TRAVAGLIA, L. C. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 1989.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Ática, 2001.

MARTINS, Maria Helena. **Que é leitura**. São Paulo: Ática, 2004.

PAULINO, Graça. **Tipos de textos, modos de leitura**. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.



PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **Leitura e (Re)leitura de textos**. 3. ed. Catanduva, SP: Respel, 2000.
ONG, W. **Oralidade e cultura escrita**. Campinas: Papyrus, 1998.
VAL, Maria da Graça da Costa. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.
PONTES, Eunice. **Sujeito: da sintaxe ao discurso**. São Paulo: Ática, 1986.
VIEIRA, J. A.; ROCHA, H.; MAROUN, C. R. G. B.; FERRAZ, J. de A. **Reflexões sobre a língua portuguesa: uma abordagem multimodal**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
CLEMENTE, Ir. Elvo e KIRST, Marta (orgs.). **Linguística aplicada ao ensino de português**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia C. V.; AQUINO, Gilda G. O. **Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino de língua materna**. São Paulo, Cortez, 1999.
GARCIA, Othon Garcia. **Comunicação em prosa moderna**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.
GNERRE, Maurizio. **Linguagem, Escrita e Poder**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
GUIMARÃES, Elisa. **Articulação do Texto**. 8 ed. São Paulo: Ática,
HAUY, Amini B. **Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1983.
CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 1982.
CITELLI, Adilson. **O texto argumentativo**. São Paulo: Scipione, 1994.
2000.
SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. **Para entender o texto – leitura e redação**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2000.
SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
VANOYE, Francis. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. Trad.: Clarisse M. Sabóia. 8. ed. São Paulo: Martins Afonso, 1990.



SIGLA: IHL003 DISCIPLINA: METODOLOGIA CIENTÍFICA E PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA EM LÍNGUA PORTUGUESA E EM LIBRAS
CH: 90h CR: 05 CH Teórica: 60h CH Prática: 30h

As Ciências e o Conhecimento Científico: sua natureza e o modo de construção nas Ciências Humanas e Sociais. Métodos de produção de conhecimento científico, fundamentos teóricos e epistemológicos para pesquisas na área de Letras. Fontes de produção da pesquisa: bibliotecas institucionais e virtuais, sites de busca. Etapas de um projeto de pesquisa na área de Letras para o Trabalho de Conclusão de Curso. Leitura e produção de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros: projetos de pesquisa, tipos de relatório, monografia, artigo, resumo, resenha.

OBJETIVOS

Compreender a especificidade do trabalho universitário no campo das Ciências Humanas e Sociais.

Conhecer fundamentos teóricos e epistemológicos para pesquisas na área de Letras.

Compreender a especificidade da produção de textos acadêmicos considerando alguns de seus aspectos teórico-metodológicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANDRADE, M. M. **Elaboração do TCC passo a passo**. São Paulo: Factahs, 2007
- COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Manual para normatização de trabalhos acadêmicos**: monografias, dissertações e teses. 9. ed. Recife: INSAF, 2009.
- DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1987.
- _____. **Educar pela pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 2000.
- _____. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1991.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. SP: Atlas, 2010.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental**: contém técnicas de elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC). São Paulo: Atlas, 2013.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed revista. São Paulo: Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6021**: informação e documentação: publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, maio 2003a.
- _____. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, ago. 2002.
- _____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, ago. 2002b.
- _____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, abr. 2011a.



- _____. **NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. 2. ed., Rio de Janeiro, abr. 2011b.
- _____. **NBR 6022**: informação e documentação: referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- AGUIAR, Vera Teixeira; PEREIRA, Vera Wannmacher (Orgs.). **Pesquisa em letras**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- ANDRÉ, Marli Aliza D. A.de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.
- CARVALHO, Maria Cecília M de. **Construindo o saber**: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 5ª ed. São Paulo: Papirus, 1995.
- CASTRO, Maria Fausta Pereira de (Org.). **O método e o dado no estudo da linguagem**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1996.
- CRUZ, A. da C.; MENDES, M.T.R. **Trabalhos Acadêmicos, dissertações e teses**: estrutura e apresentação. 2ª ed., Niterói: Intertexto, 2004.
- GARCIA, R. L. (Org.) **Método**: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- IDE, P. **A arte de pensar**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Fontes Alves, 1977.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **Construção do Saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre/ Belo Horizonte: Editora Artes Médicas Sul Ltda/ Editora UFMG, 1999.
- MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane & ABREU-TARDELLI, Lílían Santos (Orgs.). **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola, 2005.
- MAGALHÃES, G. **Introdução à metodologia da pesquisa**. São Paulo: Ática, 2005.
- MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lubia Scliar. **Português instrumental**: de acordo com as atuais normas da ABNT. São Paulo: Atlas, 2013.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 9ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- MOTTA-ROTH, Désirée (ORG.) **Redação acadêmica: princípios básicos**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Imprensa Universitária, 2001.
- MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela R. **Produção textual na universidade**. SP: Parábola Editorial, 2010.
- NASCIMENTO, Dinalva Melo do. **Metodologia do trabalho científico**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- TEIXEIRA, E. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.



SIGLA: IHL004 DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS
CH: 60h CR: 04 CH Teórica: 60h

História da surdez e dos surdos: aspectos clínico, socioantropológico e educacional. Histórico da educação bilíngue de surdos: abordagens tradicionais e progressistas na escolarização dos surdos. A resistência da Libras face ao contexto histórico e sociopolítico no Brasil. Comunidades surdas: organização política, linguística e social. Os movimentos sociais surdos locais, nacionais e internacionais. Aspectos da relação entre Estudos Culturais, Estudos Surdos, ideologia, linguagem, poder, cultura, pedagogias e currículos de/para surdos.

OBJETIVOS

Conhecer aspectos históricos sobre a surdez e os surdos.
Conhecer aspectos histórico da educação bilíngue de surdos e a resistência da Libras face ao contexto histórico e sociopolítico no Brasil.
Compreender a organização política, linguística e social de comunidades surdas e os movimentos sociais surdos locais, nacionais e internacionais.
Abordar aspectos da relação entre Estudos Culturais, Estudos Surdos, ideologia, linguagem, poder, cultura, pedagogias e currículos de/para surdos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FELIPE, T. A. Políticas Públicas para a Educação dos Surdos. **Anais do Congresso Internacional do INES**. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em <http://www.ines.gov.br/servicos/Paginas/publicacoes.aspx> ou www.ines.gov.br/servicos/publicacoes/anais/anais_2011.pdf
- FELIPE, T. A. **Políticas públicas para a inserção da Libras na educação dos surdos**. Espaço (INES). VOL 25, pp 33 – 47. 2006. Disponível em <http://www.librasemcontexto.org>
- FELIPE, T. A. **As comunidades surdas e a Libras ao longo dos anos**. Conferência apresentada em Curitiba na Secretaria de Educação/PR - 2004. http://www.librasemcontexto.org/producao/Palestra_INES_Desenvolvimento%20da%20LIBRAS_atualizado.pdf
- FELIPE et al (1991) Papel Linguístico das Associações de Surdos no Rio de Janeiro. **Anais de Comunicações da 43ª Reunião Anual da SBPC**, R.J
- LANE, Harlan. **A Máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.
- SÁ, N. R. L. de. **Educação de surdos: a caminho do bilingüismo**. Niterói: Eduff, 1999.
- SÁ, Nídia Regina Limeira de, **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo, Paulinas, 2006.
- SÁ, Nídia. E VILHALVA, Shirley. E agora? Qual o sonho? Uma reflexão sobre o futuro da educação de surdos. **Amazônida: Revista da Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas**. Ano 17, nº 1. Manaus: Editora da UFAM, 2012: 109-117
- Skliar Carlos (org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998



THOMA, Adriana da Silva e LOPES, Maura Corcini (orgs), **A invenção da surdez: Cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BRITO, Lucinda F. **Integração social & educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel Editora, 1993.

FELIPE, T. A. Atendimento Educacional Especializado (AEE): os discursos contraditórios das políticas educacionais inclusivas. **Revista da Feneis** Nº 46. Dezembro de 2011 | Fevereiro de 2012. pp 27-30.

FELIPE, T. A. Bilingüismo e Informática Educativa. In **Revista Integração**. Brasília. (6): 11- 14, ano III, 1990

FELIPE, T. A. Bilingüismo e Surdez. In **Revista Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas. (14):101-112, jul./dez. 1989
<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/tla/article/view/3696>

FELIPE, T. A. Educação de surdos e escola Inclusiva. **Revista da Feneis**. Rio de Janeiro, pp18 - 20, 1999.

FERNANDES, E. (Org). **Surdez e bilingüismo**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

FERNANDES, Eulália (org). **Surdez e bilingüismo**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

GELES (1985) – **Boletim 1**. Grupo de Estudo sobre Linguagem, Educação Surdez, no 1, Recife, UFPE

GELES (1986) – **Boletim 2**. Grupo de Estudo sobre Linguagem, Educação e Surdez, no 2, São Paulo e Campinas.

GELES (1988) – **Boletim 3**. Grupo de Estudo sobre Linguagem, Educação e Surdez, no 3, Rio de Janeiro, apoio UFRJ

GOEGEN, Pedro. **Pós-modernidade, ética e educação**. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

GHIRALDELLI, Paulo. **História da educação**, São Paulo: Cortez, 1991.

GÓES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

HALL, Stuart, **A Identidade cultural na pós-modernidade**, Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

LOPES, M. C. **Surdez & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MOURA, C. M.; VERGAMINI, S. A. A.; CAMPOS, S. R. L. (Orgs.) **Educação para surdos: práticas e perspectivas**. São Paulo: Santos Editora, 2008.

PESAVENTO, Sandra J.; **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

QUADROS, Ronice. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**, Porto Alegre: Artes Médicas, 1997



- ROCHA, Solange. **Histórico do INES**. Revista Espaço: edição comemorativa 140 anos – INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, Belo Horizonte: Editora Littera, 1997.
- SACKS, Oliver. **Vendo vozes: Uma jornada pelo mundo dos surdos**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990
- SIGNORINI, I. (Org). **Língua(gem) e identidade**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2006.
- SOARES, Maria Aparecida leite. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, EDUSF, 1999.
- SKLIAR, Carlos (org.) **Atualidade da educação bilíngüe para surdos: Processos e projetos pedagógicos**. Volume I. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.
- _____ **Atualidade da educação bilíngüe para surdos: Interfaces entre pedagogia e linguística**. Volume II Porto Alegre: Editora Mediação, 1999
- SKLIAR, Carlos, **Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997
- SOUZA, Regina Maria de. **Que palavra que te falta?** Linguística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.



SIGLA: IHL005 DISCIPLINA: LIBRAS I – curso básico (OPTATIVA I)
CH: 60h CR: 04 CH Teórica: 60h

As comunidades surdas brasileiras e sua língua de sinais. Iconicidade x arbitrariedade. Tipos de signo linguístico: sinais miméticos, icônicos, índices, símbolos. Do gesto à gramática da Libras. Introdução à conversação em Libras. Introdução às narrativas em Libras.

OBJETIVOS

Conhecer aspectos das comunidades surdas brasileiras e sua língua de sinais.
Compreender a evolução do gesto à gramaticalização da Libras.
Introduzir o licenciando na conversação e na narração em Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, Fernando César e RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2002. Vol. 1 e 2

FELIPE, T. A. **LIBRAS em contexto** - Curso Básico - Livro do Estudante/Cursista. CDU. Brasília: MEC - SEESP - Programa Nacional Interiorizando a Libras, 2ª edição. 2001. 7ª Edição. 2008. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T. A., LEITE, E. M., FENEIS-Grupo de Pesquisa da (Org.). **LIBRAS em contexto** - Curso Básico - Fita do Livro do Estudante. 2ª edição. Brasília: MEC/SEESP/FNDE-FENEIS, 2001. DVD Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, Tanya Amara (Org.). **Dicionário digital da língua brasileira de sinais**. 1ª edição. Rio de Janeiro: MEC/SEESP-INES, 2002. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T. A.(org.). **Dicionário da libras**. MEC-SEESP/GP-Libras-FENEIS. CD-ROM. 2005. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T.A. Introdução à gramática da LIBRAS. In: MEC/SEESP. (Org.). **Educação Especial: Língua Brasileira**. Série Atualidades Pedagógicas - 4. 2ª ed. Brasília, V. III, 1999, p.81-123. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FELIPE, T. A. **Bilinguismo e surdez**. Trabalhos de Linguística Aplicada, Campinas: UNICAMP. 1989:101-114. Disponível em <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/tla/article/view/3696>

FERREIRA-BRITO, L. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.1995

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de. e KARNOPP, Lodenir Becker. **língua brasileira de sinais: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artemed, 2004.



SEGUNDO PERÍODO

SIGLA: IHL006 DISCIPLINA: PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
CH: 60h CR: 04 CH Teórica: 60h

Estudo de teorias psicológicas sobre o desenvolvimento socioafetivo e cognitivo e os processos de ensino e de aprendizagem na infância, adolescência e vida adulta. Psicologia da Aprendizagem: conceituação e teorias. Psicologia e surdez. Psicologia e comunidade surda. Psicologia da educação de surdos. A descoberta da diferença pelos pais e pela pessoa surda: corpo natural e corpo simbólico. A constituição da personalidade e a alteridade. Representações sociais sobre a surdez e o seu impacto no desenvolvimento da criança surda. Pensamento e linguagem na criança surda.

OBJETIVOS

Oferecer ao licenciando uma visão geral a respeito das principais teorias psicológicas sobre o desenvolvimento socioafetivo e cognitivo e sobre os processos de ensino e de aprendizagem na infância, adolescência e vida adulta.

Conhecer os principais aspectos teóricos da relação Psicologia, Surdez e Educação. Compreender as representações sociais sobre a surdez e o seu impacto no desenvolvimento da criança surda.

Compreender a relação entre pensamento e linguagem na criança surda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENTHAM, Susan. **Psicologia e educação**. São Paulo, Edições Loyola, 2002.

COUTINHO, Maria e MOREIRA, Mércia. **Psicologia da educação**. Belo Horizonte: Formato, 2004.

LA TAILLE, Yves, OLIVEIRA, Marta Kobl e DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygostky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. 18. Ed. São Paulo: Summus, 1992.

KUPFER, Maria Cristina. **Freud e a educação: o mestre do impossível**. São Paulo: Scipione, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERGER, K. S. **O desenvolvimento da pessoa da infância à terceira idade**. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

BEYER, Otto Hugo. **O fazer psicopedagógico, Mediação**. Editora Porto Alegre, 1996.

BIAGGIO, A. M. **Psicologia do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOCK, Ana et. al. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

BORUCHOVITCH, Evely; BZUNECK, José Aloyseo (Orgs.). **Aprendizagem: processos psicológicos e o contexto social na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CASTORINA, J.A. et al. **Piaget –Vygotsky: novas contribuições para o debate e**. Ed. São Paulo: Ática, 2003.



- COLL, c., Palácios, J., Marchesi, A. (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva**. Vols 1 e 2. Porto Alegre Artes Médicas, 1995.
- CUNHA, Marcus Vinícius da. **Psicologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- DANTAS, P.S. (1983). **Para conhecer Wallon: Uma psicologia dialética**. São Paulo Brasiliense.
- DUARTE, Newton. **Vigotski e o aprender a aprender: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana**. Campinas: Autores Associados, 2000.
- FACCI, Marilda Gonçalves Dias; MEIRA, Marisa Eugênia Melillo (Org). **Psicologia histórico-cultural: contribuições para o encontro entre subjetividade e educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 6. Ed. Petrópolis: vozes, 1995.
- HALL, C.S.; LINDZEY, G.; CAMPBELL, J.B. **Teorias da personalidade**. 4 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- LEITÃO, H.; ALMEIDA, L. **Piaget e Freud: um encontro possível? O pensamento e a afetividade da criança em discussão**. Maceió: EDUFPE/UDUFAL, 1997.
- LEONTIEV (et al.) **Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e desenvolvimento**. São Paulo: Moraes, 1991.
- MACIEL, I. M. (Org.). **Psicologia e educação: novos caminhos para a formação**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001.
- MILLOT, Catherine. **Freud antipedagogo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- MOREIRA, M.A. **Teorias da aprendizagem**. São Paulo: E.P.U., 1999.
- MOOL, Luis. **Vygotsky e a educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- OLIVEIRA, M.K. **Piaget/Vygotsky: novas contribuições para o debate**. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.
- PALAGANA, I.C. **Desenvolvimento e aprendizagem: Piaget e Vygotsky**. São Paulo: Plexus, 1994.
- PAPALIA, D. E. e OLDS, S. W. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- PIAGET, J. **Epistemologia genética**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia: a resposta do grande psicólogo aos problemas do ensino**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- PILETTI, N. e ROSSATO, S.M. **Psicologia da aprendizagem: da teoria do condicionamento ao construtivismo**. São Paulo: Contexto, 2011.
- RAPPAPORT, C.R., FIORI, W.R. & Davis, C. **Teorias do desenvolvimento: conceitos fundamentais**. Vol. 1 e 4. São Paulo: EPU, 1981.
- RÊGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- ROSA, M. **Psicologia evolutiva**. Vols. 1,2,3 e 4. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SISTO, Fermino F.; OLIVEIRA, Gislene de C.; FINI, Lucila D. T. (Orgs.) **Leituras de psicologia para formação de professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- VIGOTSKI, L. LURIA, A. LEONTIEV, A. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988.
- WOOLFOK, A. E. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.



SIGLA: IHL006 DISCIPLINA: AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM
CH: 90h CR: 05 CH Teórica: 90h CH Prática: 00h

Cognição e linguagem. Natureza do conhecimento linguístico na criança. Universalidade e uniformidade na aquisição da linguagem. Teorias de aquisição da linguagem: teoria behaviorista; teoria inatista; teorias interacionistas. Aquisição da linguagem em línguas de sinais comparada à aquisição das línguas orais. Principais teorias de aquisição de segunda língua. Aquisição de línguas de sinais em diferentes contextos de aquisição: a língua de sinais como língua materna, a língua de sinais como primeira língua e a língua de sinais como segunda língua: implicações para o professor e para o tradutor e intérprete de língua de sinais.

OBJETIVOS

Compreender a natureza do conhecimento linguístico na criança.

Compreender o processo de aquisição da linguagem sob diversos aspectos teóricos. Conhecer o processo de aquisição da linguagem em línguas de sinais comparado à aquisição das línguas orais.

Conhecer as principais teorias de aquisição de segunda língua e suas implicações para o professor e para o intérprete de Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FELIPE, T. A. Aquisição da linguagem e escolas bilíngues para surdos. **Amazônia: Revista da Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas.** Ano 17, nº 1. Manaus: Editora da UFMA, 2012: 37-62.

FERNANDES, S. D. (Org.) **Aquisição da linguagem: conceito, definição e explicação na criança.** Araraquara/SP: Editora Cultura Acadêmica, 2003.

FINGER, I. & Quadros, R. M. de. **Teorias de aquisição da linguagem.** Editora UFSC. 2008.

QUADROS, Ronice. **Educação de surdos: a aprendizagem da linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RÉ, Alessandra Del. **Aquisição da linguagem: uma abordagem psicolinguística.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

SANTOS, R.I. A aquisição da linguagem. FIORIN, José Luiz (org.) **Introdução à linguística: I: objetos teóricos.** São Paulo: contexto, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AIMARD, P. **O surgimento da linguagem.** Porto Alegre, Ed. Artes Médica, 1998.

CARVALHO, G. M. M. de. A singularidade em aquisição de linguagem: um impasse metodológico. **Letras de hoje**, v.39, nº 3. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CORRÊA, Letícia Maria Sicuro (Org.). **Aquisição da linguagem e problemas do desenvolvimento linguístico.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2006.

FERNANDES, S. D. (Org.) **Aquisição da linguagem: conceito, definição e explicação na criança.** Araraquara/SP: Editora Cultura Acadêmica, 2003.



GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. 2 ed. São Paulo: Editora Plexus, 2002.

KARNOPP, L. (1999) **Aquisição fonológica na língua brasileira de sinais: estudo longitudinal de uma criança surda**. Tese de Doutorado, PUCRS.

RÉ, Alessandra Del. **Aquisição da linguagem: uma abordagem psicolinguística**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem - Aspectos e Implicações Neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

SLOBIN, Dan Isaac. **Psicolinguística**. São Paulo: Nacional, 1980



SIGLA: IHL005 DISCIPLINA: FONÉTICA E FONOLOGIA DA LIBRAS
CH: 90h CR: 05 CH Teórica: 60h CH Prática: 30h

Fonética e fonologia. Fonética articulatória. Transcrições fonética e fonológica. Processos fonológicos e dialetológicos. Teorias e métodos de análise fonológica. Modelos fonético-fonológicos para descrição de línguas de sinais. Variação linguística na Libras.

OBJETIVOS

Conceituar fonética, fonologia e fonética articulatória.
Compreender os processos fonológicos e dialetológicos.
Conhecer as principais teorias e os métodos de análise fonológica, aplicando-os à descrição de línguas de sinais.
Compreender as variações linguísticas na Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRITO, L.F. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
CALLOU, Dinah e LEITE, Yonne. **Iniciação à fonética e à fonologia**. 3 ed. Revista. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
FELIPE, T.A. Introdução à gramática da LIBRAS. In: MEC/SEESP. (Org.). **Educação Especial: Língua Brasileira de Sinais**. Série Atualidades Pedagógicas - 4. 2ª ed. Brasília, V. III, 1999, p.81-123. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>
FELIPE, T.A. **O discurso verbo-visual na língua brasileira de sinais: Libras**. Bakhtiniana, São Paulo, 8 (2): 67-89, Jul./Dez. 2013.
<http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/14141>
Karnopp, Lodenir. **Fonética e fonologia**. Curso: Letras Libras - Bacharelado e Licenciatura. Educação a Distância. UFSC.
http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/foneticaEFonologia/assets/359/FoneticaFonologia_TextoBase.pdf
QUADROS, R. M. e KARNOPP, L.B. **Língua brasileira de sinais: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artimed, 2004.
XAVIER, André Nogueira. **Variação fonológica na Libras: um estudo da alternância no número de articuladores manuais envolvidos na produção dos sinais**. www.iel.unicamp.br/revista/index.php/seta/article/viewFile/1934/1507

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BISOL, L. (Org.) **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. 4ed. Porto Alegre, 2005.
CAGLIARI, L.C. **Análise fonológica: introdução à teoria e à prática, com especial ênfase para o modelo fonêmico**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.
Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
CRYSTAL, D. **Dicionário de linguística e fonética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.



- FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística: II. Princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2003.
- KARNOPP, L.B. **Aquisição fonológica nas línguas de sinais**. Letras de Hoje, LOPES, Edward. **Fundamentos da Linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 2008.
- LYONS, J. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.
- MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v.1 e 2. São Paulo: Cortez, 2001.
- MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Orgs.). **Introdução à linguística 3: fundamentos epistemológicos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005
- SILVA, Thaís Cristóforo. **Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios**. São Paulo: Contexto, 2002.



SIGLA: IHL009 DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LITERÁRIOS
CH: 60h CR: 4 CH Teórica: 60h

Teoria da literatura: conceitos fundamentais. Introdução às principais correntes críticas dos estudos literários e seus respectivos pressupostos teórico-metodológicos. Concepções de Literatura. Texto literário e não-literário. Os gêneros literários: tradição e ruptura. Relação intertextual da literatura com outros discursos artísticos e culturais. O discurso literário como discurso de representação: articulação entre a literatura e seu contexto sociohistórico. Intertextualidade e dialogismo.

OBJETIVOS

Conhecer os conceitos fundamentais da área da teoria da literatura.
Conhecer as principais correntes críticas dos estudos literários e seus respectivos pressupostos teórico-metodológicos.
Diferenciar texto literário de texto não-literário.
Conhecer os principais gêneros literários.
Compreender a relação intertextual da literatura com outros discursos artísticos e culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAIT, Beth. **Literatura e outras linguagens**. São Paulo: Contexto, 2010.
CANCLINI, Néstor Garcia. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.
EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
SOARES, Angélica. **Gêneros literários**. São Paulo: Ática, 2001
COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000.
WILCOX, Sherman; WILCOX, Phyllis. **Aprender a ver**. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR E SILVA, V. M. de. **Teoria da literatura**. 3.^a ed. Coimbra: Almedina, 1974.
ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
ARNHEIM, R. **Arte e percepção visual**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1980.
BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane; SALES, Heloisa M. **Artes visuais da exposição à sala de aula**. São Paulo: EDUSP, 2005.
BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 2000.
COELHO, N.N. **Literatura Infantil**. São Paulo: Ática, 1993.
COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.



- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GROSSMANN, Judith. **Temas de teoria da literatura**. São Paulo: Ática, 1982.
- LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HOLANDA, Lourival. **Sob o signo do silêncio**. São Paulo, Edusp, 1992.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: Edusc, 2001.
- KOTHE, Renné Flávio. **Literatura e sistemas intersemióticos**. São Paulo: Cortez, 1981.
- PIGLIA, Ricardo. **O último leitor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de escrever**. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- STAIGER, Emil. **Conceitos fundamentais da poética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- STALLONI, Y. **Os gêneros literários**. Trad. Flávia nascimento. Rio de Janeiro: Difel, 2001.
- STAM, Robert. **A literatura através do cinema: Realismo, magia e a arte da adaptação**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.



SIGLA: IHL035 DISCIPLINA: LIBRAS II – curso intermediário (OPTATIVA II)
CH: 60h CR: 04 CH Teórica: 60h

Introdução à gramática da Libras. Conversação em Libras. Narrativas e descrições em Libras.

OBJETIVOS

Compreender aspectos da gramática da Libras.

Possibilitar ao licenciando exercitar-se na conversação, na narração e na descrição em Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, Fernando César e RAPHAEL, Walkiria, Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2002. Vol. 1 e 2

FELIPE, T. A. **Libras em contexto** - Curso Básico - Livro do Estudante/Cursista. CDU. Brasília: MEC - SEESP - Programa Nacional Interiorizando a Libras, 2ª edição. 2001. 7ª Edição. 2008. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T. A., LEITE, E. M., FENEIS-Grupo de Pesquisa da (Org.). **Libras em Contexto** - Curso Básico - Fita do Livro do Estudante. 2ª edição. Brasília: MEC/SEESP/FNDE-FENEIS, 2001. DVD Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, Tanya Amara (Org.). **Dicionário digital da língua brasileira de sinais**. 1ª edição. Rio de Janeiro: MEC/SEESP-INES, 2002. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T. A.(org.). **Dicionário da Libras**. MEC-SEESP/GP-Libras-FENEIS. CD-ROM. 2005. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T.A. **Introdução à gramática da Libras**. In: MEC/SEESP. (Org.). Educação Especial - Língua Brasileira - Série Atualidades Pedagógicas - 4. 2ª ed. Brasília, V. III, 1999, p.81-123. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FELIPE, T. A. **Bilinguismo e surdez**. Trabalhos de Linguística Aplicada, Campinas: UNICAMP. 1989:101-114. Disponível em

<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/tla/article/view/3696>

FELIPE, T. A. **Projeto dicionário virtual de Libras**. Anais do VI Seminário Nacional do INES. Surdez e Diversidade Social. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos. Divisão de Estudos e Pesquisas. 2001: 37-48 Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FERREIRA-BRITO, L. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.1995



TERCEIRO PERÍODO

SIGLA: IHL010 DISCIPLINA: LEXICOGRAFIA E MORFOLOGIA DA LIBRAS
CH: 90h CR: 05 CH Teórica: 60h CH Prática: 30h

Lexicologia e lexicografia. Lexicografia da Libras. A construção de dicionários de Libras. Questões teóricas e metodológicas. O processo de formação lexical na Libras. Formação de palavras. Morfemas e alomorfes: conceito, tipologia e análise morfológica. As classes gramaticais na Libras. Os classificadores na língua falada e nas línguas de sinais.

OBJETIVOS

Compreender a diferença entre lexicologia e lexicografia.

Compreender questões teórico-metodológicas sobre a lexicografia da Libras e a construção de dicionários de Libras.

Compreender as classes gramaticais na Libras e a importância dos classificadores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BASÍLIO, M. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática. 1987.

CAPOVILLA, Fernando César e RAPHAEL, Walkiria, Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2002. Vol. 1 e 2

FELIPE, T. A. **Projeto dicionário virtual de Libras**. Anais do VI Seminário Nacional do INES. Surdez e Diversidade Social. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos. Divisão de Estudos e Pesquisas. 2001: 37-48 Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T.A. **Introdução à gramática da Libras**. In: MEC/SEESP. (Org.). Educação Especial - Língua Brasileira - Série Atualidades Pedagógicas - 4. 2ª ed. Brasília, V. III, 1999, p.81-123. Disponível em:

<http://www.librasemcontexto.org/producao/lingua_brasileira_sinais_mec.pdf>

FELIPE, T.A. **O processo de formação de palavras na Libras**. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, V.7, N.2, 2006:199-216. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1642/1489>

FELIPE, T. A. **Sistema de flexão verbal na Libras**: Os classificadores enquanto Marcadores de Flexão de Gênero. Anais do 1º. Congresso Internacional do INES. 7º. Seminário Nacional do INES. Rio de Janeiro: INES, Divisão de estudos e Pesquisas. 2002: 37-58. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T. A.(org.). **Dicionário da Libras**. Versão 2.0. MEC-SEESP/GP-Libras-FENEIS. CD-ROM. 2005. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, Tanya Amara (Org.). **Dicionário digital da língua brasileira de sinais**. Versão 1.0. 1ª. edição. Rio de Janeiro: MEC/SEESP-INES, 2002. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

NASCIMENTO, Cristiane Batista. **Alfabeto manual da língua de sinais brasileira (Libras)**: uma fonte produtiva para importar palavras da língua portuguesa. Revista Trama - Volume 7 - Número 14 - 2º Semestre de 2011: p. 33 – 55 e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/download/5784/4979



QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

WELKER, H. A. **Dicionários**. Uma pequena introdução à lexicografia. Brasília: Thesaurus, 2004. www.ines.org.br

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMARA Jr. J. M. **Dicionário de linguística e gramática**. Petrópolis: Vozes. 23a. ed. 1977.

FARIA-NASCIMENTO, Sandra Patrícia de. **Representações Lexicais da Língua de Sinais Brasileira**. Uma proposta lexicográfica. [Tese de doutorado] Brasília: Universidade de Brasília. Instituto de Letras. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, 2009.

Disponível em repositorio.unb.br/.../3/2009_SandraPatriciadeFariadoNascimento.pdf

FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à linguística II**. Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003. p.59-79.

KEHDI, V. **Formação de palavras do português**. São Paulo: Ática, 2002.

_____. **Morfemas do português**. São Paulo: Ática, 2001.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística**. v. 1. São Paulo: Contexto, 2001. p. 181-206.

OLIVEIRA, Janine Soares, WEININGER, Markus Johannes. **Densidade de informação, complexidade fonológica e suas implicações para a organização de glossários de termos técnicos da língua de sinais brasileira**. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/.../2175-7968.2013v2n32p141>

ROSA, Keli Adriana Vidarenko e BIDARRA, Jorge. **Português versus Libras: os problemas de tradução e interpretação**. Disponível em [http://www.celsul.org.br/Encontros/10/completos/xcelsul_artigo%20\(113\).pdf](http://www.celsul.org.br/Encontros/10/completos/xcelsul_artigo%20(113).pdf)

ROSA, M. C. **Introdução à morfologia**. São Paulo: Contexto, 2000.



SIGLA: IHL011 DISCIPLINA: SOCIOLINGÜÍSTICA: ESTUDOS SOBRE A LIBRAS

CH: 90h CR: 05 CH Teórica: 60h CH Prática: 30h

História, conceitos, princípios, métodos e aplicações da Sociolinguística. As relações entre língua e a sociedade. Variação linguística. Língua e dialeto. Comunidades de fala. Línguas em contato. Línguas emergentes. Crioulização. Pidgins. Registro e diglossia. Os usos sociais da variação. Implicações sobre bilinguismos. Estudos sociolinguísticos da Libras.

OBJETIVOS

Introduzir o licenciando em aspectos da história, dos conceitos, dos princípios, dos métodos e aplicações da Sociolinguística.

Compreender as relações entre língua e a sociedade.

Conhecer discussões teóricas e práticas em torno de variação linguística, dialetos, comunidades de fala, línguas em contato, línguas emergentes, crioulização e pidgins.

Conhecer estudos sociolinguísticos da Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. Parábola Editorial, 2002.

CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra. **Sociolinguística**. LETRAS LIBRAS|240. Disponível em

http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/sociolinguistica_1330351479.pdf

FELIPE, T. A. **Bilinguismo e Surdez**. Trabalhos de Linguística Aplicada, Campinas: UNICAMP. 1989:101-114.

Disponível em <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/tla/article/view/3696>

FELIPE, T. A. Por uma Educação Bilíngue. **Espaço**: Informativo Técnico-científico do INES. Vol. 1. nº 1. Rio de Janeiro: INES, 1990: 75-94. Disponível em <http://www.librasemcontexto.com>

JÚNIOR, Gláucio, de Castro. **Variação linguística em língua de sinais brasileira - foco no léxico**. Dissertação Mestrado. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Universidade de Brasília - UnB. 2011. Disponível em:

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8859/1/2011_GI%C3%A1uciodeCastroJ%C3%BAnior.pdf

MATOS, Denilson Pereira de; SAÚDE, Conceição de Maria Costa. **Refletindo sobre a Libras a partir de conteúdo de aulas de teorias linguísticas em curso de graduação de Letras/Libras**. ReVEL, v. 10, n. 19, 2012. Disponível em:

<http://www.revel.inf.br/files/37a9fae415acce35cae08bad77784a74.pdf>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico. O que é, como se faz**. 7 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2001.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. Parábola Editorial, 2007.



- CAPOVILLA, F.C. et alii. **A Língua Brasileira de Sinais e sua iconicidade: análises experimentais computadorizadas de caso único.** Ciência Cognitiva, 1997
- CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (Orgs.). **Transculturalidade, linguagem e educação.** Campinas: Mercado das Letras, 2007.
- CAVALCANTI, M. C. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. **Revista D.E.L.T.A.**, 15, n especial, pp. 385-418.
- FARACO, Carlos Alberto (Org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua.** Parábola Editorial, 2001.
- FERREIRA, Carlota et al. **Diversidade do português do Brasil.** 2 ed. Salvador: CED-UFBA, 1994.
- FONSECA, Maria Stella V. & NEVES, Moema F. (org.) **Sociolinguística.** Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos; a língua que falamos.** São Paulo: Contexto, 2006.
- MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza (orgs). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2003.
- VILHALVA, Shirley. **Mapeamento das línguas de sinais emergentes - um estudo sobre as comunidades linguísticas Indígenas de Mato Grosso do Sul .** Dissertação Mestrado – UFSCS. Florianópolis, SC, 2009. Disponível em http://www.ronice.cce.prof.ufsc.br/index_arquivos/Documentos/Shirley.pdf
- TARALLO , Fernando. **A pesquisa sociolinguística.** São Paulo: Ática, 1985.
- TARALLO, Fernando; ALKMIN, Tania. **Falares crioulos: línguas em contato.** Editora Ática, 1987.
- ZILLES, Ana Maria Stahl (Org.). **Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul.** Porto Alegre: EDUFRGS, 2005.



SIGLA: IHL012 DISCIPLINA: LINGUÍSTICA DE CORPUS E SISTEMAS DE TRANSCRIÇÃO
CH: 60h CR: 04 CH Teórica: 60h

Metodologias para coleta de dados para análise das línguas de sinais. Tipos de corpora para análise das línguas de sinais a partir do tipo de pesquisa. Sistemas de transcrição e sistemas de codificação para as línguas de Sinais: Sistemas de notação em Glosa; HamNoSys (Hamburg Sign Language Notation System), SignWriting, ELAN, FleXLIBRAS, ELIS.

OBJETIVOS

Conhecer metodologias para coleta de dados para análise das línguas de sinais.
Conhecer diversos tipos de corpora para análise das línguas de sinais a partir do tipo de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

STUMPF, M. Sistema Signwriting: por uma escrita funcional para surdo. In: THOMA, A. & LOPES, M.C. (Orgs) **A invenção da surdez: cultura, alteridade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 143-159. Disponível em:

http://www.dca.fee.unicamp.br/~martino/doutorados/Amaral,Wanessa_D.pdf

AMARAL, Wanessa Machado. **Sistema de transcrição da língua brasileira de sinais voltado à produção de conteúdo sinalizado por avatares 3D**. Tese de Doutorado. Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação. Universidade Estadual de Campinas

FELIPE, T.A. **O signo gestual-visual e sua estrutura frasal na língua dos sinais dos centros urbanos brasileiros**. Dissertação de Mestrado, UFPE, PE, 1988. <http://letrasdigitaisufpe.blogspot.com.br/1988/07/tanya-amara-felipe.html>

FELIPE, Tanya Amara (Org.). **Dicionário digital da língua brasileira de sinais**. 1ª edição. Rio de Janeiro: MEC/SEESP-INES, 2002.

FELIPE, T. A.(org.). **Dicionário da Libras**. MEC-SEESP/GP-Libras-FENEIS. CD-ROM. 2005. Disponível em: <<http://www.librasemcontexto.org/>>

McCLEARY, L.; VIOTTI, E., e LEITE, T. de A. Descrição das línguas sinalizadas: a questão da transcrição dos dados. In: **Alfa Revista de Linguística**. São Paulo, 54 (1): 265-289, 2010. Disponível em

<<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/2880/2654>> Sistema de transcrição.

Disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=HnFDPdvevSw>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FELIPE, T. A. Projeto Dicionário Virtual de LIBRAS. **Anais do VI Seminário Nacional do INES**. Surdez e Diversidade Social. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos. Divisão de Estudos e Pesquisas. 2001: 37-48

FELIPE, T. A. **A relação sintático-semântica dos verbos na Língua Brasileira de Sinais (Libras)**. Tese de Doutorado em Linguística e Filologia. 1998. V.1: 01-143;



V.2: 144-298; V.3: Transcrição dos dados das Fitas: 1,2,3,4,5,6 (Banco de dados).
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Stumpf, M. R. Sutton, V. **Lições sobre o SignWriting**. Tradução Parcial e Adaptação do Inglês/ASL para Português libras do livro “Lessons in SignWriting”, de Valerie Sutton, publicado originalmente pelo DAC – Deaf Action Committee for SignWriting. Disponível em: <<http://www.signwriting.org/archive/docs5/sw0472-BR-Licoes-SignWriting.pdf>>. Acessado em: 01/05/2011.

Xavier, A. N. (2006) **Descrição fonético-fonológica dos sinais da língua de sinais brasileira**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP



SIGLA: IHL013 DISCIPLINA: ESTUDOS CULTURAIS E CULTURA SURDA
CH: 60h CR: 04 CH Teórica: 60h

Estudos Culturais e Estudos Surdos. Diferentes olhares na história dos surdos (moderno, crítico, colonial e cultural). Fundamentos históricos, filosóficos, socioeconômicos, comunitários, culturais e legais da Educação de Surdos no Brasil. A língua de sinais como elemento unificador da cultura surda. A resistência da língua de sinais face ao contexto histórico e sociopolítico. Identidade e cultura surdas. Movimentos sociais e associações de surdos: locais, nacionais e internacionais.

OBJETIVOS

Conhecer pressupostos teóricos dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos.
Conhecer aspectos dos fundamentos históricos, filosóficos, socioeconômicos, linguísticos, comunitários, culturais e legais da Educação de Surdos no Brasil.
Compreender a relação entre identidade e cultura surda.
Conhecer movimentos sociais e associações de surdos em âmbitos locais, nacionais e internacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FELIPE, T. A. (1999b) As Comunidades Surdas reivindicam por novas profissões: Instrutor de LIBRAS e Intérprete de LIBRAS in **Revista da FENEIS**, Ano 1, número 4 setembro/dezembro, pp. 14- 15
- FELIPE, T. A. (1993c) As comunidades surdas do Brasil reivindicam seus Direitos Linguísticos. **Movimento “Pela oficialização da LIBRAS” para subsidiar o Projeto de Lei para oficialização da LIBRAS**. Documento entregue pela FENEIS.
- GESUELI, Z. M. Linguagem e identidade: a surdez em questão. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 27, 2006.
- PERLIN, Gladis. A Cultura Surda e os Intérpretes de língua de sinais. Processos tradutórios, línguas de sinais e Educação. Grupo de Estudos e Subjetividade. ETD – **Revista Educação Temática Digital**. Campinas, v. 7, n 2, p 136-147, jun 2006.
Disponível em
<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/viewFile/1636/1484>
- PERLIN, G. Identidade surda e currículo. In: LACERDA, C. B. F. de & GOES, M. C. R de (Orgs.) **Surdez: processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000, p.23-28.
- SÁ, Nídia Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Edições Paulinas, 2010.
- SILVEIRA, R. H. Contando histórias sobre surdos(as) e surdez. In: COSTA, M. V. (Org.). **Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000, p. 175-204.
- SKLIAR, C. (Org.) **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.
- STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.
- THOMA, A. S.; LOPES, M. C. **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- DORZIART, A. **O outro da educação**: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão. Petrópolis, Vozes, 2009.
- FELIPE, T. A. A Escola para Surdos e as Metas: repensando o Currículo numa Perspectiva Bilíngüe e Multicultural. **Anais do Seminário Surdez, Cidadania e educação**: Refletindo sobre os Processos de Exclusão e Inclusão. Rio de Janeiro: INES, Divisão de estudos e Pesquisas. pp 180-192. 1998. <http://www.librasemcontexto.org>
- FELIPE et al (1991) Papel Linguístico das Associações de Surdos no Rio de Janeiro. **Anais de Comunicações da 43ª Reunião Anual da SBPC**, RJ.
- FELIPE, T. A. Por uma Proposta de Educação Bilíngüe. **Revista Espaço** - INES, Rio de Janeiro: INES, Divisão de Estudos e Pesquisas V. no. 2, p. 75-92, 1992a.
- FELIPE, T. A. 1999a) Educação de surdos e escola Inclusiva. **Revista da FENEIS**. Ano 1, número 1, janeiro/março, pp. 18-20
- FERNANDES, E. (Org.). **Surdez e bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- GÓES, M. C. R. **Linguagem surdez e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- LACERDA, C. B. F. de. GÓES, M. C. R. de(org.) **Surdez**: processos educativos e subjetividade. São Paulo: LOVISE, 2000.
- LOPES, M. C. **Surdez & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MOREIRA, A. F. e CANDAU, V. M. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MOURA, C. M.; VERGAMINI, S. A. A.; CAMPOS, S. R. L. (Orgs.) **Educação para surdos**: práticas e perspectivas. São Paulo: Santos Editora, 2008.
- PERLIN, G. T. T. **Histórias de vida surda**: identidade em questão. 1998. Dissertação(Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação. UFRGS. Porto Alegre, 1998.
- Sá, Nídia Limeira de. **Educação de Surdos**: a caminho do bilinguismo. Niterói, EDUFF, 1999.
- SKLIAR, C. (Org.) **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**: processos e projetos pedagógicos. Volumes I e II Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.
- SKLIAR, C. **Educação & exclusão**: abordagens socioantropológicas em educação especial. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- SOARES, M. A. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- SOUZA, R. M. **Que palavra te falta?** Linguística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.



SIGLA: IHL036 DISCIPLINA: LIBRAS III – curso avançado (OPTATIVA III)
CH: 60H CR: 04 CH Teórica: 60h

Tópicos sobre a gramática da Libras. Conversação em Libras. Aspectos da gramática da Libras. Conversação em Libras. Narrativas e descrições em Libras. Produção e análise de de textos argumentativo e acadêmico em Libras.

OBJETIVOS

Possibilitar ao licenciando um aprofundamento no conhecimento de tópicos da gramática da Libras.

Possibilitar ao licenciando exercitar-se na conversação, na narração e na descrição em Libras.

Produzir e analisar textos argumentativos em Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, Fernando César e RAPHAEL, Walkiria, Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2002. Vol. 1 e 2

FELIPE, T. A. **Libras em contexto** - Curso Básico - Livro do Estudante/Cursista. CDU. Brasília: MEC - SEESP - Programa Nacional Interiorizando a Libras, 2ª edição. 2001. 7ª Edição. 2008. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T. A., LEITE, E. M., FENEIS-Grupo de Pesquisa da (Org.). **Libras em contexto** - Curso Básico - Fita do Livro do Estudante. 2ª edição. Brasília: MEC/SEESP/FNDE-FENEIS, 2001. DVD Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, Tanya Amara (Org.). **Dicionário digital da língua brasileira de sinais**. 1ª edição. Rio de Janeiro: MEC/SEESP-INES, 2002. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T. A.(org.). **Dicionário da Libras**. MEC-SEESP/GP-Libras-FENEIS. CD-ROM. 2005. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T.A. **Introdução à gramática da LIBRAS**. In: MEC/SEESP. (Org.). Educação Especial - Língua Brasileira - Série Atualidades Pedagógicas - 4. 2ª ed. Brasília, V. III, 1999, p.81-123. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FELIPE, T. A. **Bilinguismo e surdez**. Trabalhos de Linguística Aplicada, Campinas: UNICAMP. 1989:101-114. Disponível em:

<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/tla/article/view/3696>

FELIPE, T. A. **Projeto dicionário virtual de Libras**. Anais do VI Seminário Nacional do INES. Surdez e Diversidade Social. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos. Divisão de Estudos e Pesquisas. 2001: 37-48 Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FERREIRA-BRITO, L. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.1995



QUARTO PERÍODO

SIGLA: IHL014 DISCIPLINA: SINTAXE DA LIBRAS
CH: 90h CR: 05 CH Teórica: 60h CH Prática: 30h

Os elementos constituintes da Libras. O espaço em Libras e seu uso. A relação núcleo, argumentos e adjuntos. A estrutura das sentenças na Libras. Aspectos morfossintáticos da Libras. A sintaxe espacial. A modalidade espaço-vísuo-motor em Libras. Tipos de frase em Libras. As classes gramaticais na Libras. Concordância verbal em Libras.

OBJETIVOS

Conhecer os elementos constituintes da Libras.
Conhecer os aspectos morfossintáticos da Libras.
Compreender as classes gramaticais e a concordância verbal em Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARROTEIA, J. **O papel da marcação não-manual nas sentenças negativas em Língua de Sinais Brasileira (LSB)**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 2005.
- BRITO, L.F. (1995). **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- FELIPE, T. A.. Sistema de flexão verbal na Libras: Os classificadores enquanto marcadores de flexão de gênero. **Anais do 1º. Congresso Internacional do INES**. 7º. Seminário Nacional do INES. Rio de Janeiro: INES, Divisão de Estudos e Pesquisas. 2002: 37-58. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>
- FELIPE, T.A. **Por uma tipologia dos verbos da LSCB**. **Anais do VII Encontro Nacional da ANPOLL**. Goiânia. 1993, p.724-743.
- FELIPE, T. A. A estrutura frasal na LSCB. **Anais do IV Encontro Nacional da ANPOLL**, Recife, 1989, p.663-672.
- FELIPE, T.A. Introdução à gramática da LIBRAS. In: MEC/SEESP. (Org.). **Educação Especial: Língua Brasileira de Sinais - Série Atualidades Pedagógicas - 4**. 2ª ed. Brasília, V. III, 1999, p.81-123. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>
- QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004
- Quadros, R., Pizzio, A.L, Rezende, P. L. **Língua brasileira de sinais II**. Disponível em http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificaf/linguaBrasileiraDeSinaisII/assets/482/Lingua_de_Sinais_II_para_publicacao.pdf
- Sintaxe**. Apostila Letras Libras. UFSC. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/sintaxe/assets/491/Texto_base_sintaxe-versao_final.pdf

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- FELIPE, T. A. **A relação sintático-semântica dos verbos na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)**. Tese de Doutorado em Linguística e Filologia. 1998. V.1: 01-143;



- V.2: 144-298; V.3: Transcrição dos dados das Fitas: 1,2,3,4,5,6 (Banco de dados).
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- FELIPE, T.A. **O Signo Gestual-Visual e sua Estrutura Frasal na Língua dos Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros**. Dissertação de Mestrado, UFPE, PE, 1988. <http://letrasdigitaisufpe.blogspot.com.br/1988/07/tanya-amara-felipe.html>
- FIORIN, José Luiz (org.) **Introdução à Linguística II: Princípios de análise**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- LYONS, John. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.
- LYONS, John. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo, C. E. N., 1979.
- MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; LOPES, Ruth. **Novo Manual de Sintaxe**. Florianópolis: Insular, 2004.
- PERINI, Mário. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1995.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas/SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.
- RAPOSO, Eduardo Paiva. **Teoria da gramática**. A faculdade da linguagem. 2. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.



**SIGLA: IHL015 DISCIPLINA: SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA: ESTUDOS
SOBRE A LIBRAS**

CH: 90h CR: 05 CH Teórica: 60h CH Prática: 30h

Relações entre a Semântica e a Pragmática, analisando dimensões da significação (sentido e referência), questões sobre o significado lexical e relações de sentido (sinonímia, homonímia, polissemia, antonímia, hiponímia e hiperonímia), elementos da significação dos enunciados (pressuposição, asserção, negação, transitividade, operadores argumentativos, quantificadores) e usos da linguagem, considerando performatividade, atos de fala e implicaturas conversacionais. Aspectos semântico e pragmático da Libras. A polissemia em Libras. A paráfrase em Libras. A Metáfora em Libras.

OBJETIVOS

- Compreender as relações entre a Semântica e a Pragmática em geral.
- Conhecer aspectos da dimensões da significação, do significado lexical e relações de sentido, dos elementos da significação dos enunciados e usos da linguagem, considerando performatividade, atos de fala e implicaturas conversacionais.
- Compreender aspectos semânticos e pragmáticos da Libras.
- Compreender a polissemia, a paráfrase e a metáfora na Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A semântica como negociação dos significados em libras**. Trab. Ling. Aplic., Campinas, 45(2): 255-269, Jul./Dez. 2006.
Disponível em <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/tla/article/view/1954/1528>
- ARMENGAUD, F. **A pragmática**. São Paulo: Parábola, 2006.
- MOURA, Heronides M. de M. **Significação e contexto**: uma introdução a questões de semântica e pragmática, Florianópolis: Insular, 1999.
- BRITO, L.F. (1995). **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- FELIPE, Tanya Amara. A relação sintático-semântica do Verbos da LSCB. In: **VI Encontro Nacional da ANPOLL**, 1992.
- FELIPE, Tanya Amara. A Valência dos Verbos na LSCB. **Anais do II Congresso da Associação de Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro (ASSEL)**. 1993.
- FELIPE, T. A. Descrição da língua de sinais: desafios teóricos e práticos. **Anais do Congresso Internacional do INES**. Rio de Janeiro. 2007: 215 – 228
<http://www.ines.gov.br/servicos/Paginas/publicacoes.aspx>
- QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- FELIPE, T. A. **A relação sintático-semântica dos verbos na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)**. Tese de Doutorado em Linguística e Filologia. 1998. V.1: 01-143; V.2: 144-298; V.3: Transcrição dos dados das Fitas: 1,2,3,4,5,6 (Banco de dados). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.



- BRÉAL, Michel. **Ensaio de semântica: ciência das significações**. São Paulo: EDUC, Pontes, 1992.
- FIORIN, J.L (Org.). **Introdução à linguística**. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002, p.166-186.
- ILARI, R. & W. GERALDI. **Semântica**. São Paulo, Ática, 1985.
- KEMPSON, R. **Teoria semântica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- LYONS, John. **Semântica I**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Nova pragmática: fases e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola, 2010
- TAMBA-MECZ, I. **A semântica**. São Paulo: Parábola, 2006.
- VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo, Hucitec, 1980.
- ZANDWAIS, A. (Org.). **Relações entre pragmática e enunciação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto- UFRGS, 2002.
- CAVALCANTI, Mônica et al. (org.). **Referenciação**. Clássicos da Linguística, Vol. 1. São Paulo: Ed. Contexto. 2003.
- DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica linguística**. São Paulo, Cultrix. 1972.
- ILARI, R. **Introdução à semântica**. Brincando com a Gramática. São Paulo: Contexto. 2001.
- DASCAL, M. (org.) **Fundamentos metodológicos da linguística**. Vol 3. Campinas, 1982.
- KEMPSON, R. **Teoria semântica**. Rio de Janeiro, Zahar. 1977.
- TRASK, R.L. **Dicionário de linguagem e linguística**. São Paulo: Contexto, 2004.



SIGLA: IHL016 DISCIPLINA: LITERATURA EM LIBRAS: PRODUÇÃO, TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO
CH: 60h CR: 03 CH Teórica: 30h CH Prática: 30h

A literatura como um artefato cultural. Literatura em Libras. A expressividade estética e literária nas línguas de sinais. Tipos de produção literária em línguas de sinais. As diferentes etapas utilizadas pelo contador de histórias para crianças surdas. Panorama histórico da Literatura Surda. As narrativas surdas. Narrativas e educação de surdos. Produção e análise de narrativas. Processo de tradução/adaptação de imagens literárias em Libras.

OBJETIVOS

Conhecer a literatura em Libras como um artefato cultural importante da cultura surda.

Conhecer tipos de produção literária em línguas de sinais.

Compreender a importância das narrativas surdas para a educação de surdos.

Produzir e analisar narrativas em Libras.

Compreender o processo de tradução/adaptação de imagens literárias em Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MOURÃO, C.H.N. **Literatura Surda: produções culturais de surdos em língua de sinais**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

KARNOPP, Lodenir. **Literatura surda**. Curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em:

http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/literaturaVisual/assets/369/Literatura_Surda_Texto-Base.pdf

WILCOX, Sherman; WILCOX, Phyllis. **Aprender a ver**. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.

QUADROS, R. M.; SUTTON-SPENCE, R. Poesia em língua de sinais: traços da identidade surda. In.: R. M. Quadros (Orgs.). **Estudos surdos I** (pp. 110-165). Petrópolis: Arara Azul. 2006.

_____. Imagens da identidade e cultura surdas na poesia em língua de sinais. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). **Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais**. Petrópolis, RJ: ED. Arara Azul, 2008, p. 339-349.

KARNOPP, Lodenir B.; MACHADO, Rodrigo N. **Literatura surda: ver histórias em língua de sinais**. 2 Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação (CD) – 2SBECE. Canoas: ULBRA, 2006.

_____; **Literatura Surda**. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.98-109, jun. 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMBRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1997.



- ARNHEIM, R. **Arte e percepção visual**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1980.
- BRITO, P. H. Para uma avaliação mais objetiva das traduções de poesia. In: Krause, Gustavo Bernardo. **As margens da tradução**. Rio, FAPERJ/Caetés/UERJ, 2002.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 2000.
- BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BURKE, P. e PORTER, R. (Orgs) **Linguagem, Indivíduo e Sociedade**. São Paulo: Unesp, 1993.
- HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- HESSEL, Carolina, ROSA, Fabiano, KARNOPP, L. B. **Cinderela surda**. Canoas: ULBRA, 2003.
- HESSEL, Carolina, ROSA, Fabiano, KARNOPP, L. B. **Rapunzel surda**. Canoas, RS: ULBRA, 2003.
- JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994 .
- KARNOPP, L. B. **Língua de sinais e língua portuguesa: em busca de um diálogo**. In: LODI, A. et al. **Letramento e Minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- KRAUSE, Gustavo Bernardo. **As Margens da Tradução**. Rio, FAPERJ/Caetés/UERJ, 2002.
- KOCH, Ingedore Vilaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo, Contexto, 2002.
- LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- MASON, Rachel. **Por uma arte-educação multicultural**. Campinas: Mercado das Letras, 2001.
- PANOZZO, Neiva Petry. **Percursos estéticos na literatura infantil: contribuições para a leitura da imagem na escola**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2001. (Dissertação de mestrado)
- PAZ, Octavio. **A outra voz**. São Paulo: Siciliano, 1993.
- PERISSÉ, Gabriel. **Literatura & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- PILLAR, Analice Dutra (org.) **A educação do olhar no ensino das artes**. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- _____. **Regimes de visibilidade nos desenhos animados da televisão**. Porto Alegre: FAGED/FAPERGS, 2004. p. 22-45.
- PLAZA, Júlio. **Tradução intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- ROSA, F.; KARNOPP, L. **Patinho Surdo**. Ilustrações de Maristela Alano. Canoas, RS: ULBRA, 2005.
- SILVA, I.R. **O uso de algumas categorias gramaticais na construção de narrativas pelo sujeito surdo**. 1998, 169 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.
- SILVA, I. R.; KAUCHAKJE; S.; GESUELI, Z. M. (orgs.). **Cidadania, surdez e linguagem: Desafios e realidades**. Ed. Plexus. 2003.
- SILVEIRA, R. H. Contando histórias sobre surdos(as) e surdez. In: COSTA, M. V. (Org.). **Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000, p. 175-204.
- SOUZA, Roberto Acízelo. **Teoria da Literatura**. São Paulo: Ática, 2007.



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL
Departamento de Letras Libras



STOCK, I. M. A importância da literatura surda no desenvolvimento educacional da criança surda. **Revista Eficaz** – Revista científica online.



SIGLA: IHL017 DISCIPLINA: ESCRITAS DE LÍNGUAS DE SINAIS
CH: 60h CR: 04 CH Teórica: 60h

Aspectos históricos e culturais das escritas de línguas de sinais. Semiótica e comunicação pelo *SignWriting*; propriedades semânticas, sintáticas e pragmáticas utilizando o sistema de escrita *SignWriting*. Publicações e recursos editoriais em *SignWriting*. Alternativas didático-pedagógicas para o ensino da escrita de sinais conforme a faixa etária dos alunos. Produção de textos escritos em língua de sinais. Produção de literatura na escrita das línguas de sinais.

OBJETIVOS

Conhecer aspectos históricos e culturais das escritas de línguas de sinais.
Conhecer publicações e recursos editoriais em *SignWriting*.
Conhecer alternativas didático-pedagógicas para o ensino da escrita de sinais conforme a faixa etária dos alunos.
Produzir textos escritos em língua de sinais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, Fernando César; SUTTON, Valerie. A escrita visual direta de sinais SignWriting e o seu lugar na educação da criança Surda. In: **Dicionário enciclopédico ilustrado da língua de sinais brasileira**. Volume II: sinais de M a Z. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 1491-1495.
CAPOVILLA, F. C. ; CAPOVILLA, A. G. S. O desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética na educação bilíngue do surdo congênito. In. RODRIGUES, C.; TOMITCH, L. B. **Linguagem e cérebro humano**: contribuições multidisciplinares. Porto Alegre: Artmed, 2004.
ESTELITA, Mariângela. **Proposta de escrita das línguas de sinais**. Dissertação. (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.
ESTELITA, M. **Elis**: escrita das línguas de sinais. Petrópolis: Arara Azul, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPOVILLA, F.C. et alii. **A língua brasileira de sinais e sua iconicidade**: análises experimentais computadorizadas de caso único. *Ciência Cognitiva*, 1. 1997.
CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo. Editora Scipione, 2002.
GIORDANI, Liliane F. **Quero escrever o que está escrito nas ruas**: representações culturais da escrita de jovens e adultos surdos. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.
FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre. Editora Artmed, 2003.
KATO, M. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1998.
NUNES, Lúcia Maria. **A escrita em gesto**: um caso de surdez. Campinas: UNICAMP, 2004. Tese (Doutorado), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2004.



- CAPOVILLA, Fernando César, RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue: Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- ESTELITA, Mariângela. ScripSig: escrita das LS. In: **Fragmentos**, n. 30. Florianópolis: UFSC, 2006c.
- _____. **ELiS: escrita das Línguas de Sinais**. Florianópolis, 2007a. Disponível em: www.escritadesinais.org. Acesso em: 28 jun 2007.
- _____. Um texto escrito em Libras? Sistema ELiS? In: **Revista da FENEIS**, nº 32. Rio de Janeiro, 01 jun. 2007b.
- _____. **Aquisição de linguagem pelos surdos**: QuiroSig: a Libras por escrito. Florianópolis: UFSC. Projeto (Doutorado), Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.
- PIETRO, Luis J. **Mensagens e sinais**, Editora Cultrix, São Paulo, 1973.
- SILVA, M. da P. M. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. São Paulo: Plexus, 2001, p.105.
- SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita: a Alfabetização como processo discursivo**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- STUMPF, M. **Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema Signwriting: Línguas De Sinais no Papel e no Computador**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em Informática na Educação), Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- FEREIRO, E. PALÁCIO, G. M. **Os processos de leitura e escrita**. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2003
- GOODMAN, Y. O desenvolvimento da escrita em crianças muito pequenas in LANDSMANN, L. T., **Aprendizagem da Linguagem Escrita**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1993
- GUARINELLO, A.C. Reflexões sobre a aquisição do português escrito como segunda língua de uma criança surda. **Cadernos de Pesquisas em Linguística**, Porto Alegre, v.1, n.1, p.63-66, agosto 2005.
- HIGOUNET, C. **História concisa da escrita**. São Paulo: Parábola, 2003.
- MAN, J. **A história do alfabeto: Como 26 letras transformaram o mundo ocidental**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- KARNOPP, L.; QUADROS, R. M. de. **Educação infantil para surdos**. In: ROMAN, E. D.; STEYER, V. E. (Org.). **A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado**. Canoas, RS: ULBRA, 2001.



**SIGLA: IHL018 DISCIPLINA: BILINGUISMO: POLÍTICAS PARA A
EDUCAÇÃO BILÍNGUE**
CH: 60h CR: 04 CH Teórica: 60h

Conceitos de Bilinguismo e Educação Bilíngue. Aspectos psicolinguísticos e neurolinguísticos do ser bilíngue. Práticas de educação bilíngue. A escrita da Língua Portuguesa como L2. Surdez e práticas sociais de leitura e escrita. Práticas sociais de leitura por surdos em Língua Portuguesa como segunda língua. Práticas sociais de escrita de surdos em Língua Portuguesa como segunda língua. O bilinguismo no Brasil e no mundo. Diferentes bilinguismos. Bilinguismos de surdos. Pedagogias culturais. Pedagogias bilíngues. Mídia e pedagogias culturais. Educação bilíngue para surdos no Brasil: escolarização, legislação, movimentos sociais.

OBJETIVOS

Compreender conceitos de bilinguismo e de educação bilíngue.
Conhecer aspectos psicolinguísticos e neurolinguísticos do ser bilíngue.
Conhecer diferentes práticas sociais de escrita e de leitura por surdos em Língua Portuguesa como segunda língua.
Conhecer aspectos sobre diferentes bilinguismos, bilinguismos de surdos e pedagogias bilíngues.
Refletir sobre a educação bilíngue para surdos no Brasil, e os bilinguismos possíveis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, Eulália (org). **Surdez e bilinguismo**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.
FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre. Editora Artmed, 2003
QUADROS, Ronice Muller. O 'BI' em bilinguismo na educação de surdos. In: FERNANDES, Eulália. In. **Surdez e bilinguismo**. (Org.). Porto Alegre: Mediação, 2005
GIORDANI, Liliane F. **Quero escrever o que está escrito nas ruas: representações culturais da escrita de jovens e adultos surdos**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.
HEYE, J. & SAVEDRA, M. Dimensões de bilinguismo e bilingualidade na aquisição formal da L2. **Revista Palavra**. Número 3. Rio de Janeiro. Departamento de Letras, PUC-Rio, 1995, p. 78-96.
DIAS JÚNIOR, J. F. **Ensino da língua portuguesa para surdos: contornos de práticas bilíngues**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Recife: UNICAMP, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo. Editora Scipione, 2002.
CAVALCANTI, M. C. E BORTONI-RICARDO, S. M. (orgs). **Transculturalidade, linguagem e educação**, Campinas, Mercado das Letras.



- SKLIAR, C. (org). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, v. 1, 1999.
- KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Muller de. Educação infantil para surdos. In: ROMAN, Eurilda Dias, STEYER, Vivian Edite (Org.) **A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado**. Canoas. 2001.
- MEGALE, Antonieta Heyden. Bilinguismo e educação bilíngue: discutindo conceitos. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. V. 3, n. 5, agosto de 2005. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].
- QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1997.
- ROCHA, C. H. O ensino de línguas para crianças no contexto educacional brasileiro: breves reflexões e possíveis provisões. **DELTA**. Vol.23 no.2 São Paulo, 2007.
- BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- NASCIMENTO, G. R. P. do. Aquisição da escrita por surdos usuários da LIBRAS: o fenômeno da interlíngua e implicações para o ensino de português como segunda língua para surdos. In: **ANAIS do X Congresso Internacional do INES e XVI Seminário Nacional do INES**, 2011.
- _____. **Aspectos da organização de textos escritos por universitários surdos**. Tese de doutorado em Linguística, PPGL – UFPE. Recife, 2008.
- NASCIMENTO, G. R. P. do. Aspectos do sistema coesivo de textos escritos por surdos universitários usuários de LIBRAS. In: **VI Congresso Internacional da ABRALIN**, 2009, João Pessoa. ABRALIN 40 ANOS. João Pessoa: Ideia, 2009. v. único. p. 1709-1718.
- MENEZES, Denise Costa. **Letramento em comunidade de surdos**. Tese de Doutorado. Recife: UFPE, 2007.
- NASCIMENTO, G. R. P. do; SARTORE, A. R. Reflexões sobre peculiaridades do processo de leitura por parte de surdos estudantes de ead online e propostas para a otimização desse processo. **Eutomia**, Recife, ano IV, vol. I, 2011. p. 286-305. Disponível em: <<http://www.revistaeutomia.com.br/eutomia-ano4-volume1-linguistica.html>> Acesso em: 02/09/2011.
- NASCIMENTO, G. R. P.; PEREIRA, L. L. Leitura e compreensão de textos por parte de estudantes surdos de EaD online: limites e possibilidades. In: 3º Simpósio Hipertextos e Tecnologias na Educação, 2010, Recife. **Anais Simpósio Hipertextos**. Recife: ABEHTE, 2010. p. 110-120. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/nehete/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2010/Glauceia-Renata-Pereira&Laerte-Leonaldo-Pereira.pdf>> Acesso em: 02/09/2011.
- NASCIMENTO, G. R. P. do. Letramento na educação de surdos. **JC online**, Recife, 10 de maio de 2011. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/opiniaio/noticia/2011/05/10/letramento-na-educacao-de-surdos-4026.php>. Acesso em: 02/09/2011.
- SÁ, Nídia Limeira. O professor de LIBRAS no ensino superior: reflexões sobre seleção e atuação. **Anais do 6. Congresso Internacional de Educação**. N.1, 2009. São Leopoldo: Casa Leiria: UNISINOS, 2009. ISSN 2175-277X



QUINTO PERÍODO

SIGLA: IHL019 DISCIPLINA: LINGUÍSTICA TEXTUAL E ANÁLISE DO DISCURSO: ESTUDOS SOBRE LIBRAS
CH: 90 CR: 05 CH Teórica: 60 CH Prática: 30

Estudo e aplicação de abordagens teóricas e metodológicas relevantes à análise do discurso, privilegiando a análise de diferentes gêneros e registros em contextos sociais cotidianos e institucionais. Descrição e interpretação de características linguístico-funcionais: troca de turno, estruturas gramaticais e léxico, unidades e níveis de organização textual, coesão, coerência e intertextualidade e sua relação com diferentes contextos socioculturais. Análise de elementos e características do discurso de surdos. Diferentes teorias do texto e do discurso, com ênfase na Teoria da Enunciação e na Análise do Discurso.

OBJETIVOS

Conhecer abordagens teóricas e metodológicas relevantes à análise do discurso, privilegiando a análise de diferentes gêneros e registros em contextos sociais cotidianos e institucionais.

Compreender a descrição e a interpretação de características linguístico-funcionais e sua relação com diferentes contextos socioculturais.

Conhecer diferentes teorias do texto e do discurso, com ênfase na Teoria da Enunciação e na Análise do Discurso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FELIPE, T.A. O discurso verbo-visual na língua brasileira de sinais - Libras. **Bakhtiniana**, São Paulo, 8 (2): 67-89, Jul./Dez. 2013.

<http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/14141>

ORLANDI, Eni Puccineli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

SIGNORINI, Inês (Org.). **[Re]Discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola, 2008.

ARAÚJO, Inês Iacerda. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola, 2004.

BRANDÃO, Helena Nagamine H. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: EdUNICAMP, 2002.

VOESE, Ingo. **Análise do discurso e o ensino de língua portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 13ª ed. São paulo: Hucitec, 2009.

BORGES NETO, José. **Ensaio de filosofia da linguística**. São Paulo: Parábola, 2004.



- BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2009.
- BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2008.
- BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: dialogismo e construção do sentido. Campinas, SP: EdUNICAMP, 2005.
- CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. **Discurso e Ensino**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.
- COSTA, Nelson Barros da (org.). **Práticas Discursivas**: Exercícios Analíticos. Campinas: Pontes, 2005.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo**: as idéias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.
- FOUCAULT, M. **Ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2000.
- GADET, F. e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: EDUNICAMP, 1987.
- LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **Cenas de Enunciação**. Curitiba: Criar Edições, 2006.
- _____. **O Contexto da Obra Literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **Termos-Chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Edufmg, 2000.
- MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005.
- NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.
- ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.
- PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Pilar. **Linguística aplicada**: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009.
- PÊCHEUX, M. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1983
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Nova pragmática**: fases e feições de um fazer. São Paulo: Parábola, 2010.



SIGLA: IHL0120 DISCIPLINA: ESTUDOS DIACRÔNICOS SOBRE A LIBRAS
CH: 90h CR: 05 CH Teórica: 60h CH Prática: 30h

Estudos filológicos: princípios e fundamentação teórica. O processo de mudanças diacrônicas nas línguas orais e nas línguas de sinais. Estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais da Libras. Estudo comparativo de sinais em diferentes épocas históricas.

OBJETIVOS

Compreender os princípios e a fundamentação teórica de estudos filológicos da Libras.

Compreender as mudanças fonológicas e lexicais da Libras.

Proceder a um estudo comparativo dos sinais do livro “Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos”, de Flausino da Gama, e de sinais do Dicionário Digital da Libras, organizado por Tanya Amara Felipe.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Heloise Gripp. **A história da língua de sinais dos surdos brasileiros: um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais da Libras.** Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93667/282673.pdf?sequence=1>

FELIPE, T. A. **A relação sintático-semântica dos verbos na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).** Tese de Doutorado em Linguística e Filologia. 1998. V.1: 01-143; V.2: 144-298; V.3: Transcrição dos dados das Fitas: 1,2,3,4,5,6 (Banco de dados). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Anexo I: Estudo sobre livro de Flausino.

FELIPE, Tanya Amara (Org.). **Dicionário Digital da Língua Brasileira de Sinais.** 1ª edição. Rio de Janeiro: MEC/SEESP-INES, 2002.

FELIPE, T. A. **Libras - Perspectiva diacrônica. Curso de metodologia para instrutores de Libras.** FENEIS/MEC. 2003. Disponível em:

<http://pt.slideshare.net/lemesilvana/libras-no-tempo>

ROBERTS, Ian, KATO, Mary A. (orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica.** Campinas: UNICAMP, 1993.

ZANCANARO JUNIOR, Luiz Antonio e BIELESKI, Daniela. O processo de mudanças na língua brasileira de sinais em Santa Catarina: uma análise comparativa. **Revista Encontros de Vista.** Disponível em

http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/06_Luiz_Antonio_Z_Junior_e_Daniela_Bieleski-O_processo_de_mudan%C3%A7as_na_Libras_SC.pdf

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica.** 7.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret, MENDES, Eliana Amarante de Mendonça (orgs.). **A língua portuguesa no mundo.** 2.ed. São Paulo : Ática, 1998.

ELIA, Sílvio. **Ensaio de filologia.** Rio de Janeiro : Acadêmica, 1963.



- FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica**. São Paulo: Ática, 1991.
- GOULART, Audemaro Taranto, SILVA, Oscar Vieira da. **Estudo dirigido de gramática histórica e teoria da literatura**. São Paulo: Ed. do Brasil, 1974.
- HAUY, Amini Boainain. **História da língua portuguesa: séculos XII, XIII e XIV**. São Paulo : Ática, 1989. (Série Fundamentos - 21)
- HORA, Demerval da, CHRISTIANO, Elizabeth (orgs.). **Estudos linguísticos: realidade brasileira**. João Pessoa : Idéia, 1999.
- KATO, Mary A. Apresentação: "Como, o que e por que escavar?" In: ROBERTS, Ian, _____. **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: UNICAMP, 1993.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. **História da língua portuguesa: século XIX**. São Paulo : Ática, 1988. (Série Fundamentos - 25)
- MATEUS, Maria Helena Mira et al. **Gramática da língua portuguesa**. 4.ed. Lisboa : Caminho, 1994.
- MELO, Gladstone Chaves de. **Iniciação à filologia e à linguística portuguesa**. 6.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.
- NUNES, José Joaquim. **Compêndio de gramática histórica portuguesa**. 9.ed. Lisboa: Clássica, 1989.
- PAUL, Hermann. **Princípios fundamentais da história da língua**. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1983.
- PINTO, Edith Pimentel. **História da língua portuguesa: século XX**. São Paulo: Ática, 1988. (Série Fundamentos - 26)
- PINTO, Rolando Morel. **História da língua portuguesa: século XVIII**. São Paulo: Ática, 1988. (Série Fundamentos - 24)
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 20.ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- SILVA, Benedicto. **A língua portuguesa na cultura mundial**. Porto/Rio de Janeiro: Fund. Eng. António de Almeida, Fund. Getúlio Vargas, s.d.
- SPINA, Segismundo. **História da língua portuguesa: segunda metade do século XVI e século XVII**. São Paulo: Ática, 1987. (Série Fundamentos - 23)
- TARALLO, Fernando. **Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo : Ática, 1990.
- TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.



SIGLA: IHL021 DISCIPLINA: LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUAS

CH: 90h CR: 05 CH Teórica: 90h CH Prática: 00h

História da Linguística Aplicada no Brasil. Princípios de Linguística Aplicada e sua relação com o ensino e aprendizagem de línguas. Práticas de ensino de Libras: língua materna, primeira língua, segunda língua e língua estrangeira. Formação do instrutor e do professor de Libras. Objetivos da Psicolinguística num paradigma interdisciplinar entre a Psicologia e Linguística. Psicolinguística no contexto das ciências cognitivas, ciências computacionais e neurociências.

OBJETIVOS

Conhecer aspectos históricos da Linguística Aplicada no Brasil.

Compreender princípios de Linguística Aplicada e sua relação com o ensino e aprendizagem de línguas.

Conhecer e analisar práticas de ensino de Libras.

Compreender aspectos introdutórios da Psicolinguística no contexto das ciências cognitivas, ciências computacionais e neurociências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GESSER, A; Costa, Maria José Damiani; VIVIANI, Zélia Anita. **Linguística Aplicada**. Letras Libras. UFSC. Disponível em:

http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/linguisticaAplcadaAoEnsinoDeLinguas/assets/429/Texto_Base_Ling_Aplic.pdf

FREIRE et alii (Orgs.), **Linguística aplicada e contemporaneidade**. São Paulo: ALAB/Pontes Editores. 2005.

SIGNORINI, e M. CAVALCANTI (Orgs.), **Linguística aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado da Letras. 1998.

STROGENSKI, P. R. **Linguagem e sujeito**. Disponível em:

<http://www.cefetpr.br/deptos/dacex/paulo.htm>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CELANI, M. A. (1998). Transdisciplinaridade na Linguística Aplicada no Brasil. In I. Signorini, e M. Cavalcanti, (Orgs.), **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado de Letras

GESSER. A. (2006). **Um olho no professor surdo e outro na caneta: Ouvintes aprendendo a Língua Brasileira de Sinais**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP.

GESUELI, Z. M. (2006). Linguagem e Identidade: A surdez em questão. **Educação e Sociedade**, 27(94), 277-292.

GÓES, Maria Cecília Rafael. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

KLEIMAN, A. B. (1998). O estatuto disciplinar da linguística aplicada: o traçado de um percurso rumo ao debate. In I. Signorini & M. Cavalcanti (Orgs), **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado de Letras.

LODI, Ana Claudia Balieiro et al. (Orgs.). **Letramento e minorias**. Porto Alegre:



Mediação. 2003. NASCIMENTO, S., P, F, **Português como língua segunda para surdos III**, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2012.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Papel da língua de sinais na aquisição da escrita por estudantes surdos. In: LODI, Ana Claudia Balieiro et al. (Orgs.). **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, p. 47-55, 2003.

PERLIN, Gládis Teresinha Taschetto. Histórias de vida surda: **Identidades surdas em questão**. Dissertação de Mestrado (Educação). Porto Alegre: UFRGS, 1998.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlene Lúcia. et al. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos**: Caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC/SEESP, v. 1, 2002.

SKLIAR, C. B. (2006). A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In D. Rodrigues (Org.), **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva (pp. 15-34). São Paulo: Summus.



SIGLA: IHL022 DISCIPLINA: NOVAS TECNOLOGIAS E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS
CH: 90h CR: 05 CH Teórica: 60h CH Prática: 30h

Utilização do vídeo, da Internet, das redes sociais e de multimídias na educação de surdos. Conhecimento e uso de softwares educativos para surdos. Teorias da Informação. Análise dos processos de comunicação. O signo como elemento semântico e pragmático. Linguagens áudio-visuais. Culturas de mídias.

OBJETIVOS

Analisar a utilização do vídeo, da Internet, das redes sociais e de multimídias na educação de surdos.
Conhecer softwares educativos para surdos.
Conhecer aspectos das Teorias da Informação.
Compreender as linguagens áudio-visuais e as culturas de mídias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BARBOSA, R. M. **Ambientes virtuais de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MARCATO, Simone A. et al. Um ambiente para a aprendizagem da Língua de Sinais. In: **SBC 2000 – XX Congresso da Sociedade Brasileira de Computação**, PUCPR - Curitiba, agosto de 2000.
- MARTINS, Isa Haro; SOUZA, Clarisse Sieckenius de. Uma abordagem semiótica na utilização dos recursos visuais em linguagens de interface. In: **IHC'98 - I Workshop sobre Fatores Humanos em Sistemas Computacionais**: Compreendendo Usuários, Construindo Interfaces. Rio de Janeiro: 31 ago. 1998. Disponível em <<http://www.inf.puc-rio.br/~ihc98/>>. Acesso em: 27 ago. 2004.
- MERTZANI, M. Reflexões sobre a língua de sinais e a cultura surda em ambientes de comunicação mediada por computador (CMC): explorações e considerações iniciais. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). **Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais**. Petrópolis, RJ: ED. Arara Azul, 2008, p. 367-380
- RAMAL, A. C. **Educação na cibercultura**: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SOUZA, Vinícius C. e Pinto, Sérgio Crespo. C. S. (2002) Sign WebMessage: um ambiente para comunicação via web baseado na escrita de Libras. In: **III Congresso Ibero-americano de Informática na Educação Especial – CIIEE**. Fortaleza.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALMEIDA, Milton José de. **Imagens e sons**: a nova cultura oral. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- BERGMAN, Ingmar. **Imagens**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CAMPOS, Márcia de Borba. **Sistema hipermídia para apoio às relações espaço temporal e lateralidade baseado em hipermídia**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1996.



- CAPOVILLA, F.C. et alii. A língua brasileira de sinais e sua iconicidade: análises experimentais computadorizadas de caso único. **Ciência Cognitiva**, 1 (2). 1997.
- CAPOVILLA, F.C. et alii. **Manual ilustrado de sinais e sistema de comunicação em rede para surdos**. São Paulo: Ed. Instituto de Psicologia, USP. 1998.
- COSTA, Rosa Maria. M. da, XEXÉO, Geraldo B. A Internet nas Escolas: uma proposta de ação. IN: **7º Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, Anais**. Minas Gerais, 1996.
- CRUZ, D.M. Educação a distância por videoconferência: como facilitar a adoção da inovação tecnológica e preparar os professores. In: **Anais Eletrônicos do XXII Congresso Brasileiro de Pesquisadores da Comunicação**, (INTERCOM), GT Comunicação e Educação, 03-09 de setembro, Rio de Janeiro, 2000.
- FAGUNDES, Lea. **Informática na Educação: Teoria e Prática**. Curso de Pós-Graduação em Informática na Educação. Porto Alegre: UFRGS, vol. 1, n.1, 1998.
- FELIPE, T. A. Bilingüismo e Informática Educativa. **Revista Integração**. SENEB/MEC, Ano 3, (6): 1990: 11-14.
- FELIPE, Tanya Amara (Org.). **Dicionário digital da língua brasileira de sinais**. 1ª edição. Rio de Janeiro: MEC/SEESP-INES, 2002.
- FELIPE, Tanya.(2000a) Capacitação de instrutores surdos. **Anais do Seminário Pesquisas**. Páginas: 40-42.
- LUCAS, Fábio. **Literatura e comunicação na era eletrônica**. Cortez: São Paulo, 2001.
- PILLAR, Analice Dutra. **Criança e televisão: leituras de imagens**. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- PILLAR, Analice Dutra. **Regimes de visibilidade nos desenhos animados da televisão**. Porto Alegre: FAGED/FAPERGS, 2004. p. 22-45.
- SILVA, T. T. **Teoria cultural e educação**. Autêntica. Belo Horizonte. 2000.
- TAKAHASHI, T. **Sociedade da informação no Brasil**, Livro Verde, Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília, 2000.
- VANOYE, Francis. **Usos da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.



SEXTO PERÍODO

SIGLA: IHL023 DISCIPLINA: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

CH: 60h CR: 04 CH Teórica: 60h

Relações educacionais: professor-aluno, teoria-prática, escola-sociedade, conteúdo-método. O currículo na educação de surdos. Propostas metodológicas e materiais didáticos para o ensino a surdos. Diferentes modos de conceber e praticar a avaliação das aprendizagens dos estudantes. Estudo dos princípios e os fundamentos do planejamento, e da avaliação, segundo os paradigmas e normas legais vigentes quanto ao currículo e o Projeto Pedagógico da escola de Educação Básica. Implicações pedagógicas das experiências visuais dos surdos. Planejamento da ação educacional com surdos. Didática e dinâmica nas aulas de/com surdos.

OBJETIVOS

Conhecer as relações educacionais: professor-aluno, teoria-prática, escola-sociedade, conteúdo-método.

Refletir sobre os diferentes modos de conceber e praticar a avaliação das aprendizagens dos estudantes.

Conhecer os princípios e os fundamentos do planejamento, e da avaliação, segundo os paradigmas e normas legais vigentes quanto ao currículo e o Projeto Pedagógico da escola de Educação Básica.

Compreender as implicações pedagógicas das experiências visuais dos surdos.

Refletir sobre a didática e a dinâmica nas aulas de/com surdos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ESTEBAN, Maria Tereza. **Escola, currículo e avaliação**. SP, Cortez, 2003.

MOREIRA, Antônio Flávio B. (Org.). **Currículo: Questões atuais**. Campinas: Papyrus, 1997.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 15-25.

REIS, Flaviane. Professores Surdos: Identificação ou “Modelo”. In: QUADROS, Ronice; PERLIN, Gládis (Orgs.). **Estudos Surdos II**. Rio de Janeiro, Editora Arara Azul, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVAREZ MENDES. **Avaliar para conhecer: examinar para excluir**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ANDRÉ, M. E. e OLIVEIRA, M. R. (org.). **Alternativas da didática**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para a educação básica**. Resoluções CNE/CEB nº 1 de 05.07.2000; nº 2 de 19.04.1998; nº 3/98 de 26.06.98; nº 1 de 05.07.2000; nº 2 de 19.04.1999; nº 3/99 de 03.04.2002.



- CANDAU, Vera Maria (Org). **A didática em questão**. 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- CARVALHO, Maria Helena e XAVIER, U. **Avaliar com os pés no chão da escola: reconstruindo a prática fundamental no ensino fundamental**. Recife, Ed. da UFEPE, 2000.
- CONDEMARÍN, Mabel; MEDINA, Alejandra. **Avaliação autêntica: um meio para melhorar as competências em linguagem e comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- COSTA, M. V. (Org). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 2ª edição. Rio de Janeiro: DP& A, 1999.
- ESTEBAN, Maria Tereza. (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FELDMAN, Daniel. **Ajudar a ensinar: relações entre didática e ensino**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001.
- FREITAS, Luiz Carlos. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papyrus, 1995.
- HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5º ed., Porto Alegre: ARTMED, 1998.
- GÓMEZ, A I. Perez. **Compreender e transformar o ensino**. 4ª ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2000.
- GRÉGOIRE, Jacques. **Avaliando as aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- LUCK, H. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- NARODOWSKI, Mariano. **Comenius e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SILVA, Janssen Felipe da et all. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- OLIVEIRA, Maria Rita S. **A reconstrução da didática: elementos teórico-metodológicos**. Campinas, SP: Papyrus. 1992.
- FAZENDA, Ivani (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas: Papyrus, 1998.
- VEIGA, Ilma P. (org.). **Didática: o ensino e suas relações**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- _____. (org.). **Lições de didática**. Campinas: Papyrus, 2006.
- MASETTO, Marcos Tarcisio. **Didática: a aula como centro**. 3ª ed. São Paulo, SP: FTD, 1996.
- MEIRIEU, Philippe. **Aprender... sim, mas como?** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales (Org.). **Didática: ruptura, compromisso e pesquisa**. Campinas, Papyrus, 2001.
- ROMÃO, J. E. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1998.
- SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Tradução Cláudia Shilling. Porto Alegre: ARTMED, 1998.



- SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1998.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez, Autores associados, 1992.
- SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática**. Campinas: Autores Associados, 1994.
- SILVA, Jansen Felipe da. **Avaliação na perspectiva formativa-reguladora: pressupostos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- TOSI, Maia Raineldes. **Didática geral: um olhar para o futuro**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Didática: o ensino e suas relações**. Campinas: Papyrus, 1996.
- WACHOVICZ, Lílian Anna. **O método dialético em didática**. Campinas: Papyrus, 1998.
- ZABALA, Antoni (org.). **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.



SIGLA: IHL027 DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE LITERATURA EM LIBRAS

CH: 60h CR: 03 CH Teórica: 60h CH Prática: 00h

Metodologia do ensino da literatura em Libras a partir de diversos gêneros literários. Produção de literatura surda. Transformações de literaturas para crianças e para surdos. Contação de história para crianças surdas. A literatura em Libras como objeto de pesquisa em sala de aula.

OBJETIVOS

Reconhecer as marcas da produção literária poética na Libras, dando enfoque à pesquisa tanto em traduções literárias, quanto em criações literárias utilizando os gêneros poéticos na língua brasileira de sinais.

Desenvolver projetos didáticos e temáticos de Literatura em Libras para alunos surdos e ouvintes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura Visual, Mudança Educativa e Projeto de Trabalho**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

_____. Imagens da identidade e cultura surdas na poesia em língua de sinais. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). **Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais**. Petrópolis, RJ: ED. Arara Azul, 2008, p. 339-349.

KARNOPP, Lodenir. **Literatura Surda**. Curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

KARNOPP, Lodenir B.; MACHADO, Rodrigo N. Literatura surda: ver histórias em língua de sinais. **2 Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação** (CD) – 2SBECE. Canoas: ULBRA, 2006.

MOURÃO, C.H.N. **Literatura Surda**: produções culturais de surdos em Língua de Sinais. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

QUADROS, R. M.; SUTTON-SPENCE, R. Poesia em língua de sinais: traços da identidade surda. In.: R. M. Quadros (Orgs.), **Estudos surdos I** (pp. 110-165). Petrópolis: Arara Azul. 2006.

_____; **Literatura Surda**. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.98-109, jun. 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMBRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997.

ARNHEIM, R. **Arte e percepção visual**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1980.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 2000. BETTELHEIM, Bruno. **A Psicanálise dos Contos de Fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.



- BRITO, P. H. Para uma avaliação mais objetiva das traduções de poesia. In: KRAUSE, Gustavo Bernardo. **As Margens da Tradução**. Rio, FAPERJ/Caetés/UERJ, 2002.
- HESSEL, Carolina, ROSA, Fabiano, KARNOPP, L. B. **Cinderela Surda**. Canoas: ULBRA, 2003.
- HESSEL, Carolina, ROSA, Fabiano, KARNOPP, L. B. **Rapunzel surda**. Canoas, RS: ULBRA, 2003.
- KRAUSE, Gustavo Bernardo. **As Margens da Tradução**. Rio, FAPERJ/Caetés/UERJ, 2002.
- LUBBOCK, Percy. **A técnica da ficção**. São Paulo : Cultrix, 1976..
- MASON, Rachel. **Por uma arte-educação multicultural**. Campinas: Mercado das Letras, 2001.
- PANOZZO, Neiva Petry. **Percursos estéticos na literatura infantil: contribuições para a leitura da imagem na escola**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2001. (Dissertação de mestrado)
- PERISSÉ, Gabriel. **Literatura & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- PILLAR, Analice Dutra (org.) **A educação do olhar no ensino das artes**. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- PLAZA, Júlio. **Tradução intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita**. São Paulo: Papyrus, 1998.
- ROSA, F.; KARNOPP, L. **Patinho Surdo**. Ilustrações de Maristela Alano. Canoas, RS: ULBRA, 2005.
- SILVA, I. R.; KAUCHAKJE; S.; GESUELI, Z. M. (orgs.). **Cidadania Surdez e Linguagem: Desafios e Realidades**. Ed. Plexus. 2003.
- SILVEIRA, R. H. Contando histórias sobre surdos(as) e surdez. In: COSTA, M. V. (Org.). **Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000, p. 175-204.
- STOCK, I. M. – A Importância da Literatura Surda no Desenvolvimento Educacional da Criança Surda. **Revista Eficaz** – Revista científica online.
- ZILBERMAM, Regina. **Estética da recepção e história da literatura**. São Paulo: Ática, 1989.



SIGLA: IHL024 DISCIPLINA: METODOLOGIA DE ENSINO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS COMO L1
CH: 90h CR: 05 CH Teórica: 60h CH Prática: 30h

Panorama histórico do ensino de Libras no Brasil. Objeto e objetivos do ensino da Libras. Ensino de Libras como L1. O planejamento de ensino na área de Libras. Modelos de planos de curso, unidade, aula. Projetos didáticos e temáticos de Libras para alunos surdos. A metodologia de ensino em língua brasileira de sinais como L1 na condição de objeto de pesquisa.

OBJETIVOS

Conhecer o panorama histórico do ensino de Libras como L1 no Brasil.
Refletir sobre aspectos metodológicos do ensino da língua de sinais como L1, por meio do contexto e da diversidade textual sinalizada em diferentes contextos sociais.
Planejar ações para o ensino de Libras como L1 a partir de modelos de planos de curso, unidade, aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BASSO, I.M.S.; STROBEL, K.L.; MASUTTI, Mara. **Metodologia do ensino de libras como L1**, Editora UFSC. Florianópolis, 2010. Apostila do curso de Licenciatura em Letras/ Libras na modalidade a Distância. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/metodologiaDeEnsinoEmLibrasComoL1/assets/631/TEXT0-BASE_SEM_AS_IMAGENS_.pdf
LACERDA, Cristina B. F. de, MANTELATTO, Sueli A. C.& LODI, Ana Claudia B. Problematizando o ensino de língua de sinais: discutindo aspectos metodológicos. In: **Anais do VI Congresso Latinoamericano de Educacion Bilingue-Bicultural para Sordos**. Santiago de Chile, julho de 2001. LUJÁN, M.A. As crianças surdas adquirem sua língua. In: Moura, M.C.; Lodi, A.C.B. e Pereira, M.C.C. (orgs.). **Língua de sinais e educação do surdo**. São Paulo: Tec Art, 1993, Série de Neuropsicologia, 3.
THOMA, A. S., LOPES, M. C. (org) **A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagens na educação de surdos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p.63-84.
VANDRESEN, P. **Tópicos de linguística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1988.
WILCOX, S, WILCOX, P. **Aprender a ver**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2005. (Coleção Cultura e Diversidade)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação**. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996.
KARNOPP, L. B. **Aquisição do parâmetro configuração de mão dos sinais da Libras: estudo sobre quatro crianças surdas filhas de pais surdos**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras e Artes. PUCRS. Porto Alegre. 1994.
KEMP, Mike. Fatores para o sucesso da aquisição da língua de sinais: variáveis sociais. In: **Congresso surdez e pós-modernidade: novos rumos para educação**



brasileira, 18 a 20 de setembro de 2002. INES, Divisão de Estudos e Pesquisas – Rio de Janeiro, 2002.

KLEIMAN, A. B. (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

QUADROS, R.M. de. **Educação de surdos**: aquisição de linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SÁ, N. R. L. de. **Educação de surdos**: a caminho do bilinguismo. Niterói: Eduff, 1999.

SOUSA, Wilma Pastor de Andrade. **Os movimentos discursivos**: interações entre crianças surdas e entre surdos e ouvintes. João Pessoa: CCHLA, 2010. Tese de Doutorado.

XAVIER, M. L. M., ZEN, M. I. H. D. **Ensino de Língua Materna**: Para além da tradição. Porto Alegre: Mediação, 1998.



SIGLA: IHL025 DISCIPLINA: METODOLOGIA DE ENSINO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS COMO L2
CH: 90h CR: 05 CH Teórica: 60h CH Prática: 30h

Panorama histórico do ensino de Libras no Brasil. Objeto e objetivos do ensino da Libras. Ensino de Libras como L2. O planejamento de ensino na área de Libras. Modelos de planos de curso, unidade, aula. Projetos didáticos e temáticos de Libras para alunos surdos. A metodologia de ensino em língua brasileira de sinais como L1 na condição de objeto de pesquisa.

OBJETIVOS

Conhecer o panorama histórico do ensino de Libras como L2 no Brasil.
Refletir sobre aspectos metodológicos do ensino da língua de sinais como L2, por meio do contexto e da diversidade textual sinalizada em diferentes contextos sociais.
Planejar ações para o ensino de Libras como L2 a partir de modelos de planos de curso, unidade, aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- PIMENTA, Nelson e QUADROS, Ronice Muller de. **Curso de Libras**. 3. ed. revista e atualizada, Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2008.
- FELIPE, T. A. e SALERNO, M.M. **Libras em contexto** - Curso Básico - Livro do Professor/Instrutor- Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília: MEC; SEESP/FNDE. 2001. Disponível em <http://www.librasemcontexto.org>
- FELIPE, T.A. E Grupo de Pesquisa da FENEIS. **Libras em contexto** - Curso Básico – DVD do livro do Professor/Instrutor. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília: MEC; SEESP. 2003. <http://www.librasemcontexto.org>
- FELIPE, T.A., SALERNO, M.M. e LEITE, E.M. Capacitação e Instrumentalização de Instrutores de LIBRAS/Agente Multiplicadores. **Anais do seminário surdez, cidadania e educação: refletindo sobre os processos de exclusão e inclusão**. Rio de Janeiro: INES, Divisão de estudos e Pesquisas.1998: 65- 70
- GESSER, Audrei, **Metodologia do Ensino de Libras como L2**, Editora UFSC. Florianópolis, 2010. Apostila do curso de Licenciatura em Letras/ Libras na modalidade a Distância. Disponível em: www.libras.ufsc.br
http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/metodologiaDeEnsinoEmLibrasComoL2/assets/629/TEXTOBASE_MEN_L2.pdf
- GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender Libras**. São Paulo: Parábola Editora, 2012.
- WILCOX, S, WILCOX, P. **Aprender a ver**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2005. (Coleção Cultura e Diversidade)
- SÁ, Nídia Limeira. O professor de LIBRAS no ensino superior: reflexões sobre seleção e atuação. **Anais do 6. Congresso Internacional de Educação**. N.1, 2009. São Leopoldo: Casa Leiria: UNISINOS, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- COSTA, M.V. **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP & A. 2005



- FELIPE, T.A. E Grupo de Pesquisa da FENEIS (1995) **Libras em contexto** - Curso Básico – Fita de Vídeo Livro do Aluno. FENEIS - MEC/SEESP/FNDE
- FELIPE, T.A. E Grupo de Pesquisa da FENEIS (2001) **Libras em contexto** - Curso Básico - Fita do Estudante/Cursista. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília: MEC; SEESP.
- FELIPE, T.A. E Grupo de Pesquisa da FENEIS (2001) **Libras em contexto** - Curso Básico - Fitas do livro do Professor/Instrutor, Volumes I e II – Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília: MEC; SEESP
- FELIPE, T.A. E Grupo de Pesquisa da FENEIS (2002). **Libras em contexto** - Curso Básico - Fita do Livro do Estudante. Recife: EDUPE <http://www.librasemcontexto.org>
- FELIPE, Tanya. (2000a) Capacitação de Instrutores Surdos. **Anais do Seminário Desafios para o Próximo Milênio**. Rio de Janeiro: INES, Divisão de estudos e Desafios para o Próximo Milênio. Rio de Janeiro: INES, Divisão de estudos e Pesquisas. Páginas: 40-42.
- FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Por uma gramática da Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino**: exercícios de militância e divulgação. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996.
- LACERDA, Cristina B. F. de, MANTELATTO, Sueli A. C.& LODI, Ana Claudia B. Problematizando o ensino de língua de sinais: discutindo aspectos metodológicos. In: **Anais do VI Congresso Latinoamericano de Educacion Bilingue-Bicultural para Sordos**. Santiago de Chile, julho de 2001.
- LEITE, T. A. **O ensino de segunda língua com foco no professor**: história oral de professores surdos de língua de sinais brasileira. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP. 2004. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-22082006-102110>
- LEITE, T. A.; MCCLEARY, L. E. Aprendizagem da Língua de Sinais Brasileira como segunda língua: Estudo em diário. In: **XLIX Seminário do GEL**, 2001. Marília, São Paulo. Seminário do GEL - Programação e Resumos. Assis, SP, 2001b
- SÁ, N. R. L. de. **Educação de surdos**: a caminho do bilinguismo. Niterói: Eduff, 1999.
- VENTURI, Maria Alice. **Aquisição de língua estrangeira numa perspectiva de estudos aplicados**. Ed. Contexto, São Paulo (2006).



SIGLA: IHL026 DISCIPLINA: PSICOLOGIA DA LINGUAGEM
CH: 60h CR: 04 CH Teórica: 60h

Introdução ao estudo da linguagem na perspectiva psicológica. A trilogia linguagem, comunicação e cognição. Traços estruturais da linguagem. A linguagem enquanto sistema multicomponencial. Fundamentos de produção de voz e de fala. Introdução à ciência da fala. Teoria motora e teorias auditivas. Integração audiovisual. Léxico mental e compreensão. Reconhecimento de palavras. Efeito de restauração fonêmica. Compreensão de frases. Compreensão de discurso/texto. Aquisição de linguagem. Fases principais da aquisição da linguagem e o desenvolvimento fonológico, léxico-semântico, e morfo-sintático. O problema da generalidade e da especificidade. Leitura e escrita. Escritas morfo-silábicas, silábicas e alfabéticas. Perturbações de linguagem e sua base psicobiológica. Dislexias e afasias.

OBJETIVOS

Introduzir o licenciando nos estudos da linguagem na perspectiva psicológica. Compreender questões básicas sobre a linguagem e a fala, abordando temas como: integração audiovisual, léxico mental e compreensão, reconhecimento de palavras, restauração fonêmica.

Conhecer as fases principais da aquisição da linguagem e o desenvolvimento fonológico, léxico-semântico, e morfo-sintático, bem como as escritas morfo-silábicas, silábicas e alfabéticas.

Conhecer as perturbações de linguagem e sua base psicobiológica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, S. L. (2001). O instinto da linguagem e o lugar da intervenção educativa. In B. Detry & F. Simas (Eds.), **Educação, cognição e desenvolvimento** (pp. 167-200). Lisboa: Edinova.

CASTRO, S.L. & Gomes, I. (2000a). **Dificuldades de aprendizagem da língua materna**. Lisboa: Universidade Aberta. (Capítulo 3, pp. 107 - 165)

QUADROS, R. M. de; FINGER, I. **Teorias de aquisição da linguagem**. Florianópolis, Editora UFSC, 2008.

SOUSA, Hugo. **Psicologia da linguagem**: Porque algumas palavras são mais persuasivas, 2013. Disponível em:

<http://mexxer.pt/psicologia-da-linguagem/#sthash.z5j453P2.dpuf>. Acesso em 28/1/2014.

SPINELLI, E. e Ferrand, L (2005). **Psicologia da linguagem**: O escrito e o falado do sinal à significação. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, S. L. (2004). **Elementos de estudo em psicologia da linguagem e da cognição** (pp. 3-18). Laboratório de Fala, FPCE-UP.

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SÁ, Nídia Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Editora Paulinas. 2010.



- SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 3.ed.Porto Alegre: Mediação, 2003.
- SKLIAR, Carlos; QUADROS, Ronice. **Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão**: os ouvintes no mundo dos surdos. São Paulo: Estilos da Clínica, vol. 7, 2000.
- STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis, EDUFSC, 2008.
- SKLIAR, Carlos (Org.). **Educação & exclusão**: abordagem socio-antropológica em educação especial. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.
- VILHALVA, Shirley e SÁ. Nídia Limeira. E agora... qual o sonho? In: **Revista Amazônida**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas, Ano 17, número 1, jan./jun.2012.



SÉTIMO PERÍODO

SIGLA: IHL028 ESTÁGIO: ENSINO DE LITERATURA EM LIBRAS
CH: 120h CR: 4 Carga Horária Teórica: 0 Carga Horária Prática: 120h

Estágio supervisionado de Literatura em Libras. A literatura como um artefato cultural. A expressividade estética e literária nas línguas de sinais. Tipos de produção literária em línguas de sinais. As narrativas surdas. As diferentes etapas utilizadas pelo contador de histórias para crianças surdas. Narrativas e educação de surdos. Produção e análise de narrativas. Processos de tradução/adaptação de imagens literárias.

OBJETIVOS

Levar o licenciando a experimentar a prática pedagógica no ensino de Literatura em Libras, na Educação Infantil e nas Séries Iniciais.

Refletir sobre as atuais abordagens de ensino de Literatura em Libras como um artefato cultural das comunidades surdas.

Conhecer os tipos de produção literária em línguas de sinais e as características das narrativas surdas.

Levar o licenciando a participar de processos de tradução/adaptação de imagens literárias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MOURÃO, C.H.N. **Literatura Surda: produções culturais de surdos em língua de sinais**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

KARNOPP, Lodenir. **Literatura surda**. Curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em:

http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifico/literaturaVisua/assets/369/Literatura_Surda_Texto-Base.pdf

WILCOX, Sherman; WILCOX, Phyllis. **Aprender a ver**. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.

QUADROS, R. M.; SUTTON-SPENCE, R. Poesia em língua de sinais: traços da identidade surda. In.: R. M. Quadros (Orgs.). **Estudos surdos I** (pp. 110-165). Petrópolis: Arara Azul. 2006.

_____. Imagens da identidade e cultura surdas na poesia em língua de sinais. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). **Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais**. Petrópolis, RJ: ED. Arara Azul, 2008, p. 339-349.

KARNOPP, Lodenir B.; MACHADO, Rodrigo N. **Literatura surda: ver histórias em língua de sinais**. 2 Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação (CD) – 2SBECE. Canoas: ULBRA, 2006.

_____; **Literatura Surda**. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.98-109, jun. 2006



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AMBRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1997.
- ARNHEIM, R. **Arte e percepção visual**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1980.
- BRITO, P. H. Para uma avaliação mais objetiva das traduções de poesia. In: Krause, Gustavo Bernardo. **As margens da tradução**. Rio, FAPERJ/Caetés/UERJ, 2002.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 2000.
- BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BURKE, P. e PORTER, R. (Orgs) **Linguagem, Indivíduo e Sociedade**. São Paulo: Unesp, 1993.
- HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- HESSEL, Carolina, ROSA, Fabiano, KARNOPP, L. B. **Cinderela surda**. Canoas: ULBRA, 2003.
- HESSEL, Carolina, ROSA, Fabiano, KARNOPP, L. B. **Rapunzel surda**. Canoas, RS: ULBRA, 2003.
- JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994 .
- KARNOPP, L. B. **Língua de sinais e língua portuguesa: em busca de um diálogo**. In: LODI, A. et al. **Letramento e Minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- KRAUSE, Gustavo Bernardo. **As Margens da Tradução**. Rio, FAPERJ/Caetés/UERJ, 2002.
- KOCH, Ingedore Vilaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo, Contexto, 2002.
- LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- MASON, Rachel. **Por uma arte-educação multicultural**. Campinas: Mercado das Letras, 2001.
- PANOZZO, Neiva Petry. **Percursos estéticos na literatura infantil: contribuições para a leitura da imagem na escola**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2001. (Dissertação de mestrado)
- PAZ, Octavio. **A outra voz**. São Paulo: Siciliano, 1993.
- PERISSÉ, Gabriel. **Literatura & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- PILLAR, Analice Dutra (org.) **A educação do olhar no ensino das artes**. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- _____. **Regimes de visibilidade nos desenhos animados da televisão**. Porto Alegre: FAGED/FAPERGS, 2004. p. 22-45.
- PLAZA, Júlio. **Tradução intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- ROSA, F.; KARNOPP, L. **Patinho Surdo**. Ilustrações de Maristela Alano. Canoas, RS: ULBRA, 2005.
- SILVA, I.R. **O uso de algumas categorias gramaticais na construção de narrativas pelo sujeito surdo**. 1998, 169 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.
- SILVA, I. R.; KAUCHAKJE; S.; GESUELI, Z. M. (orgs.). **Cidadania, surdez e linguagem: Desafios e realidades**. Ed. Plexus. 2003.



SILVEIRA, R. H. Contando histórias sobre surdos(as) e surdez. In: COSTA, M. V. (Org.). **Estudos culturais em educação**: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000, p. 175-204.

SOUZA, Roberto Acízelo. **Teoria da Literatura**. São Paulo: Ática, 2007.

STOCK, I. M. A importância da literatura surda no desenvolvimento educacional da criança surda. **Revista Eficaz** – Revista científica online.



SIGLA: IHL030 DISCIPLINA: MATERIAIS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO DA LIBRAS COMO L2

CH: 90h CR: 05 CH Teórica: 60h CH Prática: 30h

A Libras incorporada ao uso de tecnologias pedagógicas e de comunicação. Materiais didático-pedagógicos para o ensino de Libras para pessoas ouvintes. A tecnologia, suas dimensões e conceitos. Recursos audiovisuais, novas tecnologias e recursos multimídia aplicados à Libras. Tecnologias das escritas em Língua de Brasileira de Sinais. Produção de tecnologias com acessibilidade em Libras. Tecnologias de registro e edição de vídeos em Libras. Avaliação de material didático para ensino da Libras como L2.

OBJETIVOS

Conhecer o uso de tecnologias pedagógicas e de comunicação com Libras.

Desenvolver materiais didático-pedagógicos para o ensino de Libras para pessoas ouvintes, com recursos audiovisuais, novas tecnologias e recursos multimídia aplicados à Libras.

Produzir tecnologias de registro e edição de vídeos com acessibilidade em Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PIMENTA, Nelson e QUADROS, Ronice Muller de. **Curso de libras**. 3. ed. revista e atualizada, Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2008.

FELIPE, T.A., SALERNO, M.M. e LEITE, E.M. Capacitação e Instrumentalização de Instrutores de LIBRAS/Agente Multiplicadores. **Anais do Seminário Surdez, Cidadania e educação**: Refletindo sobre os Processos de Exclusão e Inclusão. Rio de Janeiro: INES, Divisão de Estudos e Pesquisas.1998.

GESSER, Audrei, **Metodologia do ensino de libras como L2**. Editora UFSC. Florianópolis, 2010. Apostila do curso de Licenciatura em Letras/ Libras na modalidade a Distância. Disponível em: www.libras.ufsc.br
http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/metodologiaDeEnsinoEmLibrasComoL2/assets/629/TEXTOBASE_MEN_L2.pdf

GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez**: sobre ensinar e aprender Libras. São Paulo: Parábola Editora, 2012.

SÁ, Nídia Limeira. O professor de LIBRAS no ensino superior: reflexões sobre seleção e atuação. **Anais do 6. Congresso Internacional de Educação**. N.1, 2009. São Leopoldo: Casa Leiria: UNISINOS, 2009.

WILCOX, S, WILCOX, P. **Aprender a ver**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2005. (Coleção Cultura e Diversidade)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPOVILLA, Fernando César; SUTTON, Valerie. A escrita visual direta de sinais SignWriting e o seu lugar na educação da criança Surda. In: **Dicionário Enciclopédico Ilustrado da Língua de Sinais Brasileira**. Volume II: sinais de M a Z. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 1491-1495.

CONFORTO, D.; SANTAROSA, L. M. C. Acessibilidade à web: Internet para todos. **Revista de Informática na Educação**: Teoria, Prática, PGIE/UFRGS., 2002.



- COSTA, M.V. **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP & A. 2005.
- FELIPE, T. A. e SALERNO, M.M. **Libras em contexto** - Curso Básico - Livro do Professor/Instrutor- Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília: MEC; SEESP/FNDE. 2001. Disponível em <http://www.librasemcontexto.org>
- FELIPE, T.A. E Grupo de Pesquisa da FENEIS. **Libras em contexto** - Curso Básico – DVD do livro do Professor/Instrutor. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília: MEC; SEESP. 2003. <http://www.librasemcontexto.org>
- FELIPE, T.A. E Grupo de Pesquisa da FENEIS (1995) **Libras em contexto** - Curso Básico – Fita de Vídeo Livro do Aluno. FENEIS - MEC/SEESP/FNDE
- FELIPE, T.A. E Grupo de Pesquisa da FENEIS (2001) **Libras em contexto** - Curso Básico - Fita do Estudante/Cursista. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília: MEC; SEESP.
- FELIPE, T.A. E Grupo de Pesquisa da FENEIS (2001) **Libras em contexto** - Curso Básico - Fitas do livro do Professor/Instrutor, Volumes I e II – Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília: MEC; SEESP
- FELIPE, T.A. E Grupo de Pesquisa da FENEIS (2002). **Libras em contexto** - Curso Básico - Fita do Livro do Estudante. Recife: EDUPE <http://www.librasemcontexto.org>
- FELIPE, Tanya. (2000a) Capacitação de Instrutores Surdos. **Anais do Seminário Desafios para o Próximo Milênio**. Rio de Janeiro: INES, Divisão de estudos e Desafios para o Próximo Milênio. Rio de Janeiro: INES, Divisão de estudos e Pesquisas. Páginas: 40-42.
- FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Por uma gramática da língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino**: exercícios de militância e divulgação. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996.
- LACERDA, Cristina B. F. de, MANTELATTO, Sueli A. C.& LODI, Ana Claudia B. Problematizando o ensino de língua de sinais: discutindo aspectos metodológicos. In: **Anais do VI Congresso Latinoamericano de Educacion Bilingue-Bicultural para Sordos**. Santiago de Chile, julho de 2001.
- LEITE, T. A. **O Ensino de segunda língua com foco no professor**: Historia oral de professores surdos de língua de sinais brasileira. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP. 2004. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-22082006-102110>
- LEITE, T. A.; MCCLEARY, L. E. Aprendizagem da Língua de Sinais Brasileira como segunda língua: Estudo em diário. In: **XLIX Seminário do GEL**, 2001. Marília, São Paulo. Seminário do GEL - Programação e Resumos. Assis, SP, 2001b
- VENTURI, Maria Alice. **Aquisição de língua estrangeira numa perspectiva de estudos aplicados**. Ed. Contexto, São Paulo (2006).
- LOUREIRO, Cristiane de Barros Castilho; SANTAROSA, Lucila Maria Costi. A Informática na educação de Surdos: suporte no processo ensino/aprendizagem na escrita da Língua de Sinais e a apropriação da escrita da Língua Portuguesa. In: **II Fórum de Informática Aplicada a Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, III Congresso Brasileiro de Computação**, UNIVALI – Itajaí, SC, agosto de 2003. Pesquisas. Páginas: 40-42.
- VARELA, Júlia. **Escola básica na virada do século**: cultura, política e educação. Editora Cortez. SP 1996.



SIGLA: IHL029 DISCIPLINA: MATERIAIS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO DA LIBRAS COMO L1

CH: 90h CR: 05 CH Teórica: 60h CH Prática: 30h

O ensino de Libras para pessoas surdas. A tecnologia, suas dimensões e conceitos. Recursos audiovisuais, novas tecnologias e recursos multimídia aplicados à Libras. A Libras incorporada ao uso de tecnologias pedagógicas e de comunicação. Tecnologias das escritas em Língua de Brasileira de Sinais. Produção de tecnologias com acessibilidade em Libras. Tecnologias de registro e edição de vídeos em Libras. Avaliação de material didático para ensino da Libras como L1. Projetos coletivos: ensino da Libras como L1.

OBJETIVOS

Conhecer o uso de tecnologias pedagógicas e de comunicação com Libras.
Desenvolver materiais didático-pedagógicos para o ensino de Libras para pessoas surdas, com recursos audiovisuais, novas tecnologias e recursos multimídia aplicados à Libras.
Produzir tecnologias de registro e edição de vídeos com acessibilidade em Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- PIMENTA, Nelson e QUADROS, Ronice Muller de. **Curso de libras**. 3. ed. revista e atualizada, Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2008.
- FELIPE, T.A., SALERNO, M.M. e LEITE, E.M. Capacitação e Instrumentalização de Instrutores de LIBRAS/Agente Multiplicadores. **Anais do Seminário Surdez, Cidadania e educação**: Refletindo sobre os Processos de Exclusão e Inclusão. Rio de Janeiro: INES, Divisão de Estudos e Pesquisas.1998.
- GESSER, Audrei, **Metodologia do ensino de libras como L2**. Editora UFSC. Florianópolis, 2010. Apostila do curso de Licenciatura em Letras/ Libras na modalidade a Distância. Disponível em: www.libras.ufsc.br
http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/metodologiaDeEnsinoEmLibrasComoL2/assets/629/TEXTOBASE_MEN_L2.pdf
- GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez**: sobre ensinar e aprender Libras. São Paulo: Parábola Editora, 2012.
- SÁ, Nídia Limeira. O professor de LIBRAS no ensino superior: reflexões sobre seleção e atuação. **Anais do 6. Congresso Internacional de Educação**. N.1, 2009. São Leopoldo: Casa Leiria: UNISINOS, 2009.
- WILCOX, S, WILCOX, P. **Aprender a ver**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2005. (Coleção Cultura e Diversidade)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CAPOVILLA, Fernando César; SUTTON, Valerie. A escrita visual direta de sinais SignWriting e o seu lugar na educação da criança Surda. In: **Dicionário Enciclopédico Ilustrado da Língua de Sinais Brasileira**. Volume II: sinais de M a Z. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 1491-1495.
- CONFORTO, D.; SANTAROSA, L. M. C. Acessibilidade à web: Internet para todos. **Revista de Informática na Educação**: Teoria, Prática, PGIE/UFRGS., 2002.



- COSTA, M.V. **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP & A. 2005.
- FELIPE, T. A. e SALERNO, M.M. **Libras em contexto** - Curso Básico - Livro do Professor/Instrutor- Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília: MEC; SEESP/FNDE. 2001. Disponível em <http://www.librasemcontexto.org>
- FELIPE, T.A. E Grupo de Pesquisa da FENEIS. **Libras em contexto** - Curso Básico – DVD do livro do Professor/Instrutor. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília: MEC; SEESP. 2003. <http://www.librasemcontexto.org>
- FELIPE, T.A. E Grupo de Pesquisa da FENEIS (1995) **Libras em contexto** - Curso Básico – Fita de Vídeo Livro do Aluno. FENEIS - MEC/SEESP/FNDE
- FELIPE, T.A. E Grupo de Pesquisa da FENEIS (2001) **Libras em contexto** - Curso Básico - Fita do Estudante/Cursista. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília: MEC; SEESP.
- FELIPE, T.A. E Grupo de Pesquisa da FENEIS (2001) **Libras em contexto** - Curso Básico - Fitas do livro do Professor/Instrutor, Volumes I e II – Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília: MEC; SEESP
- FELIPE, T.A. E Grupo de Pesquisa da FENEIS (2002). **Libras em contexto** - Curso Básico - Fita do Livro do Estudante. Recife: EDUPE <http://www.librasemcontexto.org>
- FELIPE, Tanya. (2000a) Capacitação de Instrutores Surdos. **Anais do Seminário Desafios para o Próximo Milênio**. Rio de Janeiro: INES, Divisão de estudos e Desafios para o Próximo Milênio. Rio de Janeiro: INES, Divisão de estudos e Pesquisas. Páginas: 40-42.
- FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Por uma gramática da língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino**: exercícios de militância e divulgação. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996.
- LACERDA, Cristina B. F. de, MANTELATTO, Sueli A. C.& LODI, Ana Claudia B. Problematizando o ensino de língua de sinais: discutindo aspectos metodológicos. In: **Anais do VI Congresso Latinoamericano de Educacion Bilingue-Bicultural para Sordos**. Santiago de Chile, julho de 2001.
- LEITE, T. A. **O Ensino de segunda língua com foco no professor**: Historia oral de professores surdos de língua de sinais brasileira. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP. 2004. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-22082006-102110>
- LEITE, T. A.; MCCLEARY, L. E. Aprendizagem da Língua de Sinais Brasileira como segunda língua: Estudo em diário. In: **XLIX Seminário do GEL**, 2001. Marília, São Paulo. Seminário do GEL - Programação e Resumos. Assis, SP, 2001b
- VENTURI, Maria Alice. **Aquisição de língua estrangeira numa perspectiva de estudos aplicados**. Ed. Contexto, São Paulo (2006).
- LOUREIRO, Cristiane de Barros Castilho; SANTAROSA, Lucila Maria Costi. A Informática na educação de Surdos: suporte no processo ensino/aprendizagem na escrita da Língua de Sinais e a apropriação da escrita da Língua Portuguesa. In: **II Fórum de Informática Aplicada a Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, III Congresso Brasileiro de Computação**, UNIVALI – Itajaí, SC, agosto de 2003. Pesquisas. Páginas: 40-42.
- VARELA, Júlia. **Escola básica na virada do século**: cultura, política e educação. Editora Cortez. SP 1996.



SIGLA: IHL031 DISCIPLINA: LÍNGUAS DE SINAIS EMERGENTES, HISTÓRIAS, LÍNGUAS E CULTURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS
CH: 60h CR: 04 CH Teórica: 60h

Línguas de Sinais Emergentes. Educação das relações étnico-raciais. Negritude e mestiçagem como um fator de consciência étnica no campo estético. Diálogo entre as comunidades surdas africanas, afro-brasileiras e indígenas. Contribuições dos negros surdos e surdos indígenas no desenvolvimento da nação brasileira. Colonialismos, ouvintismos e línguas de sinais. Línguas de Sinais Emergentes: conceituação e amplitude. Línguas de sinais emergentes no Brasil. Línguas de sinais emergentes na África. Aspectos metodológicos do ensino da língua de sinais emergentes como L1 e L2 a partir da diversidade textual sinalizada: análise dos aspectos temáticos, estruturais, linguísticos e a funcionalidade dos textos nos diferentes contextos sociais. Atualidades e evolução das Línguas de Sinais Africanas. Atualidades e evolução das Línguas de Sinais Indígenas. Língua de Sinais Internacional. Produção de materiais pedagógicos para o ensino de Línguas de Sinais Emergentes.

OBJETIVOS

Conhecer aspectos a respeito das comunidades surdas africanas, afro-brasileiras e indígenas, bem como das Línguas de Sinais Emergentes no Brasil e na África.
Conhecer as contribuições dos negros surdos e surdos indígenas no desenvolvimento da nação brasileira..
Compreender a importância das relações étnico-raciais na Educação.
Refletir sobre aspectos metodológicos do ensino da língua de sinais emergentes como L1 e L2 a partir da diversidade textual sinalizada:
Conhecer aspectos sobre a Língua de Sinais Internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMÂNCIO, Íris; GOMES, Nilma Lino; SANTOS JORGE, Míriam Lúcia dos.
Literaturas africana e afro-brasileira na prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
ARANTE, Edlene e SILVA, Fabiana Cristina. **História e cultura africana e afro-brasileira:** afirmação da identidade negra. Disponível em:
<http://educacao.uol.com.br/resenhas/historia-e-cultura-africana-e-afro-brasileira.htm>
ARANTE, Edlene e SILVA, Fabiana Cristina. **História e cultura africana e afro-brasileira:** repercussão da Lei 10.639 nas escolas municipais da cidade de Petrolina – PE. Disponível em:
http://www.ufpe.br/cead/estudosepesquisa/textos/adlene_silva1.pdf
BRASIL. **Lei 10.639/03 e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.** Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/estrategias-ensino/lei-10639-03-ensino-historia-cultura-afro-brasileira-africana.htm>
VILHALVA, Shirley. **Mapeamento das línguas de sinais emergentes** - um estudo sobre as comunidades linguísticas Indígenas de Mato Grosso do Sul . Dissertação Mestrado – UFSCS. Florianópolis, SC, 2009. Disponível em http://www.ronice.cce.prof.ufsc.br/index_arquivos/Documentos/Shirley.pdf



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALVES, Ieda Maria. **Neologismo**: criação lexical. São Paulo: Ática, 1990.
- CARVALHO, Nelly. **Empréstimos linguísticos**. São Paulo : Ática, 1989.
- CECHIN, Lúcia (Org.). **Antologia angolana**: poesia e conto. Porto Alegre : UFRGS, 1985a.
- CECHIN, Lúcia (Org.). **Antologia**: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. Porto Alegre: UFRGS, 1986.
- CECHIN, Lúcia. **Moçambique**: sua história e sua literatura. Porto Alegre : UFRGS, 1985b.
- ABDALA JR., Benjamin. **Literatura, história e política**: literaturas de línguas portuguesa no século XX. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia. **Marcas da diferença**: as literaturas africanas de língua portuguesa. São Paulo: Alameda, 2006.
- LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades e escritas nas literaturas africanas**. Rio de Janeiro: EdUERJ,
- PORTAL DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA. Disponível em:
http://www.faecpr.edu.br/site/portal_afro_brasileira/3_III.php.
- HAMILTON, Russel. **Literatura Africana, Literatura Necessária**. Vols. 1 e 2. Lisboa: Edições 70, 1984.
- LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas africanas e formulações pós-coloniais**. Lisboa: Colibri, 2003.
- MARGARIDO, Alfredo. **Estudos de sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- VENÂNCIO, J. C. **Literatura e Poder na África Lusófona**. Lisboa: Icalp, 1992.
- VENÂNCIO, J. C. **Colonialismo, antropologia e lusofonias**: repensando a presença portuguesa nos trópicos. Lisboa, Vega, 1996.



OITAVO PERÍODO

SIGLA: IHL033 ESTÁGIO: ENSINO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS COMO L1
CH: 150h CR: 05 CH Prática: 150h

Estágio supervisionado de observação do processo de organização da escola e da sala de aula enquanto espaços educativos. Estágio de observação, análise e relato das práticas pedagógicas utilizadas no ensino das habilidades linguísticas e comunicativas da Libras como L1. Planejamento da disciplina e elaboração de aulas de Libras como L1 para o Ensino Fundamental II e Médio. O ensino de Libras como L1 para surdos na Educação Infantil e para as Séries Iniciais. Avaliação, planejamento e elaboração de materiais pedagógicos diversos. Prática didático-pedagógica no ensino de Libras como L1 para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e comunicativas da Libras. Análise crítica de materiais didáticos destinados para esse segmento de ensino.

OBJETIVOS

Levar o licenciando a experimentar a prática pedagógica no ensino de Libras como L1 para surdos, na Educação Infantil e nas Séries Iniciais.

Refletir sobre as atuais abordagens de ensino e os princípios norteadores dos procedimentos metodológicos para o ensino e a aprendizagem das habilidades linguísticas e comunicativas da Libras como L1 em diferentes tipos de escolas.

Refletir sobre a formação do professor de Libras e a construção de sua identidade profissional.

Levar o licenciando a participar em atividades pedagógicas complementares à atividade docente (estudos, reuniões, conselhos de classe etc.).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** Primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental. Língua Estrangeira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Ensino Fundamental, 1999.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Língua Estrangeira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Ensino Fundamental, 1999.

HANS, Aebli. **Prática de ensino.** São Paulo: EPU, 1990.

QUADROS, R.M. **Línguas de sinais:** instrumentos de avaliação. São Paulo: Artmed. 2011.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores:** unidade teórica e prática. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Saberes pedagógicos e atividades docentes.** São Paulo: Cortez, 1999.

XAVIER, M. L. M., ZEN, M. I. H. D. **Ensino de língua materna:** Para além da tradição. Porto Alegre: Mediação, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRÉ, M. E. D. **Etnografia da prática escolar.** Campinas: Papirus, 1995.



- BORTONI-RICARDO, Stella Maris; MACHADO, Verusca Ribeiro; CASTANHEIRA, Salete Flôres. **Formação do professor como agente letrador**. São Paulo: Contexto, 2010.
- BREZINSKI, I. (org.). **Profissão professor: identidade e profissionalização docente**. Brasília: Plano Editora, 2002.
- FURLANI, L. M. **Autoridade do professor: meta, mito ou nada disso?** 2.ed., São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.
- GANDIN, Danilo. **Planejamento na sala de aula**. Porto Alegre: La Salle, 1995.
- GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação**. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996.
- KARNOPP, L. B. **Aquisição do parâmetro configuração de mão dos sinais da LIBRAS: estudo sobre quatro crianças surdas filhas de pais surdos**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras e Artes. PUCRS. Porto Alegre. 1994.
- KEMP, Mike. Fatores para o sucesso da aquisição da língua de sinais: variáveis sociais. In: **Congresso surdez e pós-modernidade: novos rumos para educação brasileira**, 18 a 20 de setembro de 2002. INES, Divisão de Estudos e Pesquisas – Rio de Janeiro, 2002.
- KLEIMAN, A. B. (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- LACERDA, Cristina B. F. de, MANTELATTO, Sueli A. C. & LODI, Ana Claudia B. Problematizando o ensino de língua de sinais: discutindo aspectos metodológicos. In: **Anais do VI Congresso Latinoamericano de Educacion Bilingue-Bicultural para Sordos**. Santiago de Chile, julho de 2001.
- LIBÂNIO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MENEGOLLA, Maximiliano. **Por que planejar?** Currículo Área – Aula. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.
- QUADROS, R.M. de. **Educação de surdos: aquisição de linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- PENIN, S. **A aula: espaço de cultura, lugar de conhecimento**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- SÁ, N. R. L. de. **Educação de surdos: a caminho do bilinguismo**. Niterói: Eduff, 1999.
- SOUSA, Wilma Pastor de Andrade. **Os movimentos discursivos: interações entre crianças surdas e entre surdos e ouvintes**. João Pessoa: CCHLA, 2010. Tese de Doutorado.
- VEIGA, I. P. A. **Didática: o ensino e suas relações**. Campinas: Papyrus, 1996.
- _____. **Projeto político-pedagógico da escola**. 7.ed., Campinas: Papyrus, 1998.
- _____. (org.). **Caminhos da profissionalização do magistério**. Campinas: Papyrus, 1998.
- _____. e AMARAL, A. L. (orgs.). **Formação de professores: políticas e debates**. Campinas: Papyrus, 2002.
- _____. e FONSECA, M. (orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola**. Campinas: Papyrus, 2001.
- ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.



SIGLA: IHL034 DISCIPLINA: ESTÁGIO: ENSINO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS COMO L2
CH: 150h CR: 05 CH Prática: 150h

Estágio supervisionado de observação do processo de organização da escola e da sala de aula enquanto espaços educativos. Estágio de observação, análise e relato das práticas pedagógicas utilizadas no ensino das habilidades linguísticas e comunicativas da Libras como L2. Planejamento da disciplina e elaboração de aulas de Libras como L2 para o Ensino Fundamental II e Médio. O ensino de Libras como L2 para ouvintes na Educação Infantil e para as Séries Iniciais. Avaliação, planejamento e elaboração de materiais pedagógicos diversos. Prática didático-pedagógica no ensino de Libras como L2 para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e comunicativas da Libras. Análise crítica de materiais didáticos destinados para esse segmento de ensino.

OBJETIVOS

Levar o licenciando a experimentar a prática pedagógica no ensino de Libras como L2 para ouvintes, na Educação Infantil e nas Séries Iniciais.

Refletir sobre as atuais abordagens de ensino e os princípios norteadores dos procedimentos metodológicos para o ensino e a aprendizagem das habilidades linguísticas e comunicativas da Libras como L2 em diferentes tipos de escolas.

Refletir sobre a formação do professor de Libras e a construção de sua identidade profissional.

Levar o licenciando a participar em atividades pedagógicas complementares à atividade docente (estudos, reuniões, conselhos de classe etc.).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GESSER, Audrei, **Metodologia do ensino de libras como L2**, Editora UFSC. Florianópolis, 2010. Apostila do curso de Licenciatura em Letras/ Libras na modalidade a Distância. Disponível em: < www.libras.ufsc.br> http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/metodologiaDeEnsinoEmLibrasComoL2/assets/629/TEXTOBASE_MEN_L2.pdf

HANS, Aebli. **Prática de ensino**. São Paulo: EPU, 1990.

QUADROS, R.M. **Línguas de sinais: instrumentos de avaliação**. São Paulo: Artmed. 2011.

LACERDA, Cristina B. F. de, MANTELATTO, Sueli A. C.& LODI, Ana Claudia B. Problematizando o ensino de língua de sinais: discutindo aspectos metodológicos. In: **Anais do VI Congresso Latinoamericano de Educacion Bilingue-Bicultural para Sordos**. Santiago de Chile, julho de 2001.

LEITE, T. A. **O Ensino de segunda língua com foco no professor: História oral de professores surdos de língua de sinais brasileira**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP. 2004. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-22082006-102110>

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teórica e prática**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Saberes pedagógicos e atividades docentes**. São Paulo: Cortez, 1999.



XAVIER, M. L. M., ZEN, M. I. H. D. **Ensino de língua materna:** Para além da tradição. Porto Alegre: Mediação, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Irlandé. **Aula de Português.** SP: Parábola Editorial, 2003

ANDRÉ, M. E. D. **Etnografia da prática escolar.** Campinas: Papyrus, 1995.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; MACHADO, Verusca Ribeiro; CASTANHEIRA, Salete Flôres. **Formação do professor como agente letrador.** São Paulo: Contexto, 2010.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** Primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental. Língua Estrangeira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Ensino Fundamental, 1999.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Língua Estrangeira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Ensino Fundamental, 1999.

BREZINSKI, I. (org.). **Profissão professor:** identidade e profissionalização docente. Brasília: Plano Editora, 2002.

COSTA, M.V. **O currículo nos limiões do contemporâneo.** Rio de Janeiro: DP & A. 2005.

FELIPE, T.A., SALERNO, M.M. e LEITE, E.M. Capacitação e Instrumentalização de Instrutores de LIBRAS/Agente Multiplicadores. **Anais do Seminário Surdez, Cidadania e educação:** Refletindo sobre os Processos de Exclusão e Inclusão. Rio de Janeiro: INES, Divisão de Estudos e Pesquisas. 1998.

FURLANI, L. M. **Autoridade do professor:** meta, mito ou nada disso? 2.ed., São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.

GANDIN, Danilo. **Planejamento na sala de aula.** Porto Alegre: La Salle, 1995.

GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino:** exercícios de militância e divulgação. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996.

GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez:** sobre ensinar e aprender Libras. São Paulo: Parábola Editora, 2012.

LEITE, T. A.; MCCLEARY, L. E. Aprendizagem da Língua de Sinais Brasileira como segunda língua: Estudo em diário. In: **XLIX Seminário do GEL**, 2001. Marília, São Paulo. Seminário do GEL - Programação e Resumos. Assis, SP, 2001.

LIBÂNIO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

MENEGOLLA, Maximiliano. **Por que planejar?** Currículo Área – Aula. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino:** as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

PENIN, S. **A aula:** espaço de cultura, lugar de conhecimento. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

SÁ, Nídia Limeira. O professor de LIBRAS no ensino superior: reflexões sobre seleção e atuação. **Anais do 6. Congresso Internacional de Educação.** N.1, 2009. São Leopoldo: Casa Leiria: UNISINOS, 2009.

SANTOS, Josalba Fabiana; OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **Literatura e ensino.** Maceió: EDUFAL, 2008.

VEIGA, I. P. A. **Didática:** o ensino e suas relações. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. **Projeto político-pedagógico da escola.** 7.ed., Campinas: Papyrus, 1998.

_____. (org.). **Caminhos da profissionalização do magistério.** Campinas: Papyrus, 1998.



_____. e AMARAL, A. L. (orgs.). **Formação de professores: políticas e debates.** Campinas: Papirus, 2002.

_____. e FONSECA, M. (orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola.** Campinas: Papirus, 2001.

VARELA, Júlia. **Escola Básica na Virada do Século: cultura, política e educação.** SP: Editora Cortez, 1996.

VENTURI, Maria Alice. **Aquisição de língua estrangeira numa perspectiva de estudos aplicados.** Ed. Contexto, São Paulo, 2006.

WILCOX, S, WILCOX, P. **Aprender a ver.** Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2005. (Coleção Cultura e Diversidade)

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.



SIGLA: DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CH: 60h CR: 03 CH Teórica: 30h CH Prática: 30h

Leitura e discussão de textos científicos. Desenvolvimento de habilidades para a busca de informações técnico-científicas sobre o tema de estudo. Análise crítica de informações. Elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais do trabalho de conclusão de curso. Construção do Projeto de TCC.

OBJETIVOS

Desenvolver habilidades para a busca de informações técnico-científicas sobre o tema de estudo.

Conhecer os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais do trabalho de conclusão de curso.

Construir o Projeto de TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANDRADE, M. M. **Elaboração do TCC passo a passo**. São Paulo: Factahs, 2007
PINTO, S. R. & ARRUDA, M. **Facilitando o uso das normas da ABNT nos trabalhos**. São Paulo: Oficina das Letras, 2008.
SOUZA, A. C. et all. **TCC métodos e técnicas**. São Paulo: Visual Books, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Neto (Orgs.). **A Bússula do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.
ANDRÉ, Marli. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papyrus, 2002.
BAZERMAN, Charles. **Gênero, agência e escrita**; Judith Chambliss Hoffnagel, Ângela Paiva Dionísio, (organizadoras); São Paulo: Cortez, 2006.
DIONÍSIO, Ângela P.; BESERRA, Normanda da Silva (orgs.) **Tecendo textos, construindo experiências**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
FAZENDA, I. C. A. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.
FINDLAY, Eleide; COSTA, Mauro; GUEDES, Sandra. **Guia para elaboração de projetos de pesquisa**. 2. ed. Joinville-SC: UNIVILLE, 2006.
GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1994.
LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
MAGALHÃES, G. **Introdução à metodologia da pesquisa**. São Paulo: Ática, 2005.
MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
MINAYO, Cecília (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
PEREIRA, J. M. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
POLITO, R. **Superdicas para um trabalho de conclusão de curso**. São Paulo: Saraiva, 2008.



STATERI, J. J. **Metodologia, pesquisa e ponderações no ensino**. Ieditora, 2003.
TEIXEIRA, Elizabete. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa.
Petrópolis: Vozes, 2005.
VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2
ed., 1999.



OPTATIVAS

SIGLA: DISCIPLINA: LIBRAS I – curso básico (OPTATIVA I)

CH: 60h CR: 04 CH Teórica: 60h

As comunidades surdas brasileiras e sua língua de sinais. Iconicidade x arbitrariedade. Tipos de signo linguístico: sinais miméticos, icônicos, índices, símbolos. Do gesto à gramática da Libras. Introdução à conversação em Libras. Introdução às narrativas em Libras.

OBJETIVOS

Conhecer aspectos das comunidades surdas brasileiras e sua língua de sinais.

Compreender a evolução do gesto à gramaticalização da Libras.

Introduzir o licenciando na conversação e na narração em Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, Fernando César e RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2002. Vol. 1 e 2

FELIPE, T. A. **LIBRAS em contexto** - Curso Básico - Livro do Estudante/Cursista. CDU. Brasília: MEC - SEESP - Programa Nacional Interiorizando a Libras, 2ª edição. 2001. 7ª Edição. 2008. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T. A., LEITE, E. M., FENEIS-Grupo de Pesquisa da (Org.). **LIBRAS em contexto** - Curso Básico - Fita do Livro do Estudante. 2ª edição. Brasília: MEC/SEESP/FNDE-FENEIS, 2001. DVD Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, Tanya Amara (Org.). **Dicionário digital da língua brasileira de sinais**. 1ª edição. Rio de Janeiro: MEC/SEESP-INES, 2002. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T. A.(org.). **Dicionário da libras**. MEC-SEESP/GP-Libras-FENEIS. CD-ROM. 2005. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T.A. Introdução à gramática da LIBRAS. In: MEC/SEESP. (). **Educação Especial: Língua Brasileira**. Série Atualidades Pedagógicas - 4. 2ª ed. Brasília, V. III, 1999, p.81-123. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FELIPE, T. A. **Bilinguismo e surdez**. Trabalhos de Linguística Aplicada, Campinas: UNICAMP. 1989:101-114. Disponível em

<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/tla/article/view/3696>

FERREIRA-BRITO, L. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.1995

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de. e KARNOPP, Lodenir Becker. **língua brasileira de sinais: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artemed, 2004.



SIGLA: DISCIPLINA: LIBRAS II – curso intermediário (OPTATIVA II)
CH: 60h CR: 04 CH Teórica: 60h

Introdução à gramática da Libras. Conversação em Libras. Narrativas e descrições em Libras.

OBJETIVOS

Compreender aspectos da gramática da Libras.

Possibilitar ao licenciando exercitar-se na conversação, na narração e na descrição em Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, Fernando César e RAPHAEL, Walkiria, Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2002. Vol. 1 e 2

FELIPE, T. A. **Libras em contexto** - Curso Básico - Livro do Estudante/Cursista. CDU. Brasília: MEC - SEESP - Programa Nacional Interiorizando a Libras, 2ª edição. 2001. 7ª Edição. 2008. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T. A., LEITE, E. M., FENEIS-Grupo de Pesquisa da (Org.). **Libras em Contexto** - Curso Básico - Fita do Livro do Estudante. 2ª edição. Brasília: MEC/SEESP/FNDE-FENEIS, 2001. DVD Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, Tanya Amara (Org.). **Dicionário digital da língua brasileira de sinais**. 1ª edição. Rio de Janeiro: MEC/SEESP-INES, 2002. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T. A.(org.). **Dicionário da Libras**. MEC-SEESP/GP-Libras-FENEIS. CD-ROM. 2005. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T.A. **Introdução à gramática da Libras**. In: MEC/SEESP. (Org.). Educação Especial - Língua Brasileira - Série Atualidades Pedagógicas - 4. 2ª ed. Brasília, V. III, 1999, p.81-123. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FELIPE, T. A. **Bilinguismo e surdez**. Trabalhos de Linguística Aplicada, Campinas: UNICAMP. 1989:101-114. Disponível em

<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/tla/article/view/3696>

FELIPE, T. A. **Projeto dicionário virtual de Libras**. Anais do VI Seminário Nacional do INES. Surdez e Diversidade Social. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos. Divisão de Estudos e Pesquisas. 2001: 37-48 Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FERREIRA-BRITO, L. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.1995



SIGLA: DISCIPLINA: LIBRAS III – curso avançado (OPTATIVA III)

CH: 60H CR: 04 CH Teórica: 60h

Tópicos sobre a gramática da Libras. Conversação em Libras. Aspectos da gramática da Libras. Conversação em Libras. Narrativas e descrições em Libras. Produção e análise de de textos argumentativo e acadêmico em Libras.

OBJETIVOS

Possibilitar ao licenciando um aprofundamento no conhecimento de tópicos da gramática da Libras.

Possibilitar ao licenciando exercitar-se na conversação, na narração e na descrição em Libras.

Produzir e analisar textos argumentativos em Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, Fernando César e RAPHAEL, Walkiria, Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2002. Vol. 1 e 2

FELIPE, T. A. **Libras em contexto** - Curso Básico - Livro do Estudante/Cursista. CDU. Brasília: MEC - SEESP - Programa Nacional Interiorizando a Libras, 2ª edição. 2001. 7ª Edição. 2008. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T. A., LEITE, E. M., FENEIS-Grupo de Pesquisa da (Org.). **Libras em contexto** - Curso Básico - Fita do Livro do Estudante. 2ª edição. Brasília: MEC/SEESP/FNDE-FENEIS, 2001. DVD Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, Tanya Amara (Org.). **Dicionário digital da língua brasileira de sinais**. 1ª edição. Rio de Janeiro: MEC/SEESP-INES, 2002. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T. A.(org.). **Dicionário da Libras**. MEC-SEESP/GP-Libras-FENEIS. CD-ROM. 2005. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FELIPE, T.A. **Introdução à gramática da LIBRAS**. In: MEC/SEESP. (Org.). Educação Especial - Língua Brasileira - Série Atualidades Pedagógicas - 4. 2ª ed. Brasília, V. III, 1999, p.81-123. Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FELIPE, T. A. **Bilinguismo e surdez**. Trabalhos de Linguística Aplicada, Campinas: UNICAMP. 1989:101-114. Disponível em:

<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/tla/article/view/3696>

FELIPE, T. A. **Projeto dicionário virtual de Libras**. Anais do VI Seminário Nacional do INES. Surdez e Diversidade Social. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos. Divisão de Estudos e Pesquisas. 2001: 37-48 Disponível em: <http://www.librasemcontexto.org/>

FERREIRA-BRITO, L. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.1995



SIGLA: DISCIPLINA: TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LIBRAS

CH: 60h CR: 04 CH Teórica: 60h

Introdução aos estudos da tradução em diferentes países e tempos históricos. Papel e prática do tradutor. Os problemas teóricos e práticos da tradução em geral. Fundamentos de tradução e interpretação na especificidade das línguas de sinais. Mediação do conhecimento por meio do intérprete de língua de sinais. O papel do intérprete de Libras na sala de aula. O intérprete de Libras na educação de surdos: funções e limites. O intérprete como tradutor cultural. Problemas teóricos e práticos da tradução e interpretação de Libras como língua fonte ou alvo. Postura ética do intérprete de Libras na Educação.

OBJETIVOS

Conhecer estudos da tradução em diferentes países e tempos históricos.

Conhecer problemas teóricos e práticos da tradução em geral.

Conhecer os fundamentos de tradução e de interpretação na especificidade das línguas de sinais.

Compreender funções e limites do intérprete de Libras na educação de surdos:

Conhecer problemas teóricos e práticos da tradução e interpretação de Libras como língua fonte ou alvo.

Refletir sobre a postura ética do intérprete de Libras na Educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBRES, Neiva de Aquino e SANTIAGO, Vânia Aquino Albres. (orgs.) **Libras em estudo: tradução e interpretação**. São Paulo: FENEIS, 2012.

JUNIOR, Lautenai, BARTHOLOMEI, Antonio e VASCONCELLOS, Maria Lucia.

Estudos de Tradução I. Apostila do curso de Licenciatura em Letras Libras na modalidade a distância da UFSC. Florianópolis, 2008.

LACERDA, Cristina B. F. de. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

MASUTTI, Mara Lucia e PATERNO, Úeslei. **Tradução e interpretação de Libras**. Apostila do curso de Licenciatura em Letras Libras na modalidade a Distância da UFSC. Florianópolis, 2009.

PEREIRA, M. C. P.; RUSSO, A. **Tradução e interpretação de língua de sinais: técnicas e dinâmicas para cursos**. São Paulo: Cultura Surda, 2008. v. 1. 90 p.

QUADROS, Ronice Muller. (org.). **O tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa**. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AUBERT, F. H. **As (in) fidelidades da tradução**. Servidões e autonomia do tradutor. Campinas: Unicamp, 1993.

BASSNETT, Susan. **Estudos de Tradução**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2003.

BENJAMIN, Walter. **A Tarefa do Tradutor**. Belo Horizonte, Fale/UFMG, 2008.



BRASIL. **Lei 12.319**, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Diário Oficial da União, Brasília, 01 de setembro de 2010.

LACERDA, C. B. F. de. **Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte**: examinando a construção de conhecimentos. Campinas, 1996. 156 f. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP.

_____. O intérprete de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre os limites e possibilidades. In: LODI, A. C. B. et al. (Orgs.), **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002. P. 120-128.

LODI, A. C. B; LACERDA, B. F. de. et al. (Orgs). **Uma escola, duas línguas**: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2002.

METZGER, Melaine. Os destaques das pesquisas sobre interpretação de língua de sinais no contexto acadêmico da interpretação comunitária. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 26, p. 13-63, 2010.

PAGURA, R. A. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. **Delta**, São Paulo, v.19, nº spe, p.209-236, 2003.

QUADROS, Ronice Müller de (Org). **Estudos surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

RICOER, P. **Interpretação e ideologias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. SOUZA, V. C. de; VIEIRA, R. **Uma proposta para tradução automática entre Libras e português no Sign WebMessage**. Disponível em:

<http://www.exatec.unisinos.br/~vinicius/TIL2006_revised.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2008.

SASSAKI, Romeu Kasumi. Acesso à informação e à comunicação no mundo virtual para todas as pessoas. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, Recife, vol. 2, nº 2, 2010. Disponível em:

<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/search/authors/view?firstName=Romeu&middleName=Kazumi&lastName=Sassaki&affiliation=&country=> Acesso. Acesso em: 02/10/2012.

STEINER, George. **Depois de babel**: questões de linguagem e tradução. Curitiba: Editora UFPR, 2005, 533 pp..

ZAMPIERI, M. A. **Professor ouvinte e aluno surdo**: possibilidades de relação pedagógica na sala de aula com intérprete de Libras-língua portuguesa. São Paulo, 2006. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba.



SIGLA: COMUNIDADES SURDAS E LIBRAS NO CIBERESPAÇO E TELECOMUNICAÇÕES

CH: 60h CR: 04 CH Teórica: 60h

Internet e redes sociais. Comunidades surdas no ciberespaço. Movimentos surdos na Internet. Pesquisas *online* para elaboração de material didático para ensino de Libras. Sites: dicionários online, cursos de Libras. Blogs profissionais de surdos. Produção acadêmica sobre os surdos e de surdos em Libras, na Internet. Vídeos de surdos no Youtube.

OBJETIVOS:

Conhecer as comunidades surdas no ciberespaço e os movimentos surdos na Internet.

Conhecer pesquisas *online* para elaboração de material didático para ensino de Libras.

Conhecer sites e blogs sobre/em Libras.

Conhecer produções acadêmicas sobre os surdos e de surdos em Libras, na Internet.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARCOVERDE, R.D.L; GIANINI, E. **Internet e surdos**: possibilidades infinitas de comunicação. Disponível em: <www2.insoft.br/~scie/1999/

BASSO, Idavania Maria de Souza . **Mídia e educação de surdos**: transformações reais ou uma nova utopia? Disponível em http://www.perspectiva.ufsc.br/pontodevista_05/06_basso.pdf

CHAVES, Carlos Henrique Freitas, **Leitores surdos e acessibilidade virtual mediada por tecnologias de informação e comunicação**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso Trabalho de Conclusão Curso de Especialização em Educação Profissional Tecnológica Inclusiva. Cuiabá -MT, 2009. http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20100611100471angela_deise_santos_guimaraes.pdf

CRUZ, C.R. **O surdo e a internet**. Disponível em:

www.dspcom.fee.unicamp.br/cristia/surdos/surdo_net.html. Acesso em 22/03/2001
Educação. n. 9394/96, 1996.

Rosa, Andréa da Silva, Cruz Cristiano Cordeiro. **Internet**: Fator de Inclusão da Pessoa Surda. v.2, n.3, p.38-54 , jun.2001. Disponível em:

www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/download/.../1730

RossanaDLArcoverde-InternetESurdos.html>. Acesso em 15/08/2000.

VALENTINI, C. B. As novas tecnologias da informação e a educação de surdos. In: SKLIAR, C (org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre. Editora: Mediação, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BELLONI, M. L. **O que é mídia-educação**. Campinas: Autores Associados, 2001.

PONTES, A. M. e Orth, A. I. **Uma proposta de interface de software orientada à linguagem de sinais**, 1999.



SACKS, O. **Vendo Vozes**: Uma jornada pelo mundo dos surdos. Editora: Companhia de Letras, 1989.

SANTAROSA, L. M. C. e Lara, A. T. S.(online) **Telemática**: um novo canal de comunicação para deficientes auditivos. RIBIE 1996. Disponível em NIEE <http://www.niee.ufrgs.br/>



SIGLA: METODOLOGIA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO L2
CH: 60h CR: 04 CH Teórica: 60h

Aspectos metodológicos do ensino da Língua Portuguesa como segunda língua, por meio do contexto e textualização em sinais articulado com o uso da língua e da prática da análise linguística. Introdução aos estudos léxico-gramaticais da Língua Portuguesa na perspectiva de segunda língua. Compreensão da escrita de L2. Avaliação da escrita de L2. Análise do gênero textual acadêmico em segunda língua. Uso de recursos expressivos da língua que convêm às condições de produção do discurso e às finalidades e objetivos do texto: expressões orais.

OBJETIVOS

Conhecer aspectos metodológicos do ensino da Língua Portuguesa como segunda língua.

Compreender o desenvolvimento da capacidade de expressão escrita, com base nos processos de composição textual e nos aspectos linguísticos, discursivos e pragmáticos que envolvem a organização textual e discursiva em segunda língua.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANTUNES, Irandé. **Aula de português**. SP: Parábola Editorial, 2003
- TRAVAGLIA, L. C. et al. **Metodologia e prática de ensino da língua portuguesa**. Série Novas Perspectivas, 09, Mercado Aberto, 1984.
- LODI, A. C. B; LACERDA, B. F. de. et al. (Orgs). **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2009.
- DIONISIO, Angela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **O livro didático de português: múltiplos olhares**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- ERINI, Mário A. **Sofrendo a gramática**. SP, 2005.
- MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. **Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento**. Campinas São Paulo: Mercado de Letras, 2002.
- MUNIZ, Dinéia Maria Sobral; SOUZA, Emília Helena P. M.; BELTRÃO, Lícia Maria Freire (Orgs.). **Entre textos, língua e ensino**. Salvador: EdUFBA, 2009.
- MURRIE, Zuleika de Felice. **O ensino do português**. SP, 2002.
- NASCIMENTO, Elvira Lopes (Org.). **Gêneros textuais: da didática das línguas aos objetos de ensino**. São Carlos: Claraluz, 2009.
- ROJO, Roxane; BATISTA, Antônio Augusto Gomes (Orgs.). **Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.
- ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (Orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.



1.4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Artigo 22 – “Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.”
(Declaração Universal dos Direitos Humanos)

A organização didática e pedagógica proposta para o Curso de Licenciatura, de Graduação Plena com duração de quatro anos, destinado à formação superior de professores da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) referenciam-se nos preceitos determinados pela Legislação Educacional vigente, organicamente orientada pela Constituição Federal de 1988. Por esta Constituição, o Brasil, como signatário de Convenções e Tratados Internacionais que consagram os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporou à legislação brasileira os princípios e orientações deles decorrentes, assumindo ética e politicamente a responsabilidade pela INCLUSÃO, com equidade, como política pública para concretizar a garantia dos Direitos Humanos das pessoas com deficiência. Neste sentido, o Brasil é reconhecido como um dos países mais inclusivos das Américas tanto pela legislação avançada, quanto pelo conjunto das políticas públicas destinadas a essa população.

Esta organização também se sustenta no perfil de Educação Superior descrito pelo **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)** desta Universidade, a partir da sua Missão e da sua Visão acadêmicas, que adota como norteadores de suas ações e atividades fins os pressupostos que configuram o modo de instaurar sua inserção na realidade e de intersecção com as populações da Amazônia e sua riqueza decorrente das sociodiversidades.

Tais pressupostos ensejam uma relação aberta da universidade com a sociedade e seus diferentes grupos sociais pela *recorrência*, em especial:

“da prática da ética e da democracia, da união e do engajamento de todo o seu patrimônio intelectual na construção de uma universidade pública, que se deve sustentar nos valores incontestáveis da cidadania e dignidade da pessoa humana, da igualdade real, da gratuidade, da pluralidade, da **inclusão pela democratização do acesso e permanência do estudante** (grifo nosso), da qualidade articulada à quantidade, da indissociabilidade do ensino, da extensão e pesquisa como atividades nucleares e estimuladoras do conhecimento dos problemas mundiais, nacionais e amazônicos, comprometida com os interesses da população.”

A organização didática e pedagógica deste curso, centrada no princípio da **indissociabilidade** do ensino, da pesquisa e da extensão, tem como perspectiva **tornar sustentável** o ideário constitucional do **pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para a cidadania**¹² por meio da construção e do processo de operacionalização do currículo, com vistas a desenvolver com equidade e respeito a

¹² Constituição Federal de 1988 - “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”



cada estudante da Licenciatura Plena em Letras Libras sua **aprendizagem significativa como um direito**.

O modo próprio para se desenvolver a formação superior de professores na graduação necessita articular um conjunto de elementos formalmente estabelecidos, a fim de dar sentido ao **trabalho acadêmico efetivo (ver Art.47 da LDBEN/96)** para que não se corra o risco de deixá-lo à mercê de meras abstrações, improvisações, despreparo e descompromisso. Esses elementos se configuram como: O Planejamento do Ensino, A Concepção Metodológica, e A Avaliação da Aprendizagem.

Eles se conjugam na construção da **autonomia/dependência** (MORIN, 2001) do Curso, no sentido de instituir vários processos de articulação e fusão dos atos de:

investigar para produzir conhecimentos;

inovar para dar rumo às mudanças no plano social e no nível organizacional;

prover a formação acadêmica que resulte na mudança concreta de representações e de práticas dos indivíduos diplomados (cf. CANÁRIO, apud ALARCÃO, 2011 p. 93).

1.4.1 Plano de Ensino

O Projeto do Curso enseja uma definição da política de formação superior para os falantes de LIBRAS e para aqueles **ouvintes interessados em tornarem-se professores** *que atuarão no ensino da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua, para estudantes surdos, e como segunda língua para estudantes ouvintes, professores comprometidos com a instauração de ambientes linguísticos que favoreçam e desenvolvam a aquisição da Língua Brasileira de Sinais como L1 para os estudantes surdos* (ver objetivo geral). Neste sentido, cada **professor formador** deve ter claro que este Curso de Licenciatura, de Graduação Plena, oferecido pela Universidade Federal do Amazonas tem como **propósito capacitar o estudante a:**

Refletir sobre o papel da linguagem na socialização humana e na inclusão social e educacional;

Trabalhar pela solidariedade na construção de uma ação docente prático-reflexiva, a partir da **conscientização** de que a sala de aula e o cotidiano escolar são espaços de formação de estudantes, de professores e de gestores;

Tornar-se **professor bilíngue** plenamente proficiente em LIBRAS.

Operacionalizar estes objetivos através do **trabalho acadêmico efetivo** exige o fazer a experiência ética prática, compreendendo que o PLANEJAMENTO DO ENSINO representa o modo como esse Curso se organiza, metodologicamente, para criar as condições científico-culturais de aprendizagens significativas por meio do desenvolvimento do seu currículo.



Neste contexto o conceito de currículo deste curso fica formulado com base nas idéias de Isabel Alarcão (2011) e Jostein Gaarder (2005), articuladas à noção de **dignidade** dada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Assim, o currículo deve ser compreendido como: conjunto de aprendizagens proporcionadas pelo Curso e consideradas socialmente necessárias no **tempo** de alargamento do nosso **horizonte ético** (decorrente da política de INCLUSÃO e constituído pelo nosso senso de responsabilidade/consciência/valores e normas/ação prática), do **reconhecimento e da afirmação da dignidade** inerente a cada pessoa da família humana; e no **contexto** hodierno da formação superior de professores bilíngues, proficientes em LIBRAS.

Nesta perspectiva o Plano de Ensino se estabelece como instrumento orientador do *trabalho acadêmico efetivo*, no contexto complexo e contraditório de afirmação do princípio da “*liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber*”¹³; da flexibilidade em coexistência com a regulamentação indispensável; da mudança de paradigmas na busca de novos métodos que resultem na construção de formas e métodos de desenvolvimento do trabalho acadêmico de ir além do domínio cognitivo das disciplinas; de mudança da ênfase na relação ensino-aprendizagem para os **PROCESSOS DE APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS**.

Deste modo, sua apreciação pelo Departamento e aprovação pelo Colegiado de Curso, conforme prevê o que dispõe a Portaria Nº 0151/2012/GR são obrigatórios.

Cada Plano de Ensino, investido dessa condição e elaborado pelos professores de forma interdisciplinar, **tomará como fontes de sua elaboração e operacionalização**, em consonância com os princípios, os fundamentos e os procedimentos norteadores ditados pelas DCN da Formação de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP 1/2002):

A finalidade da Educação Superior (Art. 43, Incisos de I a VIII da LDBEN/96).

As características inerentes à atividade docente, com destaque para aquelas fixadas pelos Artigos 2º e seus Incisos e Artigo 3º e seus Incisos e alíneas, conforme a Resolução CNE/CP 1, de 18/02/2002.

Os princípios do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Libras, considerando os seus objetivos, perfil do egresso a ser diplomado como professor bilíngue apto para inserção na vida profissional e para sua efetiva participação no desenvolvimento da sociedade brasileira,

As competências e habilidades que postulem no processo formativo o professor-reflexivo e o professor-investigador que se reconheça e seja reconhecido como profissional com pleno domínio da teoria e prática, crítico e consciente, capaz de oferecer respostas consequentes a problemas complexos na escola e na vida social,

A concepção metodológica de desenvolvimento das aprendizagens por meio do efetivo trabalho acadêmico norteada pela relação teoria/prática, prática/teoria, articulada pelo método processual da ação/reflexão/ação.

¹³ Ver Inciso II do Art. 3º da LDBEN/96.



A avaliação de aprendizagens significativas a partir da predominância de aspectos qualitativos sobre os quantitativos ...

Ademais, todo Plano de Ensino deverá estar em consonância com os princípios norteadores deste PPC, considerando o que está expresso nos seus objetivos, perfil do egresso, concepção metodológica e critérios de avaliação da aprendizagem.

1.4.2 Princípios Metodológicos do Currículo

A organização curricular deste Curso propõe assegurar o pluralismo de ideias e o acesso aos avanços e acontecimentos importantes que a realidade cultural, científica e política do país apresenta.

A metodologia de ensino do curso busca estimular a inquietação, a dúvida, a reflexão, a provocação de novas ideias, a procura de novos métodos que comprometam o estudante com os problemas reais da sociedade, por meio de uma formação multidisciplinar. A formação profissional do professor compreende, também, uma formação política que responde às questões atuais em relação ao respeito às diferenças, à ética e à diversidade cultural. Nesse sentido, a concepção e a organização curricular estão apoiadas nos seguintes PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS:

- **Criticidade:** condições de analisar o movimento real da sociedade, perceber as suas contradições e posicionar-se diante delas.
- **Pluralidade:** a abordagem de questões através de diversos enfoques e princípios teórico-metodológicos, orientando-se pela consciência de que o avanço científico e tecnológico viabiliza a possibilidade de amplo debate e de confrontação de diferentes pontos de vista.
- **Interação:** consideração às experiências e aos conhecimentos existentes, confrontando-os com os novos desafios, ampliando o intercâmbio constante com outros segmentos da comunidade nacional e internacional, especialmente relacionados às questões de ensino-aprendizagem.
- **Ética:** o compromisso social e o respeito para com a diversidade, às diferenças e o processo de inclusão social.

Além de se levar em conta esses princípios, recomenda-se que se tenha referência à abordagem de aprendizagem significativa, ou seja, uma abordagem pedagógica proposta por Ausubel (1976), que compreende que o sentido da aprendizagem reside na substancial proximidade entre o que o aluno já conhece, com o sentido do desafio do novo que o objeto de conhecimento lhe representa. A chave de uma aprendizagem significativa é a vinculação substancial das novas ideias ou conceitos com a bagagem cognitiva do aluno.

As situações de aprendizagem oferecidas nesse Curso devem desafiar os alunos, a partir dos conhecimentos das áreas de Letras de modo geral, a compreender o processo da aquisição de uma segunda língua e mobilizar as competências necessárias para a sua atuação profissional.



1.4.3 Temas Privilegiados de Transversalidade

Considerando que a Educação Ambiental foi marcada, no seu surgimento, por uma tradição naturalista, que estabelece uma dicotomia entre natureza e sociedade, atualmente se busca uma visão socioambiental, que constrói relações de interação permanente entre a cultura (vida humana social) e a natureza, na qual todos os elementos constitutivos dessa relação modificam-se mutuamente. Assim, as modificações resultantes da interação entre os seres humanos e a natureza nem sempre são nefastas; podem ser sustentáveis, e enriquecedoras do meio ambiente.

Estamos no último ano da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). Sabemos que todas as esferas da vida, sejam natureza, economia ou sociedade, impreterivelmente estão interligadas e que isso provoca o devido equilíbrio, ou desequilíbrio, no conjunto do cosmo. Assim, junto ao direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais, vem o dever de prevenir os danos ao meio ambiente e de proteger os direitos das pessoas.

No Curso Letras Libras devem ser desenvolvidas práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos e todas.

Nas atividades decorrentes deste PPC deve ser ressaltado o respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, racial, social e cultural, e deve ser disseminado o valor da pluriétnicidade do país, principalmente em se tratando do estudo de uma língua criada e utilizada por uma quantidade reduzida de usuários – o que por si só já é um exemplo de consideração multicultural.

Este PPC também segue o que determina a Política Estadual de Educação Ambiental do Estado do Amazonas (Lei 3.222/2008) ao estabelecer que a legislação ambiental nacional e do estado do Amazonas deve ser discutida nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, sempre que possível, visando despertar a visão crítica, reflexiva e participativa do estudante, e na reflexão sobre a necessidade de respeito às especificidades culturais dos povos da floresta, estabelecendo elos com a Educação Indígena, e com a Educação do Campo (Arts. 21 e 22).

Neste PPC fica explícito o objetivo de contribuir para que os estudantes constituam uma visão da globalidade e compreendam o meio ambiente em todas suas dimensões, devendo ser desenvolvidas reflexões, debates e programas de formação para os docentes e os técnicos, na área da Educação Ambiental e na área das Relações Étnico-Raciais.

No âmbito do Curso Letras Libras, os docentes devem encontrar formas criativas de incluir no currículo o estudo e as propostas para enfrentamento dos desafios socioambientais, bem como para pensar e agir na perspectiva de criação de espaços educadores sustentáveis. Devem ser estabelecidos períodos de planejamento da transversalidade da questão socioambiental, de modo a garantir a prática da interdisciplinaridade.



1.4.3.1 Educação Ambiental

Considerando que a Constituição Federal de 1988, no inciso VI do § 1º do Art. 225 determina que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) e a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002) classificam a Educação Ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, e que o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP nº 8/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos incluindo os direitos ambientais no conjunto dos internacionalmente reconhecidos, definindo que a educação para a cidadania compreende a dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global, este Projeto Pedagógico de Curso sinaliza a importância deste enfoque, de forma transversal, em todas as atividades do curso, mui especialmente nas aulas práticas, considerando que estas, mui provavelmente, acontecerão em ambientes diferentes da sala de aula tradicional.

Seguindo as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental, no âmbito deste PPC entende-se “Educação Ambiental” na perspectiva socioambiental, da justiça ambiental, das relações comerciais equilibradas e das concepções de sustentabilidade (Parecer CNE/CP Nº 14/2012).

Este PPC segue os objetivos das Diretrizes Curriculares Nacionais citadas, visando a contribuir com a formação humana dos estudantes, uma vez que são sujeitos concretos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, principalmente em se tratando da formação de professores que irão atuar na Educação Básica e com uma língua de comunidade minoritária, que tem grande especificidade histórica e sociocultural, como é o caso da Língua Brasileira de Sinais. Neste PPC os estudantes serão estimulados a serem atores sociais comprometidos com a uma prática pedagógica transformadora, promovendo a ética e a cidadania ambiental, e esta postura ultrapassa a mera distribuição do tema em componentes curriculares.

Convém definir que a Educação Ambiental envolve atividades intencionais da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e na reciprocidade das relações dos seres humanos com os outros seres humanos, visando a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, e o cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, bem como a proteção do meio ambiente. A Educação Ambiental anunciada por este PPC deve superar a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista.

Considerando que as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social – principalmente na área da Educação -, todos os docentes serão incentivados pela Coordenação do Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante abordarem, sempre que possível, o contexto nacional e mundial que sofre os efeitos de mudanças climáticas, da degradação da natureza, da redução da biodiversidade, dos riscos socioambientais locais e globais.



A Educação Ambiental, no Curso Letras Libras, a despeito de não constar como disciplina ou componente curricular específico, deverá ser entendida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente, devendo estar sempre no foco das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Faz parte da Educação Ambiental a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País, tão caros no processo de formação de professores que atuarão justamente com pessoas que transitam em diferentes perspectivas culturais no Brasil.

Segundo o que preceitua a Política de Educação Ambiental do Estado do Amazonas (Lei 3.222/2008), a produção de materiais didáticos para a Educação Ambiental deve, necessariamente, contemplar: o enfoque sistêmico, interdisciplinar; as diferentes realidades ambientais amazônicas; a valorização da cultura local; as alternativas de desenvolvimento sustentável; e a complexidade da questão ambiental (Art. 19). Devem ser incentivadas pesquisas que envolvam políticas e programas de Educação Ambiental existentes nas instituições públicas e privadas, organizações não governamentais, empresas e órgãos públicos do Estado do Amazonas. Devem ser incentivadas pesquisas, trabalhos de iniciação científica e pesquisas sobre o conhecimento tradicional e as questões socioambientais das populações amazônicas (indígenas e não indígenas).

Segundo a Política de Educação Ambiental do Estado do Amazonas (regulamentada pelo Decreto 32.555/2012), em relação à diversidade cultural, as ações de Educação Ambiental devem contemplar:

- a produção de material didático, no sentido de garantir um pluralismo de ideias provenientes de comunidades indígenas e tradicionais - ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, entre outros;
- a utilização da história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural e linguística; isto implica uma visão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilíngue (Art. 48).

Atividades Acadêmico-Científico-Culturais na área da Educação Ambiental deverão ser incentivadas. Questões relativas à Educação Ambiental por meio da Língua Brasileira de Sinais, e no âmbito da formação de professores, ou na educação de surdos, devem ser incentivadas na elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso. A confecção de materiais didáticos de Educação Ambiental em Libras deve ser incentivada, principalmente nas disciplinas que abordarão a criação de Materiais Didático-Pedagógicos para diferentes contextos de Ensino de Libras. A temática de Educação Ambiental deverá ser incluída em todos os materiais didáticos que forem criados com recursos humanos e financeiros do Curso Letras Libras.

Devem ser apoiadas as parcerias intra e interinstitucionais para execução de projetos, de modo a garantir a realização das ações conjuntas sobre Educação Ambiental. A discussão da temática da Educação Ambiental deve ser constantemente incluída nos eventos do Curso, que também deve encontrar formas de apoiar a cooperação científica e técnica internacional relacionada à sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento.



As edificações que serão feitas para o funcionamento do Curso Letras Libras deverão ser referências de sustentabilidade socioambiental.

No âmbito do curso Letras Libras, deve-se montar uma rede de banco de dados e imagens dos sinais da Libras na área da Educação Ambiental.

1.4.3.2 Relações Étnico-Raciais

Outro importante aspecto a ser abordado num curso de formação de educadores é a questão étnico-racial. A Lei Nº 10.639/2003 inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Considerando que este é um curso de formação de professores para a Educação Básica, tal temática deve ser discutida no currículo da formação.

Diz o texto da Lei (Art. 26-A):

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Já foram, inclusive, instituídas as Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas por todas as Instituições de Ensino Superior (IES), por meio da Resolução CP/CNE nº 1/2004. Essa Resolução determina que as instituições de ensino superior incluirão, nos conteúdos de disciplinas e atividades complementares dos cursos que ministram, a educação das relações étnico raciais, bem como o tratamento das questões e temáticas que dizem respeito a afrodescendentes.

A educação das relações étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

Ora, a inserção destas Diretrizes precisa refletir-se espaços institucionais e não apenas na matriz curricular dos cursos. O respeito a este princípios na Educação Básica depende muito da formação dos professores, visando a que, para além dos discursos, se possa assegurar a garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, proporcionando a cada pessoa a oportunidade de realizar seu pleno potencial.

Objetivando uma educação anti-racista, este PPC se baseia em determinados princípios que estão contidos no Parecer CNE/CP 3/2004. São eles:



- A Consciência Política e Histórica da Diversidade;
- O Fortalecimento de Identidades e Direitos;
- Ações Educativas de Combate ao Racismo e as Discriminações.

Tal como está na Carta da Terra¹⁴, urge “defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, com especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias”. Em outras palavras, “eliminar a discriminação em todas as suas formas, como as baseadas em raça, cor, gênero, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, étnica ou social”, ou, “reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma condição de vida sustentável”.

Os Estudos Surdos têm muitos aspectos em comum nas lutas por um Educação que ultrapasse visões preconceituosas. Estes Estudos Surdos se enquadram perfeitamente nas lutas dos Estudos Negros e dos Estudos Indígenas. Tal como a população surda, as populações negra e indígenas no Brasil, para transformar a realidade em que vivem e denunciar a sua invisibilidade na história do país, assim como o preconceito, têm ainda muita luta pela frente.

Buscando um olhar mais atento para a questão étnico-racial, temos a destacar que as relações existentes entre desigualdade social e a situação de certos grupos portadores de características culturais diferenciadas vão muito além de mera consideração para com as produções culturais, mas, envolvem relações de poder, e processos de reformulação e resistência. Há que se formar professores atentos ao processo de suavização dos processos de dominação, de repressão, de homogeneização. Há que se fazer referências constantes à contribuição do negro no processo de construção da nação, e também dos negros surdos na história cultural do país.

Há uma lógica perversa que deve ser combatida: a lógica que diz que o negro é o contrário do branco, tal qual a lógica que diz que o surdo é o contrário do ouvinte.

Esta temática deve ser permanentemente abordada, para além da obrigatoriedade, pois desta forma tensiona-se o presente.

Assim, é importante que se construam estratégias educacionais que visem a uma pedagogia promotora da igualdade racial e da diversidade – como tarefa de todos(as) os(as) educadores/as, independentemente do seu pertencimento étnico-racial. Que se busque reconhecer e alterar atitudes racistas em qualquer veículo didático-pedagógico; que se procure lidar positivamente com a diversidade étnico-racial e as culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos currículos escolares, visando a que as relações étnico-raciais sejam transformadas. É necessário incluir

¹⁴ http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/what_is.html acesso em 2 de fevereiro de 2014.

A Carta da Terra é uma declaração de princípios éticos. Integridade ecológica é o tema maior. A Carta da Terra é resultado de uma década de diálogo intercultural, em torno de objetivos comuns. O projeto da Carta da Terra começou como uma iniciativa das Nações Unidas, mas se desenvolveu e finalizou como uma iniciativa global da sociedade civil. Em 2000 a Comissão da Carta da Terra, uma entidade internacional independente, concluiu e divulgou o documento. A legitimidade do documento foi fortalecida pela adesão de mais de 4.500 organizações, incluindo vários organismos governamentais e organizações internacionais.



as competências anteriormente apontadas nos instrumentos de avaliação institucional, docente e discente, e articular cada uma delas à pesquisa e à extensão.

Este PPC, para melhor atender a esta questão, definiu a oferta da disciplina **“Línguas de Sinais Emergentes, Histórias, Línguas e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras”**, ofertada no 7º período, com 60 horas, que bordará tanto as culturas africanas e afro-brasileiras como as culturas indígenas do Brasil.

Uma sugestão desde o início do Curso Letras Libras é criar o **Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais, Surdez e Educação**, bem assim como o **Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Surdez e Educação Indígena**.

1.4.4 Princípios Norteadores da Avaliação da Aprendizagem

De acordo com a RESOLUÇÃO CNE/CP 1/2002, que trata das Diretrizes para a Formação de Professores, a avaliação nos cursos de formação deve ser periódica e sistemática, incluir procedimentos e processos diversificados – institucional, de resultados, de processos – e incidir sobre todos os aspectos relevantes – conteúdos trabalhados, modelo de organização, desempenho do quadro de formadores e qualidade da vinculação com as escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio.

A avaliação a ser implementada pelo colegiado do curso deve constituir-se num processo de aperfeiçoamento contínuo e de crescimento qualitativo.

A avaliação deve pautar-se:

- pela coerência das atividades quanto à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e quanto ao perfil do profissional formado pelo curso de Letras;
- pela validação das atividades acadêmicas por colegiados competentes;
- por uma orientação acadêmica individualizada;
- pela adoção de instrumentos variados de avaliação interna;
- pela disposição permanente de participar de avaliação externa.

As contribuições de teor metodológico advindas da Pesquisa em Educação e, especificamente, em Educação Bilíngue, assim como os estudos recentes sobre a aprendizagem colaborativa e sobre inteligências múltiplas, o diálogo entre saberes e culturas balizarão o emprego de uma pluralidade de metodologias de ensino-aprendizagem no Curso de Libras.

Objetivando a construção do perfil do licenciado, os procedimentos metodológicos aplicados no Curso privilegiarão a busca do saber e a aquisição e desenvolvimento das competências e habilidades necessárias a esses profissionais, promovendo a relação teoria-prática de maneira intensa e contínua através de atividades como aulas teóricas, atividades práticas em sala de aula e em laboratórios, trabalhos individuais e colaborativos em pequenos e grandes grupos, seminários, leituras orientadas, atividades de pesquisa, entre outras. Tendo em vista a pluralidade metodológica e a natureza multi-estruturada do processo de ensino-



aprendizagem, a aferição de conhecimentos fará uso de instrumentos que oportunizem a manifestação de competências e habilidades variadas.

Considera-se que a avaliação deve fornecer diagnóstico não só sobre o resultado, mas também sobre o próprio processo de ensino-aprendizagem, munindo o professor e o aluno de informações que instiguem o constante questionamento, a análise crítica e a aplicação de ações de re-direcionamento e aperfeiçoamento. Assim, entende-se a avaliação como parte do processo formativo e não como um fim em si própria.

Em relação aos Estágios e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), as avaliações também visam o acompanhamento do processo como parte da formação. Tanto o TCC como os Estágios estão integrados ao curso. Coordenadores de Estágio serão responsáveis pela tutoria dos alunos durante 01 (um) semestre observando a regulamentação para os TCC estabelecida pelo Departamento. Os estágios serão realizados na comunidade local devidamente supervisionado por um professor do Departamento.

Preocupar-se com Avaliação da Aprendizagem em geral e do curso em particular, é uma das principais atribuições do NDE e sua atuação deve obedecer à Resolução CEG/CONSEPE N° 062/2011.

1.4.5 Sistemática de Acompanhamento e Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

De forma quantitativa, o sistema avaliativo do curso será norteado pelo exposto no Capítulo IV da Resolução N° 017/CUN/1997 da UFAM, que rege sobre o rendimento escolar do estudante da instituição. De acordo com as normas da Universidade, os procedimentos metodológicos e os critérios de avaliação discente serão especificados nos Planos de Ensino de cada disciplina, juntamente com os dados formais sobre a mesma, sua ementa, conteúdos e bibliografia. As avaliações serão realizadas prioritariamente na Língua de Sinais, momento em que serão observados alguns critérios como compreensão de texto sinalizado e apropriação do conteúdo.

Em relação à avaliação do projeto político-pedagógico do curso, será instaurada uma comissão de avaliação permanente (Núcleo docente Estruturante) que poderá propor adequações e/ou reformulações caso sejam evidenciadas necessidades decorrentes do andamento do curso, da realidade e da demanda social em que estarão atuando os profissionais formados nestes cursos.

A avaliação do Curso deverá ser feita por meio de seminário de avaliação, com a participação da comunidade acadêmica, egressos, associações ou representações de classe, após, no mínimo 2 anos de implantação da última proposta de reformulação.

1.4.6 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante – NDE é uma instância consultiva, constituída por professores do Curso com atribuições acadêmicas de



acompanhamento, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

São atribuições do NDE:

- Contribuir para a consolidação do perfil do egresso do Curso;
- zelar pela aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais no Projeto Pedagógico do Curso;
- observar, contribuir e acompanhar a implantação, o desenvolvimento, a avaliação e a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso;
- propor formas de incentivo ao desenvolvimento da pesquisa e da extensão articuladas às necessidades da graduação e da área de conhecimento do Curso.

As proposições do NDE serão submetidas à apreciação do Colegiado do Curso.

Deverá ser composto do coordenador do Curso, além de, no mínimo, 5 (cinco) professores efetivos, com dedicação exclusiva à Universidade Federal do Amazonas.

Deverá ser constituído de:

- 1 (um) presidente, com graduação no curso;
- pelo menos 5 (cinco) membros, sendo que, destes, 60% (sessenta por cento) devem ser professores com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação stricto sensu, e que tenham graduação na área de conhecimento do curso.

Os membros do NDE deverão ser indicados pelo Colegiado do Curso;

O presidente do NDE será o coordenador do Curso.

O NDE deverá reunir-se uma vez por semestre, preferencialmente no início do semestre letivo, e extraordinariamente sempre que for convocado pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Os mandatos dos integrantes do NDE serão de 2 (dois) anos, podendo cada membro ser reconduzido por 2 (dois) mandatos.

1.4.6.1 Proposta de Regimento do Núcleo Docente Estruturante do Curso Letras Libras da Universidade Federal do Amazonas

Capítulo I – Das considerações preliminares

Art. 1º – O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Letras Libras do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).



Art.2º – O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo responsável pelo Projeto Pedagógico do Curso Letras Libras da UFAM, criado pela Portaria Nº 4057/2013 e tem, por finalidade, a atualização e revitalização do mesmo.

Capítulo II – Das atribuições do Núcleo Docente Estruturante

Art. 3º – Atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- a) Contribuir para a consolidação do perfil do egresso do Curso;
- b) Zelar pela aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais no Projeto Pedagógico do Curso;
- c) Observar, contribuir e acompanhar a implantação, o desenvolvimento, a avaliação e a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso;
- d) Promover a integração das disciplinas do curso, respeitando os eixos estruturantes estabelecidos no PPC.
- e) Propor formas de incentivo ao desenvolvimento da pesquisa e da extensão articuladas às necessidades da graduação e da área de conhecimento do Curso.

Capítulo III – Da constituição do Núcleo Docente Estruturante

Art. 4º – O Núcleo Docente Estruturante será constituído por

- a) 1 (um) presidente, com graduação no curso;
- b) Pelo menos 5 (cinco) membros.

Capítulo IV – Da titulação e formação acadêmica dos docentes do NDE

Art. 5º – Sessenta por cento dos membros do NDE devem ser professores com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação stricto sensu, com graduação na área de conhecimento do curso.

Art. 6º – A quantidade de docentes que compõem o NDE com formação acadêmica na área do curso é, de pelo menos 3 (três).

Capítulo V – Do regime de trabalho dos docentes do NDE

Art. 8º – Os docentes que compõem o NDE são professores em regime de dedicação exclusiva, ficando vedada a participação de professores temporários ou visitantes.

Art. 9º – Os mandatos dos integrantes do NDE serão de 2 (dois) anos, podendo cada membro ser reconduzido por 2 (dois) mandatos.

Capítulo VI – Das atribuições do presidente do NDE

Art. 10 – Compete ao Presidente do NDE:

- I. Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto e voto de qualidade;
- II. Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- III. Encaminhar propostas do NDE ao Colegiado para deliberações;
- IV. Designar relator ou comissão para estudo de assuntos a ser decidido pelo NDE;
- V. Coordenar a integração com os demais Colegiados de Cursos de Letras e outras instâncias institucionais.



Capítulo VII – Das reuniões

Art. 11 – O NDE deve-se reunir, ordinariamente, por convocação do Presidente, 1 (uma) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria simples de seus membros.

Art. 12 – O *quorum* mínimo para dar início a uma reunião, em primeira chamada, é de cinquenta por cento mais um dos membros do NDE.

Art. 13 – As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos na reunião.

Capítulo VIII – Das disposições finais

Art. 14 – Os casos omissos serão resolvidos pelo NDE ou órgão superior.

1.4.7 Colegiado do Curso

Os colegiados dos cursos são as instâncias responsáveis pelas atividades fins.

A UFAM continua organizada com base na estrutura de Departamentos, reunidos em Unidades Acadêmicas. São os Departamentos que encaminham as decisões mais significativas para a organização didático-pedagógica dos cursos de graduação, em detrimento da autonomia e da força política que as Coordenações de Curso deveriam gozar.

O alcance das Coordenações está limitado a decisões mais pontuais sobre matrículas e aproveitamentos de estudos, decisões restritas ao âmbito do próprio Colegiado, e a um papel secundário nos conselhos departamentais, uma vez que não tem a prerrogativa do voto. Esta condição torna precária a atuação dos Coordenadores na condução do regime didático-pedagógico, por conta da relação de quase dependência existente com as Chefias de Departamento. No entanto, apesar de lhes serem atribuídas as responsabilidades de acompanhamento e avaliação do desempenho dos professores que deveriam ser exercidas com rigor em conjunto com as Coordenações de Curso, os Chefias de Departamento perderam de vista a finalidade acadêmica, essencial à sua função. Esta herança precisa ser superada para que a organização didático-pedagógica possa ser encaminhada pelo verdadeiro responsável pela sua condução.

A coordenação didática do curso é responsabilidade do **Colegiado de Curso**, que tem as seguintes **atribuições**:

- I. promover a coordenação didática do curso que lhe esteja afeto;
- II. aprovar o calendário acadêmico e a lista de oferta das disciplinas para o curso;
- III. propor o número de créditos das disciplinas do curso;
- IV. aprovar as disciplinas complementares, definindo as de caráter obrigatório ou optativo;
- V. estabelecer os pré-requisitos das disciplinas;



- VI. deliberar sobre o trancamento ou transferência de matrícula e jubilação;
- VII. deliberar sobre aproveitamento de estudos para fins de dispensa, ouvidos os Departamentos.

Ao Coordenador do Colegiado de Curso, além das atribuições inerentes à sua condição, caberá:

- I. convocar e presidir as reuniões do Colegiado;
- II. representar, por deliberação do Colegiado, às Unidades e Departamentos, em caso de não execução do programa das disciplinas e descumprimento de normas disciplinares ou didáticas do curso que lhe esteja afeto;
- III. adotar medidas para aprovação do calendário escolar, lista de oferta das disciplinas com os respectivos programas, pré-requisitos e créditos;
- IV. exercer funções administrativas, quando delegadas pelo Diretor da Unidade.

1.4.8 Relação Ensino-Pesquisa-Pós-Graduação e Extensão

Todas as atividades de ensino deverão ter como alvo o relacionamento com atividades de pesquisa e extensão, visando a que se fortaleça o tripé da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Além do mais, a Universidade Federal do Amazonas conta com diversos cursos de pós-graduação *lato sensu*, e, mui especialmente, com cursos de pós-graduação *stricto sensu*, na área das Letras, na área da Educação, e em outras áreas afins, que travam relação com a graduação, no sentido de concretizar a formação continuada definida na Lei nº 9.394/96.

Citamos alguns cursos de pós-graduação *stricto sensu* que deverão estar “alimentando” a graduação em Letras Libras e sendo por ela “alimentados”:

- Letras (Mestrado)
- Antropologia (Mestrado e Doutorado),
- Comunicação Social (Mestrado),
- História (Mestrado e Doutorado),
- Serviço Social (Mestrado),
- Sociedade e Cultural na Amazônia (Mestrado e Doutorado),
- Sociologia (Mestrado).
- Educação (Mestrado e Doutorado).

Ademais, é desejável que programas de pesquisa e de extensão sejam oferecidos pelo Curso, com base nas políticas de pesquisa e extensão da UFAM. O Colegiado do Curso, bem como o NDE, deverão incentivar e apoiar todas as iniciativas no sentido da formação de grupos de pesquisa e de programas de extensão universitária. Citamos o Programa de Atividade Curricular de Extensão,



promovido pela Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização, como um importante programa ao qual os docentes devem se filiar, promovendo atividades que atribuirão créditos aos estudantes.

Deverá ser logo criada a “Semana de Letras Libras”, a qual deverá ser caracterizada como uma mostra de resultados de projetos de pesquisa e de extensão de alunos da Graduação e de professores. O evento objetiva incentivar a integração entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo o intercâmbio entre as diferentes áreas do curso de Letras Libras, e dos demais cursos de Letras convidados, proporcionando discussões sobre Línguas e Literaturas num ambiente comum aos estudantes e a toda a comunidade.

Farão parte do calendário semestral, e constarão nos Planos de Ensino das disciplinas oferecidas no semestre, seguindo os calendários da UFAM e do Departamento de Libras, as atividades da Semana de Letras, das Semanas de Defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso, de apresentação do Relatório de Estágio Supervisionado da Licenciatura, e de elaboração do Memorial Descritivo das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais.

1.4.9 Apoio ao Discente

1.4.9.1 Projeto de Nivelamento Optativo do Curso Letras Libras

Considerando que os estudantes ouvintes que ingressam no curso Letras Libras provavelmente não têm uma proficiência de nível intermediário na Língua de Sinais Brasileira - pelo menos enquanto o processo seletivo não for bilíngue, apropriado para a captação de estudantes com bom nível de conhecimento da língua – e, considerando que os estudantes surdos possivelmente não têm uma proficiência de nível intermediário na Língua Portuguesa – sua segunda língua - o Curso Letras Libras utilizará as Disciplinas Optativas I, II e III para promover uma espécie de nivelamento. As turmas destas disciplinas serão divididas em duas, segundo o interesse de aprimoramento: em Língua Portuguesa para os estudantes surdos, e em Libras para os estudantes ouvintes.

A Universidade Federal do Amazonas, no que tange aos mecanismos de apoio ao discente ao longo da vida acadêmica, tem a destacar as seguintes ações que visam a permanência e o sucesso do educando na Universidade:

1.4.9.2 Programa Institucional de Bolsas de Apoio Pedagógico - PIAP

O Programa Institucional de Bolsas de Apoio Pedagógico-PIAP desenvolve ações de caráter permanente com vistas a oferecer apoio a professores e estudantes dos cursos de graduação da UFAM. Tem como objetivos desenvolver ações de apoio pedagógico que favoreçam a permanência e a conclusão de cursos por estudantes da UFAM, proporcionando-lhes suporte didático para que superem suas necessidades básicas de aprendizagem.



1.4.9.3 Programa de Educação Tutorial – PET

O Programa de Educação Tutorial-PET destina-se a apoiar grupos de alunos que demonstrem potencial, interesse e habilidades destacadas em cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES). O apoio pode ser concedido ao estudante bolsista até a conclusão da sua graduação e ao professor tutor por três anos, podendo ser prorrogável por iguais períodos, conforme parecer da Comissão de Avaliação do PET. O Curso Letras Libras deverá encontrar maneiras de desenvolver atividades ligadas ao PET, e compete à Coordenação do Curso divulgar esta possibilidade aos docentes recém-chegados à Universidade.

1.4.9.4 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência foi criado com a finalidade de valorizar o magistério e apoiar estudantes de licenciatura. Tem como objetivo incentivar a formação de professores, valorizar o magistério, promover a melhoria da qualidade da Educação Básica, elevar a qualidade das ações acadêmicas e proporcionar aos futuros professores experiências em ações metodológicas e práticas docentes. Compete à Coordenação do Curso divulgar este Programa aos docentes recém-chegados à Universidade.

1.4.9.5 Programa de Mobilidade Estudantil – PROMES

O Programa de Mobilidade Estudantil permite que os alunos realizem, temporariamente, disciplinas de seu curso de graduação em outra instituição federal de ensino superior. Compete à Coordenação do Curso divulgar este Programa aos docentes recém-chegados à Universidade, e também divulgar aos estudantes no início dos anos letivos.

1.4.9.6 Programa Interinstitucional e Intercampi de Mobilidade Estudantil- PRIIMES

O Programa Interinstitucional e Intercampi de Mobilidade Estudantil-PRIIMES têm por objetivo operacionalizar a mobilidade de estudantes de graduação da UFAM e de outras Instituições de Ensino Superior - IES (exceto Instituições Federais de Ensino Superior Brasileira - IFES, que possuem resolução própria) e a mobilidade de estudantes de graduação da UFAM entre seus *campi*. Este Programa deverá ser divulgado pela Coordenação do Curso.

1.4.9.7 Programa de Monitoria

O Programa de Monitoria tem por objetivo iniciar discentes dos cursos de graduação nas diversas tarefas que compõem a docência de nível superior. Não constitui, no entanto, um programa de substituição do docente titular na sala de aula. As tarefas do monitor poderão incluir: a orientação acadêmica, a elaboração, aplicação e correção de exercícios escolares, a participação em experiências laboratoriais, entre outras. Este Programa consta no Calendário Acadêmico com datas definidas para a seleção dos estudantes e deverá ser divulgado pela



Coordenação do Curso.

1.4.9.8 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC

A Universidade Federal do Amazonas administra bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, e também da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), visando proporcionar treinamento de iniciação científica aos alunos de graduação com vocação para pesquisa, visando sua futura inserção na pós-graduação. Cabe à Coordenação do Curso manter os estudantes atentos para tais oportunidades de desenvolvimento.

1.4.9.9 Programa Jovens Talentos para a Ciência

O Programa Jovens Talentos para a Ciência tem por objetivo a concessão de bolsas de estudos de iniciação científica a estudantes que ingressaram no primeiro semestre letivo nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia. As bolsas terão duração de 12 meses, improrrogáveis. A expectativa é de que os bolsistas desse Programa estejam aptos após um ano a passarem para bolsas de Iniciação Científica, PIBID, PETs, Programa Ciência sem Fronteiras ou outros de iniciativa da instituição. Este programa deve ser divulgado, pela Coordenação do Curso, aos novos professores e aos novos estudantes, sempre no início dos semestres letivos.

1.4.9.10 Programa de Apoio à Participação de Discentes de Graduação em Eventos Científicos, Tecnológicos e Culturais – PECTEC

O Programa de Apoio à Participação de Discentes de Graduação em Eventos Científicos, Tecnológicos e Culturais - PECTEC, objetiva incentivar os discentes de graduação da UFAM a participarem de eventos científicos, facilitando, assim, sua integração com outras IES brasileiras e incentivando a produção científica. Deve ser divulgado a estudantes e a docentes pela Coordenação do Curso.

1.4.9.11 Programa Bolsa Trabalho

Este Programa tem a finalidade de proporcionar auxílio financeiro aos alunos regularmente matriculados em curso de graduação dessa Universidade. Deve ser divulgado pela Coordenação do curso, dada a sua importância para os estudantes que estiverem em situação socioeconômica vulnerável.

2 INFRA-ESTRUTURA DO CURSO LETRAS LIBRAS

2.1 Estrutura Física Necessária para o Curso

O Curso Letras Libras necessita da seguinte estrutura física para o seu desenvolvimento:



- 04 salas de aula equipadas com computador e datashow, com 40 cadeiras de estudantes dispostas em semi-círculo
- 01 Sala para a Secretaria
- 01 Sala para a Coordenação do Curso
- 01 Sala para os Tradutores e Intérpretes de Libras
- 05 Gabinetes de Professores
- 01 Sala de Reuniões
- 01 Sala do Acervo Bibliográfico
- 01 Laboratório de Libras com: 01 estúdio com 02 filmadoras profissionais digitais,
- 01 ilha de edição, 01 teleprompt
- Laboratório de Informática com:
- 30 computadores, 1 smartboard e 1 datashow.
- 15 cabines com computador para estudo individual e avaliações.
- *Todos os ambientes deverão ser climatizados.

O Curso Letras Libras será realizado nas dependências atuais do Instituto de Ciências Humanas e Letras, até que seja construído o novo prédio que irá acomodar o curso. O presente PPC conta com recursos do Plano Viver Sem Limites que aportarão 4 (quatro) milhões de reais aos cofres da Universidade Federal do Amazonas, a partir de março de 2014, com a destinação específica de aquisição de equipamentos e de construção de prédio para o Curso.

A descrição atual da infraestrutura disponibilizada pelo Instituto de Ciências Humanas e Letras é:

- 01 sala de aula
- 01 sala para a Coordenação do Curso
- 01 sala para a Chefia do Departamento
- 02 salas para os professores do curso
- 01 sala para os Intérpretes de Libras
- 01 laboratório de informática para uso dos estudantes do curso

2.2 Acessibilidade Arquitetônica

Obedecendo a Lei de Acessibilidade (Decreto 5296/2004), todos os prédios do Curso Letras Libras deverão ser construídos com módulos plenamente acessíveis.

Segundo o Art. 6 do referido Decreto,

“O atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas de que trata o art. 5º.

§ 1º O tratamento diferenciado inclui, dentre outros:

I - assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;

II - mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;



III - serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

IV - pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;

V - disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

VI - sinalização ambiental para orientação das pessoas referidas no art. 5º;

VII - divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

VIII - admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nos locais dispostos no caput do art. 5º, bem como nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal; e

IX - a existência de local de atendimento específico para as pessoas referidas no art. 5º.

3 CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

3.1 Composição do Corpo Docente

3.1.1 Coordenação do Curso

Profª Draª Nídia Regina Limeira de Sá – Doutora em Educação, Mestre em Educação, Especialista em Metodologia do Ensino Superior, Psicóloga, Licenciada em Psicologia.

Experiência Profissional da Coordenadora:

Docente do Magistério Superior desde 1992. Experiência profissional na gestão acadêmica como Vice-Diretora da Faculdade de Educação da UFAM, como Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, como Coordenadora da Comissão de Inclusão da UFAM, como Diretora da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia e como Diretora do Departamento de Políticas e Programas Educacionais da Secretaria de Estado da Educação do Amazonas.

Regime de Trabalho da Coordenadora do Curso: Dedicção Exclusiva

Carga Horária de Coordenação do Curso: 20 horas

3.1.1.1 Atribuições da Coordenadora do Curso

Ao Coordenador do Colegiado de Curso, além das atribuições inerentes à sua condição, caberá especialmente:



- I. convocar e presidir as reuniões do Colegiado;
- II. representar, por deliberação do Colegiado, às Unidades e Departamentos, em caso de não execução do programa das disciplinas e descumprimento de normas disciplinares ou didáticas do curso que lhe esteja afeto;
- III. adotar medidas para aprovação do calendário escolar, lista de oferta das disciplinas com os respectivos programas, pré-requisitos e créditos;
- IV. exercer funções administrativas, quando delegadas pelo Diretor da Unidade.

3.1.2 Docentes do Curso

O Plano Viver Sem Limites prevê 08 (oito) vagas de professores para o Curso Letras Libras. Quatro vagas já foram disponibilizadas para concurso em 2014.

CORPO DOCENTE			
NOME	LOTAÇÃO ATUAL	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Nídia Regina Limeira de Sá	FACED	Doutora	DE
Iranvitch Cavalcante Scantbelruy	ICHL	Mestre	DE
Hamilton Pereira Rodrigues	ICHL	Especialista	DE
Mary Andréia Xavier Lages	ICHL	Especialista	DE
Tatyana Sampaio Monteiro	ICET	Especialista	DE
Docente previsto 1*	-	Mestre	DE
Docente previsto 2*	-	Mestre	DE
Docente previsto 3*	-	Especialista	DE

*Docentes previstos para os 2 (dois) primeiros anos, conforme o Plano Viver Sem Limites



CORPO DOCENTE					
TITULAÇÃO POR REGIME DE TRABALHO					
REGIME DE TRABALHO EM HORAS/SEMANA					
TITULAÇÃO	Dedicação Exclusiva	40 horas	20 horas	TOTAL	Porcentagem
Doutorado	1			1	12,5%
Mestrado	2+1 previstos			3	37,5%
Especialização	3+1 previstos			4	50%
Graduação	-			-	-
TOTAL	8			8	
Porcentagem	100%				
Mestres + Doutores = (50 %)					

EXPERIÊNCIA DO CORPO DOCENTE NO MAGISTÉRIO SUPERIOR			
Docente	Titulação	Experiência Profissional no Magistério Superior	Experiência na Docência da Educação Básica
Nídia Regina Limeira de Sá	Doutora em Educação, Mestre em Educação, Especialista em Metodologia do Ensino Superior, Psicóloga, Licenciada em Psicologia	22 anos	01 ano
Iranvitch Cavalcante Scantbelruy	Mestre em Educação, Especialista em Gestão Escolar, Licenciado em Geografia	03 anos	05 anos
Hamilton Pereira Rodrigues	Licenciado em Pedagogia, Especialista em Libras e Educação Especial	03 anos	-
Mary Andréia Xavier Lages	Licenciada em Letras/Língua Portuguesa, Mestranda em Letras	03 anos	-
Tatyana Sampaio Monteiro	Licenciada em Pedagogia, Especialista em ...	04 anos	-

3.2 Composição do Corpo Técnico

O Plano Viver Sem Limites prevê 06 (seis) vagas de técnicos para o Curso Letras Libras, as quais já foram disponibilizadas para concurso em 2014.



CORPO TÉCNICO			
CARGO		NÍVEL	CARGA HORÁRIA
Intérprete de Libras		Médio	40 horas
Intérprete de Libras		Médio	40 horas
Técnico em Sistemas de Informação		Superior	40 horas
Técnico em Sistemas de Informação		Superior	40 horas
Técnico em Assuntos Educacionais		Médio	40 horas
Técnico em Assuntos Educacionais		Médio	40 horas
*Técnicos previstos para os 2 (dois) primeiros anos, conforme o Plano Viver Sem Limites			

3.3 Capacitação para Docentes, Gestores e Corpo Técnico-Administrativo

Os cursos de capacitação para docentes, gestores e corpo técnico administrativo se enquadram nas proposições de formação da UFAM. Segue, no entanto, sugestões de cursos para qualificação dessas equipes de trabalho. No âmbito do Curso letras Libras deverão ocorrer:

- Formação continuada dos intérpretes de língua de sinais (cursos de técnicas de interpretação; postura ética do profissional intérprete; laboratórios de interpretação).
- Formação técnico-administrativo para gestão universitária (cursos de implementação de rotinas e organização de dados; cursos de organização administrativa; cursos de formação de gestão pública).
- Formação dos professores do Curso Letras Libras com pesquisadores visitantes nas áreas de estudos das línguas de sinais e dos estudos de tradução e interpretação de línguas de sinais, uma vez que estas são áreas novas no país.



4 CRONOGRAMA

2013-2	Vestibular – ENEM - 1º. turma
2014-1	Encaminhamento do PPC juntamente com a Ata de Aprovação pelo Colegiado, para análise pela Assessoria Técnica do Departamento de Apoio ao Ensino da PROEG Análise pela Câmara de Ensino de Graduação Socialização e divulgação deste documento para toda a comunidade acadêmica Aprovação do PPC no Colegiado do Curso Início da 1ª turma Concurso Público para Professores Contratação de X professores, intérpretes e servidores técnico-administrativos
2014-2	
2015-1	Concurso Público de Professores Contratação de X professores Vestibular bilíngue Início da 2ª turma
2015-2	
2016-1	Vestibular bilíngue Início da 3ª turma
2016-2	Primeira avaliação geral do curso
2017-1	Vestibular bilíngue Início da 4ª turma
2017-2	Formatura da 1ª turma
